OPSIS

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais



Mundo do trabalho

v. 18, *n.* 02, *julho/dezembro* 2018

Apoio
PRPPG
PROAPUPEC

ISSN: 2177-5648 OPSIS (On-line), *Catalão-GO*

OPSIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Prof. Edward Madureira Brasil
Reitor

Profa. Sandramara Matias Chave
Vice-Reitora

Prof. Jesiel Freitas Carvalho
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Prof. Antonio Corbacho Quintela
Diretor do CEGRAF/UFG

Profa. Roselma Lucchese
Diretora da Regional Catalão

Prof. Rogério Bianchi de Araújo
Chefe de Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (GPT/BSCAC/UFG)

O625 OPSIS: Dossiê Os Usos da Memória: Representações do Passado nas Fontes Medievais/ Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais. - v. 18. n. 1 (2018) jan./jun.- Catalão: Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais, 2018.

Semestral

Descrição baseada em: v. 18, n. 1, jan./jun. 2018.
Modo de acesso: http://www.revistas.ufg.br/index.php/opsis

ISSN: 2177-5648 (versão on-line)

1. História- periódicos. I. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais. II. Título.

CDU: 94(05)

Cadastrada junto às seguintes bases indexadoras de periódicos:

Sumários de Revistas Brasileiras: www.sumarios.org
Academic Journal Database: http://journaldatabase.org
DOAJ – Directory of Open Acess Journals: http://www.doaj.org
GeoDados: http://geodados.pg.utfpr.edu.br/
Latindex Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal: http://www.latindex.unam.mx/
Periódicos da Capes: http://www.periodicos.capes.gov.br/
Portal do SEER: http://seer.ibict.br/

Pede-se permuta - Asked to exchange Pide trueque

OPSIS
Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão/ Unidade Acadêmica Esp. de História e Ciências Sociais
Av. Dr. Lamartine P. de Avelar, 1120 - Setor Universitário. Caixa Postal 536
Catalão/GO - CEP: 75704-220

Fone: (62) 3441-5309 / E-mail: revistaopsis@gmail.com

URL: http://www.revistasufg.br/index.php/opsis

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais

OPSIS

Mundo do Trabalho

OPSIS, Catalão-GO, v.18, n. 02, p. 190-303, jul./dez. 2018

ISSN Eletrônico: 2177-5648

Apoio:
PRPG - Programa de Apoio às Publicações
Periódicas da UFG – PROAPUPEC

URL: http://www.revistas.ufg.br/index.php/opsis

Equipe de revisão
Antón Corbacho Quintela (revisor de inglês)
Bruna Mundim Tavares (revisora de português)
Fabiene Riâny Azevedo Batista (revisora de português)
Janaynne Carvalho do Amaral (revisora de português e coordenadora da Divisão de Periódicos)
Margareth de Lourdes O. Nunes (revisora de italiano)
Revalino Antonio de Freitas (revisor de francês)
Rosângela Chaves (revisora de português)
Sara Guiliana G. Belaonia (revisora de espanhol)

Equipe de diagramação
Denis Alves da Silva (designer)
Géssica Marques (designer)
Keslley Albano da Silva (designer)

Projeto Gráfico:
Dúnia Esper Pereira
Igor Oliveira Augstroze Aguiar
Luana Santa Brígida

Editoração:
Keslley Albano

Capa:
Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/73/Vincenzo_foppa%2C_giovane_che_legge_cicerone%2C_dal_banco_mediceo_di_milano_03.JPG>.

Padronização Editorial:
Divisão de Periódicos – CEGRAF/UFG Apoio especial: Programa de Apoio às Publicações Periódicas Científicas da UFG

Editora Gerente
Teresinha Maria Duarte, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil

Editora
Lilian Marta Grisolio, Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil

Editoras de Seção deste número
Renata Cristina Nascimento/ Universidade Federal de Goiás/ Regional Jataí, Jataí, GO, Brasil/ NEMED
Aline Dias da Silveira – Universidade Federal de Santa Catarina/Florianópolis, SC, Brasil/NEMED

Conselho Consultivo
Cezar de Alencar Arnaut de Toledo, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Elisio Estanque, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Elizabeth Sousa Abrantes, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil; Gilmar de Carvalho, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil; Grado Giovanni Merlo, Università degli Studi di Milano, Milano, Itália; Jocyleia Santana dos Santos, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil; José Alcimar de Oliveira, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil; Leila Rodrigues da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Lucimar Bello P. Frange, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Manuela Mendonça, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal; Marcos Antônio de Menezes, Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, Jataí, GO, Brasil; Marlos Bessa Mendes da Rocha, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Martin Norberto Dreher, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil; Ricardo Antunes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil; Ricardo Luiz Silveira da Costa, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil; Sadi Dal Rosso, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil; Terezinha Oliveira, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Vanda Cunha Albieri Nery, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Wolney Honório Filho, Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão, Catalão, GO, Brasil.

Conselho Editorial
Adriana Maria de Souza Zierer, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil; Álvaro Alfredo Bragança Júnior, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Carmen Silvia de Moraes Rial, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil; Cláudia Regina Lahni, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Daniela Auad, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Débora Cristina Goulart, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, Brasil; Denise Teresinha da Silva, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, RS, Brasil; Emanuela Prinzivalli, Università degli Studi di Roma "La Sapienza", Roma, Itália; Getúlio Nascentes da Cunha, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil; Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Pereira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil; João Fabio Bertonha, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil; Jeronimo Molina Cano, Universidad de Murcia, Murcia, Espanha; Júlio Bentivoglio, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil; Kênia Maria de Almeida Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Losandro Antonio Tedeschi, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil; Luiz Humberto Martins Arantes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil; Marina Benedetti, Università degli Studi di Milano, Milano, Itália; Patricia Rodrigues da Silva, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil; Patricia Sposito Mechi, Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional, Porto Nacional, TO, Brasil; Ronie Alexsandro Teles da Silveira, Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, Brasil; Rubens Luiz Rodrigues, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; Sandra Mara Dantas, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil; Saul António Gomes da Silva, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Sergio Fernández Riquelme, Universidad de Murcia, Murcia, Espanha; Silvia Graciela Mira, Universidad Nacional Del Sur, Buenos Aires, Argentina; Tânia Regina Zimmermann, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, Brasil; Valdeci Rezende Borges, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil; Virgílio Caixeta Arraes, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil; Wanderson Fabio de Melo, Universidade Federal Fluminense, Campus Rio das Ostras, Rio das Ostras, RJ, Brasil.

Comissão Editorial
Eliane Martins de Freitas – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil;
Jose Lima Soares – Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil;
Rogério Bianchi de Araújo - Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão, GO, Brasil.

SUMÁRIO

DOSSIÊ: MUNDO DO TRABALHO

Apresentação 190-193

DOSSIÊ

Sindicato dos metalúrgicos de Santa Luzia (1998-2011): história oral, memórias operárias e trabalho em modificação 194-211
Sérgio Paulo Morais

Dor, futebol e relações de poder: analisando consensos, revelando conflitos 212-225
Leonardo Turchi Pacheco e César Teixeira Castilho

ARTIGOS

As diferentes formas de resistência e luta das organizações dos trabalhadores contra a repressão política imposta pela ditadura civil-militar 226-240
José de Lima Soares

Escravidão e violência: crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas no final do XIX em uma perspectiva da prática de jaguncismo 241-253
Fábio Francisco de Almeida Castilho

Goyaz urbano na primeira metade do século XIX: imagens dos viajantes 254-268
Marcos Antonio de Menezes

Religião e ação política: uma perspectiva arendtiana da constituição da pluralidade no espaço público 269-285
Ricardo Gião Bortolotti

História da maçonaria: memória coletiva, escrita histórica e legitimação de uma potência no Ceará 286-303
Marcos José Diniz Silva

CONTENTS

DOSSIER:

Presentation 190-193

DOSSIER

Santa Luzia metalworkers' union (1998-2011). Oral history, worker memories and work in modification 194-211
Sérgio Paulo Morais

Pain, soccer and power relations: analyzing consensus, revealing conflicts 212-225
Leonardo Turchi Pacheco e César Teixeira Castilho

ARTIGOS

The different forms of resistance and fighting by workers organizations against political repression imposed by civil-military dictatorship 226-240
José de Lima Soares

Slavery and violence: crimes committed by slaved people in the interior of Alagoas at the end of the XIX in a perspective of the practice of banditism 241-253
Fábio Francisco de Almeida Castilho

Urban Goyaz in the first half of the 19th century: images of travelers 254-268
Marcos Antonio de Menezes

Religion and political action: an arendthian perspective of the constitution of plurality in the public space 269-285
Ricardo Gião Bortolotti

History of freemasonry: collective memory, historical writing and legitimation of a power in Ceará.. 286-303
Marcos José Diniz Silva

SUMARIO

DOSSIE:

Presentácion 190-193

DOSSIE

Sindicato de los metalúrgicos de Santa Luzia (1998-2011). Historia oral, memorias obreras y trabajo en modificación 194-211
Sérgio Paulo Morais

Dolor, fútbol y relaciones de poder: analizando consensos, revelando conflictos..... 212-225
Leonardo Turchi Pacheco e César Teixeira Castilho

ARTIGOS

Las diferentes formas de resistencia y lucha de las organizaciones de los trabajadores contra la represión política impuesta por la ditadura civil-militar 226-240
José de Lima Soares

Esclavitud y violencia: crímenes cometidos por esclavizados en el interior de Alagoas a finales del XIX en una perspectiva de la práctica del yaguncismo..... 241-253
Fábio Francisco de Almeida Castilho

Goyaz urbano en la primera mitad del siglo XIX: imágenes de los viajeros..... 254-268
Marcos Antonio de Menezes

Religion and political action: an arendthian perspective of the constitution of plurality in the public space..... 269-285
Ricardo Gião Bortolotti

Historia de la masonería: memoria colectiva, escrita histórica y legitimación de una potencia en el Ceará 286-303
Marcos José Diniz Silva

DOI 10. 5216/ o.v18i2.52552

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê *Mundo do Trabalho na Sociedade Contemporânea* visa debater o novo e precário mundo do trabalho, a partir das implicações das grandes mudanças tecnológicas e organizacionais sobre as condições materiais de existência, bem como no plano da subjetividade das classes trabalhadoras. O ponto de partida é que temos um mundo do trabalho em crise, que é mais complexo, heterogêneo, e marcado por profundas contradições, que se inscrevem numa lógica destrutiva do capital e que afetam diretamente os trabalhadores. O sistema sociometabólico do capital, em pleno século XXI, não oferece uma perspectiva plausível para a humanidade.

Os princípios neoliberais da flexibilidade dos empregos e dos horários de trabalho ou o modelo toyotista de organização do trabalho têm impactado sobremaneira a realidade social contemporânea, trazendo como consequência o desmantelamento do "Estado de bem-estar social", a flexibilização e a precarização do trabalho, impondo estratégias gestionárias como elementos ideológicos e controladores da subjetividade dos assalariados; processos de fragmentação e transformismo em curso nas organizações sindicais; além das dificuldades para o acesso a direitos no trabalho doméstico. Mas o avanço do toyotismo não para aí: ele prossegue com a revolução informacional implicando em outras transformações, tais como a implementação do padrão científico e tecnológico, a flexibilização, intensificação e precarização do trabalho e uma profunda desregulamentação da legislação existente. Neste dossiê também contamos com a contribuição de pesquisadores com artigos que tratam outras temáticas e perspectivas históricas.

O artigo *Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia (1998-2011). História oral, memórias operárias e trabalho em modificação*, de Sérgio Paulo Morais trata de interligações entre a privatização de uma planta siderúrgica das Forjas Acesita, em 1998, por uma companhia alemã, e a restruturação do modo de trabalho operário. Tal fato é analisado a partir de entrevistas produzidas, entre 2010 e 2011, com três operários que viveram esse processo de modificação em dupla circunstância, pois eram trabalhadores da empresa e, ao mesmo tempo, estavam à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia, Minas Gerais. Ao destacar vestígios de mudanças nas políticas sindicais, o texto aborda memórias, acontecimentos e interpretações que indicaram alterações nas sociabilidades entre antigos e jovens metalúrgicos. Por fim, destaca ações de novos sujeitos e incipientes avaliações sobre os rumos que o Sindicato deveria tomar para combater a dissolução da categoria frente às imposições colocadas pela Globalização da economia. Pelo exposto, o autor aponta para a lógica destrutiva do capital sobre o mundo do trabalho.

Com o artigo *Dor, futebol e relações de poder: analisando consensos, revelando conflitos*, os autores, Leonardo Turchi Pacheco e César Teixeira Castilho procuram refletir sobre as narrativas da medicina e fisioterapia esportiva para dar sentido a dores e lesões nos corpos de atletas de futebol. Os autores citam Le Breton, que trabalha com a antropologia

da dor, possibilitando um bom diálogo com as Ciências Sociais, além do sociólogo Pierre Bourdieu, que desenvolveu várias pesquisas sobre questões como sofrimento, precarização e flexibilização do trabalho. O sofrimento no trabalho, e sua relação com a somatização, tem sido estudado pela sociologia do trabalho a partir de autores como Giovanni Alves, Helena Hirata e com base na metodologia da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours. Com isso, os autores realizam a análise de dois consensos e um protocolo – consensos de Doha e Munique, e do protocolo FIFA11+ – aos quais foram apresentados em uma palestra de fisioterapeutas esportivos de um grande time de futebol da capital paulista. Fundamentados nesses documentos e nos dados coletados na palestra, os autores exploram as relações de poder e os conflitos entre alguns atores do campo esportivo na tentativa de propor uma classificação e uma sensação legítima de dor e de lesão nos corpos dos atletas. Concluem que, através da linguagem legítima e autorizada, os discursos sobre a dor e a lesão adquirem um estatuto de verdade, enquadrando os atletas a experimentarem sua condição de sujeito, quando lesionados, em uma das categorias construídas pelos consensos.

O artigo *E. P. Thompson, a new left e a dialética da liberdade/necessidade histórica*, de Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos e Ruben Maciel Franklin, procura analisar as inquietações que atravessaram o pensamento do historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson, abrindo um diálogo bibliográfico com autores que nos possibilitam debater como determinados temas foram trabalhados e discutidos pela esquerda marxista britânica. Nesse sentido, os temas são: determinação social, cultura & antropologia, "elitismo intelectual" e questões pertinentes ao materialismo histórico marxiano. De acordo com os autores, o entrecruzamento dessa gama de preocupações circunscreve a coerência interna da obra "thompsoniana" num intervalo grande de tempo (entre os textos da *The New Reasoner* e os da década de 1970), com frentes de contestação que transitaram do stalinismo para o estruturalismo, assumindo posições consistentes quanto à pesquisa histórica e aos procedimentos do historiador.

Já o trabalho de José de Lima Soares, *As diferentes formas de resistência e luta das organizações dos trabalhadores contra a repressão política imposta pela ditadura civil-militar*, tem como objetivo central analisar os sindicatos durante o período da ditadura, bem como as diferentes formas de luta que se desenvolveram no Brasil contra a repressão política que se impôs contra os trabalhadores. Tal repressão política contou com os aparelhos do Estado e também com a participação de empresas privadas, nacionais e estrangeiras (como no caso da Volkswagen). Partimos da premissa de que os trabalhadores, mesmo com os sindicatos sob a tutela do Estado e submetidos ao controle do peleguismo, cumpriram um papel importante, buscando se organizar nos locais de trabalho, muitas vezes até na clandestinidade, no sentido de construir a unidade de classe contra a exploração capitalista e o arrocho salarial. Tudo isso, em uma conjuntura política difícil, em que os militantes, sindicalistas, estudantes, eram perseguidos, presos, torturados, exilados e mortos.

Fábio Francisco de Almeida Castilho, com seu artigo *Escravidão e violência: crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas no final do XIX em uma perspectiva da prática de jaguncismo*, procura analisar a representação escrava nos periódicos alagoanos

no período final do escravismo, em especial, as notícias encontradas em O *Jornal de Penedo*, que repercutiam a ocorrência de três crimes de tentativa de assassinato praticados por cativos naquela freguesia no ano de 1875. Ao nos debruçarmos sobre este mote, encontramos informações relevantes do período de crise do escravismo no país tomando por recorte espacial o interior de Alagoas. A cidade de Penedo, localizada às margens do Rio São Francisco, teve seu desenvolvimento econômico impulsionado pela navegação a vapor que conectava o seu porto fluvial aos principais portos oceânicos da época, reforçando sua posição de entreposto comercial entre o interior do Rio São Francisco e o comércio de cabotagem nacional em um contexto de intensificação do tráfico interprovincial na segunda metade do XIX. Com a análise dos crimes violentos e fugas relatados nos periódicos, buscamos compreender o papel dos escravizados naquela sociedade e suas formas de busca por autonomia e estratégias de negociações, vislumbrando o papel do cativo enquanto sujeito histórico.

O autor Marcos Antonio de Menezes, em seu artigo *Goyaz urbano na primeira metade do século* XIX: *imagens dos viajantes*, mostra o surgimento das cidades na província de Goyaz e a forma como elas aparecem nas narrativas dos viajantes do século XIX. Afirma que os pioneiros viajantes, notadamente europeus, foram os interessados em retratar as paisagens e cidades brasileiras no século XIX, período em que elas passavam por grandes transformações. Transformações que não atingiram todas as cidades da ex-colônia e nem as da província de Goyaz, o que levou quase a totalidade dos viajantes que as visitou a fazer uma descrição indicando o atraso material a que estava submetida toda a região e apontando seus habitantes como "preguiçosos" e assim responsáveis pelo atraso. Na senda da marca de origem do atraso e do progresso, da tradição e modernidade, o autor afirma que o viajante Oscar Leal, um dos últimos a passar por Goiás, já em 1882, não mais fala de decadência, mas sim de progresso. Quando de sua passagem por Jataí, o que ele anota sobre a cidade do Sudoeste goiano são suas modernidades.

O artigo *Religião e ação política: uma perspectiva arendtiana da constituição da pluralidade no espaço público*, de Ricardo Gião Bortolotti, faz uma análise do espaço político, que é caracterizado pela pluralidade de opiniões. Cenário em que a liberdade deve manifestar-se na expressão de cada um, conforme a singularidade de sua opinião frente à pluralidade que define a comunidade. O autor, na esteira de Hannah Arendt, afirma que políticas totalitárias impedem a livre expressão, influenciando modos de pensar mecanizados, uma vez que ideias abstratas e universais dirigem a conduta do indivíduo. Assim, na concepção do autor, Hannah Arendt procura pensar nas condições que não só originaram políticas destrutivas, mas também a tradição filosófica que influenciou o modo de conceber a história e, com ela, a trajetória da liberdade. A preocupação com a cidade, conforme o modelo da *polis* grega, foi substituída pelo cuidado com a qualidade de vida. Ricardo Gião Bortolotti afirma que é nesse palco que é possível compreender o papel da religião na cena política. E, além disso, também buscamos esclarecer algumas expressões próprias da religião, as quais Arendt utiliza na arena política.

Para concluir este número da OPSIS, contamos com o artigo de Marcos José Diniz Silva, *História da maçonaria: memória coletiva, escrita histórica e legitimação de uma potência no Ceará*, que versa sobre a história da Maçonaria, a partir das publicações da Grande Loja

Maçônica do Estado do Ceará sobre sua história como história da Maçonaria. A análise centra-se em cinco narrativas de autores vinculados à Maçonaria local publicadas nos anos de 1973, 1977, 1987, 1998 e 2008. Discute, numa perspectiva historiográfica, o fato de que tais narrativas se inseriam naquilo que Maurice Halbwachs chama de memória coletiva, ou memória de grupo, na medida em que os trabalhos denotam um esvaziamento da reprodução da memória coletiva entre seus membros e sua transplantação para narrativas históricas, ou memória histórica da instituição, na qual dominam interpretações que produzem e reforçam a hegemonia dessa corrente maçônica em detrimento da outra vinculava ao Grande Oriente do Brasil.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos pesquisadores que participaram desta elaboração, contribuindo para que a OPSIS siga sendo uma revista marcada pela interdisciplinaridade e pluralidade de ideias, reunindo uma vasta gama de cientistas sociais, historiadores, cientistas políticos e sociólogos. Esperamos, ainda, que os trabalhos deste número estimulem o diálogo entre professores, alunos e pesquisadores no sentido de um maior aprofundamento do campo científico.

Boa leitura!

Dr. José de Lima Soares
Julho de 2018

DOI 10. 5216/ o.v18i2.51576

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA LUZIA (1998-2011): HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIAS OPERÁRIAS E TRABALHO EM MODIFICAÇÃO

*Sérgio Paulo Morais**

Resumo: A partir de entrevistas narrativas, o artigo trata de interligações entre a privatização de uma planta siderúrgica das Forjas Acesita, em 1998, por uma companhia alemã, e a restruturação do modo de trabalho operário. Tal fato é analisado a partir de entrevistas produzidas, entre 2010 e 2011, com três operários que viveram esse processo de modificação, em dupla circunstância – pois eram trabalhadores da empresa e, ao mesmo tempo, estavam à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia, Minas Gerais. Ao destacar vestígios de mudanças nas políticas sindicais, o texto aborda memórias, acontecimentos e interpretações que indicaram alterações nas sociabilidades entre antigos e jovens metalúrgicos. Por fim, destaca ações de novos sujeitos e incipientes avaliações sobre os rumos que o Sindicato deveria tomar para combater a dissolução da categoria frente às imposições colocadas pela Globalização da economia.

Palavras-chave: Sindicato; Privatização; Globalização; Modificações nos modos de trabalho; Narrativas operárias.

* Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia, pesquisador FAPEMIG, CHE - APQ-02063-17. Líder do Grupo de Pesquisa Experiências e Processos Sociais - GPEPS (CNPQ). Professor credenciado no Corpo Permanente da Pós-Graduação em História (cursos de Mestrado e Doutorado) no INHIS/UFU (Instituto de História) e no Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (cursos de Mestrado e Doutorado) na FACED/UFU (Faculdade de Educação), linha Trabalho, Sociedade e Educação (TSE). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e História Oral, atuando principalmente nos seguintes temas: experiências sociais, trabalho, modos de vida e cultura de trabalhadores. E-mail: moraissp@yahoo.com.br

SANTA LUZIA METALWORKERS' UNION (1998-2011): ORAL HISTORY, WORKER MEMORIES AND WORK IN MODIFICATION

Abstract: Based on narrative interviews, the article deals with interconnections between the privatization of Forjas Acesita steel, in 1998, by a German company and the restructuring of the working way. This fact is analyzed from interviews produced, between 2010 and 2011, with three workers who lived this process of modification, in double circumstance – for they were workers of the company and, at the same time, they were at the head of the Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia, Minas Gerais (Santa Luzia Metalworkers' Union). By highlighting traces of changes in the union policies, the text addresses memories, events and interpretations that indicated changes in sociabilities between old and young workers. Finally, it highlights actions of new subjects and incipient evaluations about the directions that the union should take to fight the dissolution of the category by the impositions inflicted by the Globalization of the economy.

Keywords: Syndicate; Privatization; Globalization; Modifications of working modes; Worker narratives.

SINDICATO DE LOS METALÚRGICOS DE SANTA LUZIA (1998-2011) HISTORIA ORAL, MEMORIAS OBRERAS Y TRABAJO EN MODIFICACIÓN

Resumen: A partir de entrevistas narrativas, el artículo trata de interconexiones entre la privatización de una planta siderúrgica de las Forjas Acesita, en 1998, por una compañía alemana, y la reestructuración del modo de trabajo obrero. Ese hecho es analizado a partir de entrevistas producidas, entre 2010 y 2011, con tres obreros que vivieron ese proceso de modificación, en doble circunstancia. Porque eran trabajadores de la empresa y al mismo tiempo eran dirigentes del Sindicato de los Metalúrgicos de Santa Luzia, Minas Gerais. Al destacar vestigios de los cambios en las políticas sindicales, el texto se ocupa de las memorias, acontecimientos e interpretaciones que indicaron alteraciones en las sociabilidades entre antiguos y jóvenes metalúrgicos. Por último, destaca acciones de nuevos sujetos e incipientes evaluaciones sobre los rumbos que el Sindicato debería tomar para combatir la disolución de la categoría ante las imposiciones planteadas por la Globalización de la economía.

Palabras clave: Sindicato; Privatización; Globalización; Modificaciones en los modos de trabajo; Narraciones obreras.

Contextualização inicial

Entre 2009 e 2012 participei de uma pesquisa que perscrutava mudanças ocorridas no trabalho e na vida de trabalhadores por intermédio do que ficou conhecido como "Globalização"[2]. Tal fenômeno, com célebre existência teórica desde a década de 1990, se revelava no Brasil, nos anos iniciais do Século XXI, por meio de reformas de direitos trabalhistas (MARQUES; MENDES, 2004), privatizações de empresas estatais e mudanças em modos de trabalho.

Muitos estudos traduziam as profundas transformações na produção industrial a partir de termos tais como "degradação do trabalho" (BERNARDO, 2009) e "reestruturação produtiva" (ANTUNES, 2000). Além da observação das mudanças nas dinâmicas do trabalho, pesquisadores e diversos agentes políticos notaram que os contextos sociais e econômicos levaram as dinâmicas de conflitos empregatícios para situações menos coletivas, fato que ocasionou alterações nos princípios representativos dos sindicatos (CARDOSO, 2003).

Simultaneamente à consulta de outras fontes, tais como: jornais sindicais, propagandas produzidas pela empresa, impressa de circulação nacional e local, entre outros, a pesquisa que integrei produziu diversas entrevistas narrativas (ROSENTHAL, 2014, p. 183-190).

Essas evidências foram revistas a partir de dinâmicas particulares que se constituíram no interior de "processos estruturados" (WOOD, 2003). Desse modo, as lógicas capitalistas "globais" não foram preconcebidas como a causação de todos os eventos de mudança e nem como criadora de significados sociais únicos.

Observando tais princípios, neste artigo, discuto modificações nas experiências de trabalho, nas ações sindicais e nas sociabilidades entre o grupo de sindicalistas entrevistados e recentes ingressantes no trabalho fabril. Para isso, elenquei histórias de vida contextualizadas a eventos ocorridos no decorrer do processo de privatização das Forjas Acesita, no qual os entrevistados participaram como operários metalúrgicos e, ao mesmo tempo, como sindicalistas.

"Para compreender e explicar a ação de indivíduos, [...]" busquei "conhecer tanto as perspectivas dos agentes como também os próprios cursos de ação", ou seja,

> o que eles concretamente vivenciaram, qual sentido atribuíram a suas ações à época e atribuem [no momento das entrevistas] e em qual conteúdo de significado – biograficamente constituído – inserem suas vivências. (ROSENTHAL, 2014, p. 215).

Mesmo demarcando um ponto de vista individual, as entrevistas revelaram leituras de um processo capitalista ampliado e de mudanças nos rumos sindicais. Metodologicamente, Alessandro Portelli discutiu semelhantes possibilidades, a meu ver, em três ocasiões distintas. Primeiro, ao atribuir sentido ao campo de representatividade da história oral.

> No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera da subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *possa*

> suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada (PORTELLI, 1996, p. 63-64, grifo no original).

Depois, ao afirmar que "a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade, em eventos públicos [...]"(PORTELLI, 2001, p. 14). E, por fim, ou, em suas palavras, "[...] em última instância (PORTELLI, 2016, p. 16),

> a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro. O cerne duro da história oral reside exatamente neste ponto, no qual a história invade as vidas privadas [por exemplo: quando a guerra invade o espaço doméstico sob a forma de uma bomba jogada de um avião] ou quando as vidas privadas são sugadas para dentro da história [por exemplo: a experiência das trincheiras na Primeira Guerra Mundial ou a experiências das tropas italianas na campanha russa da Segunda Guerra Mundial] (PORTELLI, 2016, p. 16).

Ao considerar tais premissas, passo a discutir o processo de privatização de uma planta industrial a partir da perspectiva metalúrgica. Para tanto, selecionei trechos de quatro entrevistas feitas com sindicalistas. Uma realizada com Danilo Martins e Júlio Almeida, em 10 de fevereiro de 2010, outra, apenas com Danilo, em 29 de setembro de 2010 e, em mesma data, com Carlos Guimarães. Essas três ocorreram na sede no Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia. A quarta entrevista foi produzida com Júlio em 06 de abril de 2011, em Niterói, Rio de Janeiro, por razão do Encontro Internacional da Rede de Trabalhadores da ThyssenKrupp (MORAIS, 2016).

Entrevistas com trabalhadores: interpretações e visões de mundo transformado

Em 1998, as Forjas Acesita, localizadas em Santa Luzia, Minas Gerais, foram adquiridas pelo grupo Krupp, que, em 2003, fundiu-se à outra companhia alemã, Thyssen, tornando-se ThyssenKrupp Metalúrgica Santa Luzia LTDA (MORAIS, 2016, p. 215-217).

Nas entrevistas, com operários-sindicalistas que viveram tal processo, as análises de múltiplas perspectivas foram proveitosas para a compreensão da estrutura e das mudanças ocorridas após o processo de privatização. Abordar tais contextos a partir da perspectiva da história oral requer conhecer os sujeitos que narram o processo social por meio de seus pontos de vistas, interesses e do campo histórico no qual se inserem. Portanto, aqui, descrevo aspectos da biografia de três trabalhadores que estavam vinculados ao Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia, na ocasião em que as entrevistas foram realizadas. Em comum, compartilhavam a experiência de terem trabalhado nas Forjas Acesita, ou seja: na planta siderúrgica da ThyssenKrupp antes de ser privatizada, e de serem sindicalistas desde a década de 1980.

Danilo Martins, 54 anos, se orgulhava de ter sido sempre um "metalúrgico". No momento da entrevista, se dedicava apenas às atividades do sindicato. O fato de estar apenas na atuação sindical deu-se porque a área em que trabalhava foi encerrada pela nova gerência da ThyssenKrupp. Porém, em 2010, encontrava-se na iminência de retornar ao trabalho fabril.

> Olha, até é bom falar um pouquinho da minha volta. Eu quando... Logo que a Krupp comprou a Acesita eu fiquei trabalhando lá uns dois anos, foi em 98 até 2000. Eu trabalhei, 2000, 2002. [Eu sei lá... mais ou menos, eu não tenho precisão]. Minha profissão é modulador, eu sou modulador, eu trabalhava recuperando peças da empresa, como um todo. Assim que a Krupp assumiu eles acharam por bem fechar o local onde a gente trabalhava, onde eu trabalhava!!! Pois era um setor que mexia com essa recuperação geral, de manutenção da empresa, eles acharam que deveria, que era mais tranquilo pra empresa comprar serviços [...] comprar peças, "ao invés de recuperar peças nós vamos comprar serviços de outras, aqui o nosso negócio é forjar não é recuperar peças" (MARTINS, 2010a).

Os demais moduladores foram dispensados ou recolados em outros setores. Por conta de ter estabilidade sindical, Danilo foi "liberado" das atividades do "chão de fábrica" e mantido na folha de pagamento da empresa. Tal situação o incomodou profundamente, ao ponto de ter requerido na justiça o direito de trabalhar na ThyssenKrupp.

> Como eu não tinha jeito que é [... muitos chefes não me queriam], o que aconteceu, eles fizeram um acordo para que eu viesse para o sindicato. Eles pagariam tudo, foi tudo bem, só que depois de um certo período que eu vi e falei: opa!... Tenho que voltar pra fábrica e então eu tenho feito essa reivindicação tem mais de 4 anos, pra voltar, foi agora, recentemente né, pra ser mais preciso ontem, hoje, hoje é que dia, hoje 22, no dia 21, dia 21 de setembro de 2010 que eu consegui voltar. Nós fizemos um acordo ontem onde eu vou voltar, inicialmente uma vez por semana até... e progressivamente a gente vai chegando no horário. Foi o acordo possível fazer e a minha expectativa é muito grande, até porque [...] o fato de eu ser sempre operário, filho de operário, operário, ser metalúrgico e tal.... Então, para mim hoje é um... tá sendo melhor, porque hoje eu não conheço mais o processo da empresa (MARTINS, 2010a).

Outros trabalhadores disseram que a "exclusão" de Danilo da siderúrgica ocorreu, sobretudo, por conta de seu comportamento político (tido como "perigoso"[3] por parte dos dirigentes da empresa) e da influência que exercia sobre os demais operários (ALMEIDA, 2011). Tal associação o colocava como uma figura respeitada entre os sindicalistas, que, mesmo organizados a partir de uma direção colegiada, o reconheciam como o principal dirigente.

No início da carreira de Danilo, a Acesita se configurou da seguinte forma:

> Eu entrei em 12 de junho de 84 e fui pela... até por conta das pessoas falarem muito bem da antiga Forja Acesita, não é?... [aí foi o motivo que...] Eu trabalhava numa empresa que não era estatal, aí por ser estatal [...] eu vim e estou até hoje, realmente foi esse o motivo. Porque [até porque na época não tinha] a Forja Acesita não tinha aquela pressão, não é! Ao contrário das empresas privadas, a estatal era mais tranquila e tinha muito mais benefícios. Principalmente nas Forjas Acesita eram assim [...] a gente tinha um convênio médico excepcional, a Convenção Coletiva nossa era bem diferenciada, a gente tinha prêmio por tempo de serviço, anuênio, a gente tinha oportunidade dentro da empresa. Não

> sei dimensionar o tanto que tem, já tem muito tempo... mas era muito diferenciada você pegar uma Convenção Coletiva, um acordo, uma convenção coletiva da Krupp, da Krupp desculpa, da Forja Acesita, era bem diferente de qualquer outra e isso [...] era considerado (MARTINS, 2010a).

Júlio Almeida, 50 anos, ingressou nas Forjas Acesita no meio da década de 1980[4], à época dizia ser evangélico pentecostal e, tal como Danilo, militante político do Partido dos Trabalhadores (PT). Distinguia-se, dos demais sindicalistas, por fazer leituras mais ampliadas do capitalismo contemporâneo e por ter conhecido algumas experiências sindicais europeias.

> A gente sabe que hoje a Thyssen Krupp na Europa eles assumiram, eles têm um acordo, o Marco Europeu, não é? Inclusive nessa última ida minha, eu tive a oportunidade de tá conhecendo um pouco da realidade dos representantes da Alemanha, não é? A gente discutir muito isso é que Thyssen ela é uma das empresas que tem esse acordo do ME. Mas, também, não é celebrado junto aos representantes dos trabalhadores, ou seja, eles têm um acordo entre eles, entre as empresas, talvez, até entre aquelas pessoas que representam na planta. Porém, no geral unificado [não é?]... O globalizado, não tem! Então a gente tem essa reivindicação [de celebrar esse acordo], porque a realidade dos trabalhadores, principalmente no Brasil, a gente conhece e, também, conhece um pouco a da Europa [mas evidente que ainda as dificuldades são as mesmas]. [...] Agora... é uma coisa que a gente tem que, realmente precisando de evoluir muito, nós fizemos a uma única atitude foi uma atividade prática em termos de Globalização que a gente fez foi uma atividade aqui em Santa Luzia e parece que muitos estados também. A atividade de solidariedade aos companheiros da Alemanha! E repercutiu, quer dizer foi uma única ação, não é? Isso repercutiu muito. [Contra a] demissão em massa, na Alemanha. A gente fez uma assembleia, chamamos o trabalhador pra ser solidário aos companheiros, repudiamos. Fizemos uma faixa. E, também, fizemos a assembleia [eu tenho, acho que eu tenho, até as fotos] e remetemos para a Alemanha. Foi transmitido através da CNN, lá pra Alemanha. E [que teve inclusive nessa ida minha] na Alemanha o pessoal comentou sobre isso, não é? Falaram muito sobre isso, a eficácia que teve, que pra nós aqui, não é? (ALMEIDA, 2010b)

Para Júlio, a luta sindical perpassava, sobretudo, pela disputa da consciência dos trabalhadores. Acreditava ser importante fazer com que os operários (e nunca, para ele, "colaboradores") percebessem as dinâmicas da exploração que se enredavam em programas e terminologias gerenciais.

> Eles têm o que chamam de gestão. Quer dizer, [eles colocam] eles conseguem, eles estão conseguindo, não é? E a gente tem que dar a mão à palmatória! Eles tão ganhando a consciência do trabalhador em algumas coisas. Por exemplo, tem um lema muito específico dentro da empresa que é "da minha máquina, cuido eu". Isso torna-se um grupo de discussão dentro da própria equipe de tá cobrando, um para com o outro, não ? Existe... muita. Também cria-se, assim, um clima de competição de uma equipe de turno X para com um outro turno... E tem alguns programas na empresa que é interessante a gente ressaltar [que... até porque em alguns lugares a gente tem ido e tem comentado a respeito e o pessoal fica assim meio espantado], por exemplo, existe a questão do "Fórmula 1" [que é quem chega na frente], não só ligado na produção [eles desdenham], é claro que não pode ser tão claro... Tão explícito!! Porque se não o trabalhador vai, não é!?... Tem outras coisas ligadas à segurança, mas a meta principal é o quê? É a produção. (ALMEIDA, 2010b)

Em relação à "antiga" Forjas Acesita, Júlio lamentava o rompimento de solidariedades (ou mesmo "irmandades") entre os trabalhadores, caracterizando tal situação como quebra de um "sentimento familiar".

> Com a empresa Forjas Acesita tinha um... A gente tinha um sentimento mais família, a gente conhecia todo mundo. [Eu pensei quando eu entrei na empresa] Vou falar um pouquinho aqui da empresa: ela tinha mil trabalhadores, o quadro era quase isso. Eu via uma dificuldade de interagir com aquele povão todo. Mas a gente conseguia [mesmo antes de eu entrar no sindicato]. A gente tinha assim, um comportamento, até porque a gente jogava bola, a gente ia para campo jogar bola; a gente... tinha os churrascos que era patrocinado [muitas vezes] pela chefia, mesmo. Que tinha até um salário maior, não é não? "Nós conseguimos aqui isso, vocês tão levantando minha moral aqui, vamos lá fazer um churrasco, tal". Então tinha essa interação, hoje não tem mais. Eu me lembro que não tinha rotatividade na mão de obra, a Krupp não tinha, as pessoas que entravam nas Forjas Acesita – desculpa, disse Krupp, mas [quis ter dito] das Forja Acesita – não saíam. (ALMEIDA, 2010b)

Com uma trajetória distinta de Danilo e de Júlio, Carlos Guimarães não se via, ou não se apresentava, como um operário ou um militante partidário. Aos 58 anos, estava para se aposentar, porém, continuava participante na diretoria do sindicato.

Antes de ingressar nas Forjas Acesita trabalhou em uma "televisão".

> Eu trabalhava na TV Itacolomy e tinha o 1º... não era o 1º grau, era o 4º ano, e isso e aquilo... mas quando eu vim pra cá [e não cheguei, como fala assim, a ser um craque não], na época eu jogava bola aqui para esses times aqui de Santa Luzia, aí teve um olhando lá e tal... "vai lá que a gente arruma um serviço para você e não sei o que... está bom?" Eles tinham sempre um clube montado, [pois, havia] um campeonato das indústrias que sempre foi um "Atlético e Cruzeiro". Você tinha que ver aqui... aquela época. Para você ver, eu saí de televisão pra trabalhar em forjaria!! (GUIMARÃES, 2010).

A vida operária, conforme sua narrativa, se iniciou por meio de um convite para jogar futebol pela empresa. Além disso, Carlos frisou diversas vezes ser uma figura companheira de todos os colegas de forjaria. Por isso, os operários gostavam de conviver com ele, tanto na fábrica, quanto no sindicato.

No princípio de sua carreira nas Forjas Acesita houve um estranhamento no tornar-se metalúrgico. Pois, a aciaria lhe pareceu um local tenebroso, por ser escura, quente e ensurdecedora. Porém, o quadro foi se modificando à medida que o tempo se passava e a forma (chistosa) de Carlos se revelava aos colegas.

> Forja Acesita, não é? Igual eu estou falando... no começo, eu entrei e se não me amarrassem em uma mesa, eu corria mesmo! Dava medo... aquela escuridão, terra batida, coisa esquisita... Mas ali foi devagar, ali eu criei minha família. Tinha os colegas da gente de trabalho que já se foram, já outros tão aposentados, mas o que existe de bom quando você faz uma raiz dentro de uma empresa é a amizade que você cria ali dentro..., Em casa você tem aquele pacotão de remédio, mas quando eu chego lá a minha pressão abaixa, 'abaixa tudo'!!! Eu brinco com um, brinco com outro, passo o tempo, o astral muda, você entendeu? Mas eu sai de BH vim pra cá e comecei logo no começo mesmo, levantando. E eu estou lá até hoje, e vamos ver se Deus me ajuda mais um pouquinho, para eu me

aposentar. (GUIMARÃES, 2010).

Para ele, as atividades nas Forjas Acesita eram muito penosas por serem manuais e cansativas. Mas desde o início se pôs a trabalhar no "controle de qualidade" (GUIMARÃES, 2010). Talvez por isso, ele viu na implementação de máquinas um avanço significativo para a vida dos trabalhadores (e não somente para a produção), a partir do trabalho que ele próprio exercia.[5]

> [Sérgio Morais] – Como foi esse começo? O que era o trabalho nesse início da vida nas Forjas Acesita? O que você fazia no início, bem no início?
>
> [Carlos] – Era mesmo o forjamento de peça bruta, entendeu?! Naquela época não tinha máquina dentro, agora hoje tem máquina lá que você fica abismado com o que ela faz e antigamente a gente fazia tudo manual, três horas pra forjar um peça, hoje é três minutos. Entendeu? Hoje melhoraram a produtividade, a produção e a qualidade das peças, mas no começo era... difícil, na mão, mesmo! (GUIMARÃES, 2010).

Em distanciamento da postura política de Júlio, Carlos apresentou o sindicato como um aliado da empresa, pois se fazia presente para "corrigir erros" (e não para travar alguma luta ideológica ou para reivindicar direitos dos trabalhadores).

> [...] então lá graças a Deus não tenho nada a reclamar... nós temos nosso problemas lá dentro? Nós temos e isso infelizmente não vai acabar de uma noite para dia. Inclusive tem empreiteiras que trabalham lá dentro, a gente procura sempre ajudar[-las]. Porque não é por ser sindicato dos metalúrgicos, não! A gente procura também dá uma força para eles e... A gente é bem olhado lá dentro, tanto pelas empreiteiras, quanto pelos nossos empregados. A própria diretoria reconhece que a gente não... está ali pra brigar, nós estamos para corrigir os erros que têm... mas, vamos levando a vida [risos] (GUIMARÃES, 2010).

Como dito, os três entrevistados permaneceram por mais de 30 anos à frente dos Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia. Em relação a tal feito, narram história semelhante à conhecida ascensão sindical dos metalúrgicos do ABC Paulista, nos anos 1980 (CARDOSO, 2003). De acordo com a entrevista realizada com Carlos, têm-se as seguintes informações.

> [Carlos] – você sabe dentro de fábrica como é que é, "aquele é pelego, nós temos que tirar ele de lá, aquele é pelego", aí...
>
> [Sérgio Morais] – o antigo sindicato...
>
> [Carlos] – é... o antigo é... só aceitava só o lado do patrão, aí, "temos que tirar" a foi uma batalha braba...
>
> [Sérgio Morais] – o senhor se lembra mais ou menos a época que foi?
>
> [Carlos] – ah... nesse assunto, melhor ver com o Danilo que tem a cabecinha melhor que a minha... [risos] (GUIMARÃES, 2010)

Danilo, a seu turno, recompõe o início da trajetória sindical, comum aos três entrevistados, da seguinte forma:

> Eu lembro muito bem como é que aconteceu, em 1986 a gente – vendo a necessidade de ter uma mudança não só a nível de Forja Acesita, mas de todas as empresas da região – já tinha conhecimento e a gente, na verdade, [eu e alguns companheiros] foi fundador do Partido dos Trabalhadores. Ai teve aquela efervescência de... a CUT [Central Única dos Trabalhadores]. Com a criação da CUT [que tem uma ligação muito grande com o Partido dos Trabalhadores] a gente assumiu então em 1985-86. Eu não sei precisar bem [final de 85-86]. Nós começamos a fazer... uma oposição [uma oposição bem escondida]. Aquela coisa bem escondida para a gente não ser pego e ser demitido. E a gente formou uma comissão que começou a trabalhar em cima disso. Foi quando surgiu uma oposição verdadeira na Acesita. E essa oposição ficou até 80 e...8, até 88. Em fevereiro de 88 nós tivemos uma chapa montada [e nós ganhamos o primeiro], nós ganhamos a primeira eleição. Só que teve o segundo turno! Que aconteceu em agosto, [o chamado segundo turno]. Aí, em agosto nós voltamos a ganhar... e nós assumimos o sindicato. Em agosto de 88 nós assumimos o sindicato, e nós continuamos a manter... e estamos aí até hoje... Foi na verdade em 88. Mas devido a necessidade e a cumplicidade [daquelas pessoas que estavam com o sindicato na mão, naquele momento] que tinham com a empresa [e não era só com as Forjas Acesita, que era a mais...] [...] e como tinha a efervescência, a gente resolveu fazer uma oposição, fazer uma oposição. E teve... aí os trabalhadores da Acesita e de outras empresas, foram todas que a gente conseguiu puxar. E teve a CUT, e nós estamos na CUT até hoje, também. (MARTINS, 2010a).

A narrativa demostra de maneira detalhada um período áureo de articulação política dentro e fora da empresa (por meio de interconexões com outras siderúrgicas, central sindical e partido político). Ao fim do processo, o sindicato saiu fortalecido ao derrubar um grupo "pelego" (que tinha "cumplicidade" com a empresa) e com a chapa vitoriosa ao vencer dois turnos em 1988.

Nota-se que a longa trajetória à frente do sindicato, sustentada por experiências e visões de mundo particularizadas, os levou, em 2010, ao desafio de interpretar e de agir no contexto globalizado – no qual os trabalhadores se encontravam com menos direitos e conviviam com contratos mais precários de trabalho.

Naquela época, viviam o "dilema de Jano"[6] (JASPER, 2014, p. 20), ou divididos entre o "tempo que se dedica[vam] a questões e procedimentos internos, como assembleias [...]", ou frente ao "tempo" que devotavam aos "demais autores" (JASPER, 2014, p. 20), tais como a chefia da indústria. Interpunham-se às demissões, às formas desiguais de reajuste salariais e à exploração do trabalho postos pela siderúrgica, além de se dedicarem às questões políticas ampliadas, advindas das agendas dos direitos sociais, pautadas pela central sindical.

A próxima seção trata de algumas facetas desse dilema ao discutir mudanças nos modos de trabalho, memórias sobre a privatização e a constituição de uma nova categoria metalúrgica em Santa Vitória.

Recompondo o trabalho a partir da concepção de novos trabalhadores

Ao analisar especificamente o processo de privatização das Forjas Acesita, Ana Braga (1996) narra um processo de sucateamento daquela planta siderúrgica, algo comum a

outras empresas, porém, a autora imputa responsabilidades à falta de competividade e ao esgotamento do modelo de Estado brasileiro. Assim, tanto esta, quanto outras indústrias, dentre as 41 empresas privatizadas entre 1990 e 1995, viveram decréscimos de produção e diminuição de suas vendas antes de serem repassadas ao capital privado.

Para os antigos trabalhadores das Forjas Acesita, em Santa Luzia, o período que antecedeu aquela privatização representou uma afronta desrespeitosa às suas condições operárias. Nas palavras de Danilo,

> [...] se fosse vender por um preço justo, tudo bem! Até que pro país, né. Não vou dizer que resolver o problema, mas ainda tinha, já podia falar alguma coisa. Falava isso de venda, mas foram todas elas, a maioria delas, a maioria das estatais foram sucateadas [e uma das formas de sucatear o que era?]. Se uma estatal igual a Forjas Acesita para de vender... é lógico que ninguém quer comprar; ou então aquele espertão: "opa, ali tem qualquer coisa"! Já tá acertado com alguém, ele vem e compra né, sucateado mesmo. Nós chegamos ao ponto de fazer, aqui numa prensa aqui, [de desvio uma empresa que era considerado, era considerado na época, e é até hoje considerado, os melhores forjados que tinha]... Pela tradição. Até que fazíamos com amor, que tínhamos que fazer as peças, que eram consideradas uma das melhores forjarias. De repente: "não tem peça". "Ah! Não tem peça assim, assim e assim? Não tem". Tá ruim de vender, alguém parou de pôr o vendedor na rua... O que acontece? Começamos a fabricar até frigideira, marreta, marretinha, desse tamanho assim, quer dizer, marretinha de dez quilos. [Que dez, o quê?! Cinco, dois!] Quer dizer, isso é pra empresa "fundo de quintal", não é pra empresa duma envergadura das Forjas Acesita. Não pode ser né e... Fizeram isso até... E isso realmente sensibiliza todo trabalhador, pois, o cara vê: "ali não vai dar nada!" (MARTINS, 2010b).

Notadamente ocorreu um concentrado esforço em quebrar tradições de trabalho e de vínculos de orgulho entre trabalhadores e empresa. Ao que parece, tratou-se de uma estratégia segundo a qual ocorreu um "convencimento" de que não haveria mais saídas, ou futuro (pelo menos promissor) para os trabalhadores.

Alessandro Portelli (2011), ao lidar com a estratégia utilizada pela empresa ThyssenKrupp para encerrar suas atividades em Terni, Itália, após conflitos abertos entre operários e empresários, observou os efeitos do decréscimo de produção para os operários como um ferida "simbólica" e "psicológica" que se alastrou para além dos muros da empresa, atingindo a cidade como um todo (PORTELLI, 2011, p. 14).

Na narrativa dos sindicalistas de Santa Luzia encontramos efeitos semelhantes. Adoecimentos e "loucura" (ALMEIDA, 2011) são constantemente referenciados como consequências do processo de privatização.

> [Danilo] – Bem, eu acho que fácil, eu acho que até pelos números que se tinha na época e que se tem hoje é fácil a gente fazer essa conversa [ampliação da produção]. Primeiro, pela produção, na época que eu entrei na firma em 1984, até 1998 [quando a Thyssen assumiu], o que acontecia? A gente tinha mais ou menos uns mil trabalhadores na empresa e produzia quinhentas a seiscentas toneladas mês. E hoje, e hoje, a empresa tem quinhentos [quinhentos e cinquenta]... a seiscentos trabalhadores. E produz três mil toneladas, quer dizer, isso é uma disparidade muito grande. [A gente pode ver que alguma coisa ocorreu, né?] Outra coisa que se observa é que houve uma reengenharia. Houve uma mudança na

> produção? Sim, houve, mas as máquinas continuam as mesmas, as prensas, né? E isso, essa mudança. Teve essa mudança. [Esse número exorbitante que tem hoje de produção]. Ela penalizou os trabalhadores de uma coisa que a gente não sentia lá atrás, que era a doença profissional, né? Hoje, é hoje a doença profissional. Eu sou até meio ousado de dizer que existe uma epidemia, epidemia mesmo, de doença profissional... (MARTINS, 2010b).

Porém, a diferença em relação a Terni deu-se na assunção, e não no fechamento, de uma empresa pública sucateada, pela ThyssenKrupp. Ressurgida, como Fênix, ela tinha novas políticas de contratação, como salários diminuídos e com um revigorado plano de metas que impôs profundas modificações produtivas.

> [Danilo] – Outro fator importante também são os salários né, naquela época os salários dos metalúrgicos da ThyssenKrupp, da Forjas Acesita, era um salário bem, bem assim, melhor do que hoje, eu vou dizer assim a casa dumas três vezes de diferença, essa mudança que teve, só teve um ganhador que foi a ThyssenKrupp é... (MARTINS, 2010b).

A produção ainda se fazia, em 2010, de acordo com Danilo, com máquinas existentes e derivadas do período em que a indústria era estatal[7], entretanto, num ritmo mais acelerado, integrando uma extensa rede constituída por diversas empresas do setor automobilístico:

> [Danilo] – São todas peças para o setor automotivo, é verdade. Antigamente também... Esse é o concerto que teve. A carteira da Thyssen Krupp, logicamente, hoje, é maior do que a Forjas Acesita. A Forjas Acesita produzia muito, muitos tipos de peça, mesmo sendo para o setor automotivo, mas ela produzia em menor escala, né? Já a Thyssen [isso aí foi uma questão de reengenharia e de carteira também]. Ela hoje produz [a Thyssen hoje] põe uma peça lá no molde do torno, e fica muito tempo com aquela mesma matriz. O *setup* em que, que é aquele tempo de troca de matriz, de troca ferramental, ele num, ele fica mais, menos, menos não troca tanto o ferramental. [Produzindo para] Volks, a Ford, a GM, todas elas, a Honda, no caso, fornece isso aí para todas elas... (MARTINS, 2010b).

Neste ínterim, jovens trabalhadores, formados em cursos profissionalizantes, concorrentes ao primeiro emprego, entraram na cena recomposta (no "território reformado") posterior, quando novas regras, perspectivas e organização gerencial se estabeleceram. Tem-se, então, uma jovem categoria que se viu adentrar em um processo de organização de trabalho descontinuado, abalado por força estruturais e "circunstanciais" (deterioração da indústria para a privatização, desemprego e reificação de discursos sobre crises).

As mudanças nas relações de trabalho se enlaçaram às outras dimensões desses processos de transformação, por vezes fazendo com que gerações distintas compartilhassem situações novas de exploração e de disparidade salarial (no interior de uma mesma função).

> [Júlio] – nós tínhamos um setor específico de PCS [Plano de Cargos e Salários]. A empresa criou um grupo de pessoas para analisar isso e fazer entrevista e conversar com o trabalhador, mostrar a avaliação dele. Hoje ao contrário não tem isso, hoje o trabalhador tem que ir à Krupp pra receber aumento, e que o chefe faz? [Isso é perigoso a gente falar, mas é a verdade]. Chama o cara atrás da máquina... Chama o cara atrás da máquina e entrega para ele a carta de avaliação, ou seja, a carta comunicando a alteração do salário, não na função, apenas no salário. [...] Aí dá o aumento. A exigência da empresa claramente

> pra ele é: "ó, você não fala porque isso aí é uma coisa da empresa"; tem uns que chegam inocentemente para gente e fala assim: "ah... eu tive, não conta pra ninguém que eu estou te contando não (risos) mas, eu fui, eu fui avaliado positivamente, eu estou feliz". Alguns falam isso, outros rasgam a carta, outros choram, extravasam... né! Cada um tem um comportamento. Mas na grande maioria fica indignada porque é claro que a expectativa de aumento é de alguma coisa que seja significativa, não é?" (ALMEIDA, 2010b).

A narrativa de Júlio transitou entre a avaliação sobre o desnível salarial e a política de metas de produção da siderurgia. Dois elementos que se coadunaram na forma de exploração dos trabalhadores de Santa Luzia:

> [Júlio] – quando eu falei pra vocês que no início do turno o chefe vira e fala assim ó "hoje, nós temos que produzir tanto". Às vezes a máquina está pior do que ontem, mas a produção estimada pra hoje é o dobro. O chefe veio "ó, tem que produzir tanto, nós temos que fazer isso". Às vezes o sistema do "tem que ser isso, tem que ser isso, num pode ser diferente", independente do defeito da máquina [ainda que coloque uma discrepância do equipamento no acompanhamento de relatório].. mas tem que ser! A produção tem que sair. Aí o cara fica louco! [...] Nós não temos... indício, mas o que a gente tem é a percepção de que alguns companheiros têm ficado doido" (ALMEIDA, 2011).

Para os que vieram de outras experiências fabris e sindicais, o estudo profissional dos mais jovens se distinguia da "cultura operária" (TOMIZAKI, 2008), criando uma cultura própria, desarticulada com as normas de conduta solidária da categoria e das sociabilidades jocosas relatadas por Carlos Guimarães (2010).

> [Danilo] [além da política salarial da empresa] a empresa criou líderes. E, vamos falar, deu o nome para as pessoas: "líderes". Nome apenas... e essas pessoas como não foram treinadas pra aquilo, [muitas recém empregadas, vindas do SENAI]. Elas acham que vão chegar a ser donas da empresa. Então, começa ali a... é triste você ver um companheiro seu de trabalho [...] pegar um nome de líder, sem salário, ele começa aqui "opa, eu vou ser dono da empresa" a partir essa oportunidade ele começa... pegar o chicote. [...] Quer dizer, é falta de treinamento para liderança [e são os líderes, que não são nada]... tem o nome de líder. Você vê um... quero dizer isso é a política salarial deles, "vamos dar um nome para isso, assim vamos dar um nome para ele", quero dizer, e as pessoas estão indo nessa, né! "Opa, eu sou o líder, mas cadê o dinheiro? Cadê outra coisa? Cadê o meu treinamento? Preciso de treinamento porque que eu sou líder". Pensa, é chegar... e dizer [de uma hora para outra]: "você é líder!", "você é líder!". Sabe, mas sem... sem criar na pessoa o que que ser o líder. E isso tem dificultado muito... dificultado muito, muito. (MARTINS, 2010b)

O próprio Danilo, crítico ao modo de se estabelecer lideranças entre os jovens, com experiências eminentemente técnicas, foi formado no SENAI, em 1969 (MARTINS, 2010a). Em sua narrativa, registrou a falta de treinamento para líderes. Algo que poderia indicar a necessidade de uma maior experiência profissional de trabalho antes de se chegar à chefia. De tal modo, os mais antigos teriam maiores chances para liderar os mais novos.

Contudo, o tema não foi depurado no decorrer da entrevista e, além disso, não obtive detalhes sobre a posição oficial do sindicato em relação ao "treinamento" para lideranças. Mas creio que a questão girava, principalmente, em torno da falta de uma postura operária

adequada às lutas sindicais (ou da ausência de uma conscientização política em conformidade ao pensamento de Danilo e, mesmo, de Júlio).

Em entrevistas direcionadas[8], organizadas pelo sindicato para subsidiar a elaboração do acordo coletivo de trabalho (2010), notavam-se indicativos sobre como os jovens trabalhadores (com até um ano de fábrica e formados pelo SENAI) avaliavam a atuação dos sindicalistas e a estrutura de trabalho na qual estavam inseridos. Dentre diversas manifestações, destacaram-se três que, a meu ver, sintetizaram centenas de outras opiniões:

> [a] – "Em primeiro momento, quero que, por favor, vocês leiam com atenção, estou na empresa a menos de 1 ano, tenho formação para o cargo, conseguida com muito estudo, meu salário é menos de 800,00 reais e trabalho na máquina com pessoas que recebem mais de 1.400,00 reais, isso acho muito errado porque trabalho muito e não sou valorizado, chego em casa cansado; muito porque, trabalho para mim e para outros que ganham bem, pois trabalho para ver se me valorizam. Outra coisa, estou na empresa a quase 1 ano e recebo menos do que os novatos que entraram semana passada. E o mais chato que estou ensinando eles a trabalharem. Injustiça. É complicado! Obrigado".
>
> ["trabalhador: USINAGEM, até 01 ano, já reivindicou equiparação salarial ao seu chefe, cesta básica ótima, sugere que o convênio médico 'não seja proporcional ao salário', sindicalizado".] (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA LUZIA, sem data).
>
> [b] – Atuar junto com os colaboradores. Pois existe uma enorme distância entre o sindicato e os mesmos.
>
> ["trabalhador: AF (Acabamento Final), até 01 ano, não reivindicou equiparação salarial ao seu chefe, cesta básica ótima, sugere que o convênio médico 'não seja proporcional ao salário', não sindicalizado".] (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA LUZIA, sem data).
>
> [c] – "Melhora do salarial, diminuição de horas trabalhista e trabalhada 40horas (...) fazer uma garagem para os carros e motos do estacionamento para livrar de Sol e Chuva. Para adquirir ele não é fácil."
>
> ["trabalhador: USINAGEM, até 01 ano, não reivindicou equiparação salarial ao seu chefe, cesta básica ótima, sugere que o convênio médico 'mudar esta autorização para liberar pedido na empresa e sim na consulta', não sindicalizado"] (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA LUZIA, sem data).

A individualização das reivindicações e o expressivo desnível salarial tornaram-se elementos desagregadores das solidariedades e sociabilidades que propiciariam ações mais coletivas? O "controle do elemento subjetivo da produção capitalista" (ALVES, 2005, p. 34) ou a "disputa das consciências" (ALMEIDA, 2010b) estavam sendo moldadas pelas relações estabelecidas pela gerência da ThyssenKrupp? Ou os comentários não correspondiam aos atributos coletivos esperados de uma sólida classe operária?

Não há como conjecturar tais dimensões apenas em função de astúcia da empresa, de possível distanciamento do sindicato ou da alienação atribuída aos trabalhadores. Outros fatores mais dinâmicos e ampliados, de contexto nacional, tais como o quadro político e

as transformações sociais ocorridas em anos anteriores a 2010, certamente, pesariam em quaisquer avaliações que buscassem responder os questionamentos anteriores[9].

Entretanto, nas entrevistas encontram-se registros de uma atuação política dos trabalhadores tidos como mais jovens. Em 2009, utilizando-se do discurso sobre os efeitos da crise econômica de então, a siderúrgica informou que demitiria centenas de trabalhadores pertencentes à planta de Santa Luzia.

Nas visões de Danilo e de Júlio, afere-se:

> [Danilo] – Bem, aqui, o que foi apresentado para gente... [a crise porque a empresa veio...] "Ó gente num tem jeito vamos fazer uma diminuição de empregos". Aí veio aquele negócio, o próprio trabalhador, para não perder o emprego naquele momento, teve que escolher entre a luta ou fazer a redução de jornada e de salário. Nós fomos contra qualquer redução, mas num teve jeito. O sindicato num foi favorável a isso... mas na discussão ideológica... [o trabalhador fez]. A gente sabia que na assembleia para discutir esse problema... seria difícil. "Mas teve que fazer". A própria chefia foi lá discutir com os trabalhadores no chão de fábrica. Nós não queríamos a votação. Pois, a chefia já havia feito a reunião com os funcionários. Mas a gente não dizia isso: "não queria pôr em votação". [Quero dizer]. Queríamos um tempo para discutir. Mas não teve como [...] 86 por cento votaram, quero dizer, "a gente está no caminho inverso", é isso! Você vê a votação, por mais que você tenta fazer é... ["poxa, a gente num queria fazer"]. A pressão naquele momento foi forte. O pessoal levantou a mão: "tem que fazer a votação, que eu vou perder meu emprego", coisa e tal. Então nós fizemos a votação... (MARTINS, 2010b)

> [Júlio] – Mas depois que demite, ela vem e pressiona pra negociar. E diante disso foi né, que os fizemos a votação secreta e o resultado, não!? Mais de 80 por cento dos trabalhadores; depois, solicitamos outra votação e depois mais 70 e tantos trabalhadores, quero dizer, teve duas votações. E depois do prazo, para retornar tudo como era antes, teve a prorrogação dessa redução de jornada e salário. (ALMEIDA, 2010b).

Além da expressiva derrota da pauta grevista, o acontecimento expôs a articulação da própria empresa na luta "ideológica" contra o sindicato (com assembleias conduzidas pela chefia). Ao mesmo tempo, revelou a ação de trabalhadores (tidos como jovens ou recém-empregados) que se puseram (concretamente) a proteger seus empregos e os dos demais colegas, a partir do voto pela redução de jornadas e dos (já baixos) salários.

Os sindicalistas, diante de tal quadro, não contavam mais com a "efervescência" dos tempos idos, ou seja, a existência de uma rede formada entre os trabalhadores de diversas empresas, fundação do PT e integração à CUT, e não possuíam as mesmas sociabilidades, o sentimento de família e a "base" da categoria.

A análise "a gente est[ava] no caminho inverso" (MARTINS, 2010b) sugeriu que o olhar de "Jano" (JASPER, 2014) do sindicalista estava voltado para a base que lhe impôs um derrota anunciada ["nós não queríamos a votação" (MARTINS, 2010b)]. Mas não se deve desconsiderar que a narrativa se fez em um tempo de transformação, no qual não havia estabilidade no trabalho, havia alta rotatividade de trabalhadores e a exploração ocorria por meio de diferentes vieses.

Tal fato, por fim, expôs problemas novos aos sindicalistas que se puseram a discutir as pautas levadas pelos jovens operários. Dentre elas, políticas de gênero, adoecimentos diversos e "assédio moral". (RECONSTRUÇÃO OPERÁRIA, 2010).

O trabalho transformado impôs nova face de Jano ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santa Luzia, nesta, o olhar vigilante observava suas próprias vigas e pilares, enquanto os projetos de reconstrução de pautas e de modos de intervenção no social ainda não estavam terminados. De fato, a reformulação tornou-se imprescindível para combater a precarização do emprego feita por deslaces de solidariedades entre a classe trabalhadora.

Considerações Finais

Neste artigo refleti sobre as transformações advindas do processo de privatização de uma planta das Forjas Acesitas, a partir de narrativas de sindicalistas que trabalharam e militaram desde os anos 1980.

Tentei demostrar que a ambiência de trabalho recomposta após a privatização privilegiou a ação individual (desde a política de chefia de máquina até a elevação particular de salários) frente às sociabilidades e ao trabalho coletivo. Essa dinâmica interferiu diretamente nas formas de organização dos trabalhadores, nos modos de se fazer oposição às políticas das siderúrgicas e, até mesmo, em seus laços identitários.

Por intermédio de narrativas individuais, dentro de leituras do processo de trabalho em transformação (lidas por muitos de maneira globalizada), notaram-se outros valores e determinações, influenciados por "limites exercidos" e por "pressões sociais" (WILLIAMS, 1979) nos locais de trabalho, nas relações sindicais e nos convívios de sociabilidades.

Evidentemente, outros ângulos da ação política dos trabalhadores, ocorrida após as privatizações, precisarão ser considerados para uma mais aprofundada visão sobre as modificações nas formas de contratação de força de trabalho no país e no reordenamento técnico do processo de trabalho.

Ações tais como a montagem de um "sindicalismo propositivo" e a criação de uma central sindical amena, ou "mais dócil", a saber, a Força Sindical, em 1991 (CARDOSO, 2003), influenciaram o modo de se fazer política e luta trabalhista nos anos posteriores. Junto a isso, na configuração social e na cultura de modo geral, a criação da imagem de que o serviço público era, no Brasil, um elefante branco influenciou a aceitação pública em relação às privatizações que inferiram nas modificações de condições de trabalho.

Mas, diante de tal quadro sombrio, busquei apresentar as especificidades do processo social através das perspectivas dos sujeitos que participaram e interpretaram os acontecimentos históricos. Por meio da história oral, observei aspectos sociais advindos "de baixo para cima" (SHARPE, 1992) os quais, a meu ver, criaram ambiências para mudanças econômicas e políticas ampliadas.

De tal modo, a Globalização pôde ser vista nas dimensões cotidianas, espacialmente localizadas, tanto nas formas obtusas de pequenos reajustes, nas ações das chefias e no

planejamento das metas, quanto nas leituras sobre posturas de jovens operários, quebra de laços solidários e nas disputas irregulares das consciências dos trabalhadores. Ou seja, pôde ser vista em seu processo de criação social, antes de ser (ou parecer ser) uma ideia abstrata, um sopro econômico metafísico advindo do norte do planeta Terra.

Notas

1 Este artigo tem o apoio da agência FAPEMIG, CHE - APQ-02063-17, relativo ao projeto: "História Social e História Oral: pesquisas sobre trabalho e trabalhadores no Triângulo Mineiro (2000-2016)".

2 Trato de uma pesquisa encerrada em 2012, e financiada pelo Cnpq, na qual participaram professores e alunos de pós-graduação vinculados à Universidade Federal de Uberlândia, à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Campus Marechal Cândido Rondon). Não se buscou uma determinação fechada sobre o termo Globalização, porém, algumas obras contribuíram para a reflexão coletiva do grupo (SANTOS, 2002; MESZÁROS, 2002; DUPAS, 1999; GORENDER, 1997; CHESNAIS, 1996; IANNI, 1996, 1995; CHESNEAUX, 1995).

3 Algo que é reconhecido pelo próprio Danilo, quando diz que muitos chefes não o queriam na siderúrgica.

4 Sem data exatamente indicada.

5 A abordagem de Carlos sobre a maquinaria se distingue das narrativas sobre a utilização do maquinário das Forjas Acesita pela ThyssenKrupp, tal como será discutido adiante.

6 Sobre Jano: "[..] deus romano das portas e dos portais, que com frequência aprecia em cima dos dois lados de uma porta, com uma face olhando para fora e outra para dentro" (JASPER, 2014, p. 20).

7 No ponto a respeito de novas e antigas máquinas, as narrativas de Danilo e de Carlos se distanciam. Júlio, em entrevista realizada em 2011, reclamava de uma máquina que estava lançando fagulhas "há muitos anos" e que fora apelidada de "metralhadora" (ALMEIDA, 2011).

8 Organizado e distribuído pelo sindicato em um momento em que suas ações se pautavam na NEGOCIAÇÃO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (minuta datada de 24/09/2010), (os trabalhadores eram apenas indicados por áreas de atuação, sem identificação de nomes). Prefácio: "Este questionário tem como objetivo saber dos reais problemas dos trabalhadores da Krupp. Através dessa consulta, constituiremos uma pauta reivindicatória para ser negociada com a direção da empresa. O acordo específico é negociado a cada 2 anos e é um acordo extra que trata das cláusulas sociais dos empregadores da Krupp. Para avançarmos em novas conquistas é importante não apenas responder, mas participar efetivamente de todo o desenrolar da campanha. Ao responder o questionário não é necessário colocar o nome. Estaremos recolhendo através de urnas na portaria após o horário de trabalho" (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA LUZIA, sem data).

9 Para um indicativo da amplitude da situação política e econômica de anos antecessores, ver, entre outros, Singer (2012) e Ruy Braga (2012).

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7 ed. ampl. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

BRAGA, Ana Cristina Gazolla. **Uma análise do processo de privatização brasileiro, com ênfase no setor siderúrgico**. 1996. 510 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)– Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNEAUX, Jean. **Uma outra relação com o espaço e com o tempo**: modernidade-mundo. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 17-40.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e terra, 1999.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. v. 11, n. 29, p. 311-361, 1997.

IANNI, Octavio**. Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **A dialética da globalização**: Modernidade-Mundo. Teorias da Globalização. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JASPER, James Macdonald. **Protesto:** uma introdução aos movimentos sociais. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 3-15, 2004.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MORAIS, Sérgio Paulo. Memórias em disputa: globalização, trabalho industrial e pautas sindicais (1990-2015). **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia. v. 1, p. 211-240, 2016.

PORTELLI, Alessandro. História oral: Uma relação dialógica. In._____. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9-26.

PORTELLI, Alessandro. Memória e Globalização. A Luta Contra o Fechamento da Thyssen-Krupp em Terni, 2004-2005. In. BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Trabalhadores e**

trabalhadores na contemporaneidade: Diálogos Historiográficos. Cascavel: Edunioeste, Capes, 2011. p. 17-36.

_____. História Oral como Gênero. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 9-36, 2001.

_____. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa**: uma introdução. Tradução de Tomás da Costa. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In. BURKE Peter (Org.). **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-64.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TOMIZAKI, Kimi. "Socializar para o trabalho operário: o Senai-Mercedes-Benz". Rio de Janeiro. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 69-94, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 73-98

Fontes

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SANTA LUZIA. Questionário. 2009.

RECONSTRUÇÃO OPERÁRIA. Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Luzia, jun. 2010.

Entrevistas

ALMEIDA, Júlio. **Júlio Almeida (50 anos)**: entrevista [abr. 2011]. Entrevistador: Sérgio Paulo Morais. Santa Luzia, 2011. 1 arquivo mp3 (46 min).

GUIMARÃES, Carlos. **Carlos Guimarães (58 anos)**: entrevista [set. 2010]. Entrevistador: Sérgio Paulo Morais. Santa Luzia, 2010. 1 arquivo mp3 (1 h 8 min).

MARTINS, Danilo; ALMEIDA, Júlio. **Danilo Martins (54 anos) e Júlio Almeida (50 anos)**: entrevista [fev. 2010]. Entrevistadores: Sérgio Paulo Morais e Paulo Roberto de Almeida. Santa Luzia, 2010b. 1 arquivo mp3 (1 h 42 min).

MARTINS, Danilo. **Danilo Martins (54 anos)** : entrevista [set. 2010]. Entrevistador: Sérgio Paulo Morais. Santa Luzia, , 2010a. 1 arquivo mp3 (51 min).

Recebido em 19 de fevereiro de 2018
Aceito em 12 de maio de 2018

DOI 10. 5216/ o.v18i2.51341

DOR, FUTEBOL E RELAÇÕES DE PODER: ANALISANDO CONSENSOS, REVELANDO CONFLITOS

Leonardo Turchi Pacheco[*]

César Teixeira Castilho[**]

Resumo: O objetivo desse artigo é o de refletir sobre as narrativas da medicina e fisioterapia esportiva para dar sentido a dores e lesões nos corpos de atletas de futebol. Para tal realizamos a análise de dois consensos e um protocolo – Consensos de Doha e Munique, e do Protocolo FIFA11+ – aos quais fomos apresentados em uma palestra de fisioterapeutas esportivos de um grande time de futebol da capital paulista. Fundamentados nesses documentos e nos dados coletados na palestra, exploramos as relações de poder e os conflitos entre alguns atores do campo esportivo na tentativa de propor uma classificação e uma sensação legítima de dor e de lesão nos corpos dos atletas. Concluímos que, através da linguagem legítima e autorizada, os discursos sobre a dor e a lesão adquirem um estatuto de verdade, enquadrando os atletas a experimentarem sua condição de sujeito, quando lesionados, em uma das categorias construídas pelos consensos.

Palavras-chave: Dor; Futebol; Relações de poder.

[*] Professor Adjunto do instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutor em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Sociologia da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem experiência n as áreas de Antropologia e História. Trabalha com os seguintes temas: masculinidade, envelhecimento, esporte, juventude, corporalidade, identidade, relação de gênero e violência de gênero. E-mail: leonardoturchi@gmail.com

[**] Pós-Doutorando em Estudos do Lazer – UFMG. Doutorado em "Sciences du Sport e du Mouvement Humain" - Université de Paris-Sud (Paris 11). Mestrado em Estudos do Lazer – UFMG. Graduação em Ed. Física – UFMG. E-mail: castcesarster@gmail.com

PAIN, SOCCER AND POWER RELATIONS: ANALYZING CONSENSUS, REVEALING CONFLICTS

Abstract: The aim of this article is to reflect upon the narratives of sports physiotherapist and doctors to make sense of pain and injuries in the soccer player's bodies. Therefore, based on the analysis of two consensus and one protocol – Doha and Munich Consensus, and the FIFA 11+ Protocol – all of which were presented in a conference held by the physiotherapists of one of the most traditional soccer squad of São Paulo city, our intention is to explore the power relations and conflicts among some of the actors involved in the sports field. In this way we wish to reveal the struggle among these actors to classify and legitimate pain and injury suffered by the athletes' bodies. In conclusion we point out that through an authorized and legitimatized language the discourses about pain and injury acquire a statement of truth that subjects the athletes to submit into one of the categories produced by the consensus.

Keywords: Pain; Soccer; Power relations.

DOLOR, FÚTBOL Y RELACIONES DE PODER: ANALIZANDO CONSENSOS, REVELANDO CONFLICTOS

Resumen: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre los relatos de la medicina y la fisioterapia deportiva para dar sentido a los dolores y lesiones en los cuerpos de atletas de fútbol. Para ello, efectuamos el análisis de dos Consensos y un Protocolo - Consensos de Doha y Múnich, y del protocolo FIFA11 + - a los cuales fuimos presentados en una conferencia de fisioterapeutas deportivos de un gran equipo de fútbol de la capital paulista. Fundamentados en esos documentos y en los datos recogidos en la conferencia investigamos las relaciones de poder y los conflictos entre algunos actores del campo deportivo, intentando proponer una clasificación y una sensación legítima de dolor y de lesión en los cuerpos de los atletas. Concluimos que, a través del lenguaje legítimo y autorizado, los discursos sobre el dolor y la lesión adquieren un estatuto de verdad, encuadrando a los atletas a experimentar su condición de sujeto, cuando lesionados, en una de las categorías construidas por los consensos.

Palabras clave: Dolor; Fútbol; Relaciones de poder.

Introdução

Esse artigo é um desdobramento de uma pesquisa que ocorreu durante os anos de 2015 e 2016.[1] Nesse período acompanhamos como observadores e, algumas vezes, como participantes, dois projetos de extensão em uma Universidade Federal do Sul de Minas Gerais. Esses projetos eram intitulados "Liga da dor" e "Atletas sem dor". Em ambos, orientados por docentes do curso de fisioterapia, discentes da graduação e da pós-graduação se encontravam para debater artigos sobre a dor, no caso da "Liga", e para observar e praticar a fisioterapia esportiva no ambulatório localizado na quadra de esportes da universidade durante os Jogos entre as atléticas da instituição, no caso dos "Atletas".

Em uma dessas visitas a campo fomos informados sobre uma palestra que aconteceria como parte de um evento de fisioterapia em que dois fisioterapeutas esportivos de uma grande e tradicional equipe de futebol da capital paulista seriam os expositores. Ao comparecer à palestra entramos em contato com os Consensos de Doha (CD) e Munique (CM) e com o programa de prevenção de lesões FIFA Eleven Plus (FEP).

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre as narrativas da fisioterapia/medicina esportiva para dar sentido ao corpo do atleta em relação a dores e lesões. Para isso utilizamos como ferramenta metodológica a análise interpretativa das narrativas dos palestrantes e dos consensos e programas mencionados acima.

Nesse sentido, o texto está dividido em duas partes. A primeira, intitulada analisando consensos, descreve o CD e o CM e analisa a normatização e classificação desses consensos sobre as dores e lesões dos atletas. Verifica-se que nessa normatização está em jogo, entre os atores da área da saúde esportiva – no caso, médico e fisioterapeutas –, o reconhecimento do sentido da dor e lesão, através da legitimidade do vocabulário científico. Na segunda parte, intitulada revelando conflitos, incorpora-se a análise do FEP para apontar as relações de poder e negociações entre atores do campo esportivo.

Analisando consensos

30 de setembro de 2015, uma quarta-feira à noite, observamos de dentro do ambulatório da quadra de esportes de uma universidade do sul de Minas Gerais o jogo entre as equipes femininas de futsal da letras e da nutrição. Nossa intenção era a de observar como se dá a relação entre fisioterapeuta e atleta machucado. Para o nosso azar ninguém se machuca nesse dia, não havendo assim interação entre esses dois atores. Mas nada está perdido, no final das partidas que se seguiram somos informados que haverá uma mesa redonda na sexta-feira, intitulada *Fisioterapia Esportivo no Futebol*, em que dois fisioterapeutas de um clube da primeira divisão paulista serão os palestrantes.

Dois dias depois presenciamos a palestra como ouvintes.[2] Através da exposição dos fisioterapeutas somos apresentados a dois consensos e a um programa de prevenção de lesão – CD, CM e o FEP.

Nenhum dos dois fisioterapeutas se atém detalhadamente a esses consensos e programa. Eles os citam como indicadores para melhorar suas próprias práticas no clube em que trabalham. Reforçam que eram frequentes quatro tipos de lesões – lesões musculares, entorse de joelho, dores na virilha e entorses de tornozelo – e que com o "protocolo" que eles propuseram, baseados nos consensos e no programa, elas diminuíram consideravelmente. Para ilustrar o resultado, um deles exibe uma foto de um jogador e comenta: "V. famoso, né? Ele saiu de lá e isso já melhorou bastante as nossas estatísticas (risos)".

Mas o que são esses Consensos ?

Em 4 de novembro de 2014, 24 *experts* de 14 países reunidos no *Aspetar Orthopedicand Sports Medicine Hospital* em Doha, no Qatar, redigiram um documento – Consenso de Doha –, que se transformou em um artigo, com o objetivo de produzir definições claras das dores e lesões de virilha e colher dados para comparar o atleta de elite de futebol com os de outras categorias.

A partir do resgate e da problematização de 34 artigos de revisão internacional sobre dor e lesão na virilha no contexto do futebol profissional, os autores do documento (WEIR et al., 2015) propuseram uma taxonomia e uma definição homogênea para a dor e lesão da virilha para classificar os atletas.

> A reunião do encontro de Doha sobre terminologia e definições de dor na virilha em atletas chegou a um consenso sobre uma taxonomia clinicamente baseada usando três categorias principais. Essas definições e terminologia são baseadas em histórico e exame físico para categorizar os atletas, tornando-as simples e adequadas tanto para a prática clínica quanto para a pesquisa. (WEIR et al., 2015, p. 768, tradução nossa).[3]

Um termo guarda-chuva foi eleito – "*groin pain*" (lesão/dor na virilha), para definir homogeneamente a entidade clínica. A escolha da lesão na virilha não é desprezível visto que, segundo o próprio documento, tal lesão é responsável por 4-19% de todas as lesões diagnosticadas em atletas de futebol masculino, e entre 2-4% nas atletas femininas. Esse termo engloba uma série de outros termos para que os médicos e fisioterapeutas classifiquem e compreendam os sintomas e sinais exibidos pelos atletas. Esses termos foram relacionados com a dor na virilha associada ao 1) músculo adutor, ao púbis e ao iliopsas, 2) ao quadril e a 3) outras suspeitas clínicas – devido a sua relação com uma multiplicidade de diagnoses.

A segunda parte da palestra se atém ao "protocolo" de prevenção de lesão muscular para o melhor rendimento e desempenho do atleta e da equipe. Logo de início a menção ao CM é feita para ilustrar as classificações reconhecidas para a lesão muscular.

O CM foi realizado dois anos antes do CD, em 2012, na cidade de Munique na Alemanha (MUELLER-WOHLFART et al., 2013). O encontro, que resultou em um documento, e assim como o de Doha, em um artigo científico de revisão, teve financiamento do centro ortopédico e treinamento do Bayer de Munique, das empresas de material esportivo e de automóveis, Adidas e Audi respectivamente.[4] Esse consenso foi elaborado por 14 autores a partir da análise de um *survey* com 30 médicos de times e cientistas que tinham como língua nativa o inglês.

A partir das respostas desses sujeitos, os autores encontram uma série de inconsistências no que tange à terminologia utilizada para se referir à lesão muscular. Indicam que vários

termos, que vão desde rasgar, passando por estresse, fadiga até pressão muscular, foram utilizados para descrever a lesão muscular.

Segundo análise realizada por esses profissionais, essa heterogeneidade dificultava a comunicação e as estratégias de tratamento pelos médicos. Portanto, na tentativa de padronizar a terminologia os autores do documento deslegitimam as padronizações anteriores, entendidas como simplistas e cheia de lacunas, e desenvolvem um sistema classificatório da dor/lesão muscular em duas partes, com uma série de subdivisões precisamente definidas. A descrição de todas as variáveis e a forma classificatória da lesão e da dor não deixam dúvidas sobre a precisão em compor uma definição, identificar os sintomas, os sinais clínicos específicos, a localização deles no corpo e a possibilidade de se observar esses fenômenos por ultrassonografia.

Ao ler o documento é possível verificar o grau de sofisticação das classificações e definições. Nele fica-se sabendo que as lesões são repartidas em dois blocos: as lesões por contato físico e sem contato físico. As sem contato físico podem ser divididas em dois grupos: o distúrbio muscular funcional e as lesões musculares estruturais. O distúrbio muscular funcional descreve desordens sem evidência macroscópica de rompimento de fibra. As lesões musculares estruturais descrevem lesões estruturais com evidências macroscópicas de ruptura de fibra. Desses dois grupos se depreendem dois outros subgrupos mais específicos com dois tipos de descrição para cada dor ou lesão. Tem-se que essa parte funcional é subdividida em dois subtipos de distúrbios musculares. O tipo 1 se refere ao esgotamento muscular e está subdividido em tipo 1 A e tipo 1 B. Nesses tipos de distúrbios os sintomas são dores e inflamações. A musculatura fica tensionada e nada aparece no ultrassom. O tipo 2 se refere a distúrbios neuromusculares. O tipo 2 se divide em 2 A "*spine related*" e 2 B "*muscle related*". Essas dores não aparecem no ultrassom, mas seus sintomas são descritos como "*pressure pain*" e "*cramp-like pain*". Do lado estrutural aparece também um subgrupo com mais três tipos de lesão. Essas são observáveis no aparelho de ultrassom e seus sintomas são descritos por "*dull pain*", "*sharp needle like or stabbing pain*", ou até a perda de equilíbrio do atleta. O inchaço e a dificuldade de locomoção são os sinais clínicos observados.

Esses dois consensos permitem abordar questões importantes para se pensar a dor e a lesão. Uma delas diz respeito ao sistema de classificação e normatização. Essa questão se desdobra na construção de hierarquias e apropriação de uma linguagem autorizada do discurso de poder-saber.

Durkheim e Mauss (2005) em um texto clássico já afirmavam que "a classificação das coisas produz esta classificação dos homens" indicando que o processo de classificação é um processo de distribuição de sujeitos a partir de certas regras sociais, de "certas maneiras de conceber as coisas". Assim, segundo esses autores, a lógica estabelecida para se classificar fenômenos produz uma ordem hierárquica.

Ao classificar e impor uma ordem sobre determinado fenômeno o que se verifica é o estabelecimento de uma hierarquia que representa as posições das coisas e simultaneamente desvela as distinções sociais. Como indicam Hertz (2007) e Douglas (2007), as hierarquias não somente estabelecem relações de poder e vínculos sociais entre pessoas, mas também

produzem divisões entre coisas/noções sagradas e profanas, puras e impuras, ordem e desordem. No caso da área da saúde, de uma maneira global, tais classificações solidificam ainda mais a hierarquização do saber médico sobre os outros profissionais da área e, consequentemente, uma reserva de mercado já existente há algumas décadas nesse âmbito. Tal noção encontra-se introjetada na sociedade através de valores e distinções sociais resultando o que conhecemos como o "poder político do saber médico" (FOUCAULT, 1972). Como nos alerta Corbin; Courtine e Vigarello "se o médico se tronou um perito em todos os assuntos públicos e privados, é porque toda pessoa saudável é um doente que se ignora" (CORBIN et al., 2008, p. 19).

Na proposição dos dois consensos é possível observar que através da nomeação e normatizações dos usos legítimos das categorias dor e lesão uma hierarquia do campo científico se revela através da linguagem. Bourdieu (2008) ao se deter sobre as "operações sociais de nomeação" propõe que as palavras não possuem poder em si mesmas, mas que elas adquirem poder através de lutas para serem reconhecidas como legítimas. Nessas lutas de saber-poder há um porta-voz (instituição) das palavras legítimas e estas só adquirem sua eficácia e autoridade simbólica quando são proferidas em lugares específicos por pessoas específicas. Nesse sentido, pode-se apontar para uma hierarquia, pois que as classificações e os termos estabelecem limites e fronteiras para o uso tanto da língua apropriada como das pessoas apropriadas para utilizá-la. Pode-se apontar também para uma hierarquia do ato de nomear as coisas e fazê-las representar a realidade.

É isso que diz Bourdieu,

> [...] a luta entre classificações, dimensão de toda luta de classes, traz a constituição das classes, classes de idade, classes sexuais ou sociais, clãs, tribos, etnias ou nações. Conferindo a linguagem e, de modo mais geral, as representações uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade a teoria neokantiana é perfeitamente procedente quando se aplica ao mundo social: ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é autorizada). Todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e de constituir o mundo nomeando-o [...] (BOURDIEU, 2008, p. 81).

Ora, é justamente isso que fica explicitado no CD quando nesses documentos seus propositores argumentam que a escolha do termo "*groin pain*" (dor na virilha) foi a opção por um termo direto, fácil de ser usado no dia a dia – dos médicos e fisioterapeutas, talvez? – e generalizável. É isso que se percebe também no documento ao argumentar que o termo permite substituir uma série de outros termos "cientificamente dúbios" e leigo-populares, como "*athletic pubalgia*", "*athletic groin pain*", "*sports groin pain*", "*sportsmen's groin*", "*sports hernia*".

A dor, já há algum tempo compreendida como doença e não mais como sintoma (FIGUERÓ, 2000), ao ser classificada pelos chamados "consensus universais", perde todo o seu caráter individual, subjetivo e multidisciplinar. Percebemos que no mundo do esporte de elite, em virtude sobretudo da pressão econômica incessante, tais considerações e sutilezas relativas ao diagnóstico, ao prognóstico e à prevenção de lesões musculares, entre outras, não

têm espaço e o atleta é visto como produto a ser explorado ou descartado dependendo das circunstâncias. O futebol americano, exemplo máximo dessa perspectiva neoliberal esportiva, chega ao ponto de burlar e manipular lesões cerebrais evidentes oriundas dos choques entre os atletas, as chamadas "encefalopatias traumáticas crônicas", em virtude do aspecto econômico do esporte mais rentável do mundo (STRAIN et al., 2013).

Rabinow (1999), assim como Bourdieu (2008), nos dá argumentos para pensar a associação entre lutas políticas e relações de poder baseadas em tipos de saber quando propõe uma leitura de Foucault sobre governamentalidade e asujeitamento. Nessa leitura, Rabinow (1999) aponta que os regimes de saber/poder (científico) constroem discursos de verdades assentados em práticas que têm por finalidade as divisões (classificações e categorizações que constituem divisões e se ramificam em outras divisões dentro dessas divisões). Estas práticas são práticas de exclusão no sentido em que produzem identidades e alteridades a partir do disciplinamento e subjetivação do corpo das pessoas. Em suma, classificam-se e nomeiam-se dores e lesões para darem sentido a essa experiência de maneira uniforme, ao mesmo tempo em que se autoproclamam como as pessoas autorizadas a utilizar a linguagem criada para identificar essas noções. E ademais, constroem discursos de verdades sobre essas experiências para objetificar os sujeitos passíveis de sofrê-las.

Turner, ao também resgatar Foucault, afirma que "o conhecimento produz o desejo para poder controlá-lo" (TURNER, 2014, p. 82). Será que poderíamos afirmar o mesmo em relação ao conhecimento sobre a dor e a lesão? O conhecimento produz a dor para poder controlá-la?

Orterga e Zorzanelli (2010) quando refletem sobre "o papel da tecnologia de visualização médica na construção social e cultural da doença" parecem dar uma resposta positiva a essa questão. Para os autores as tecnologias das ciências médicas e as novidades biotecnológicas recriam e redefinem a noção de saudável e patológico, e de sujeito ou objeto de seu discurso de verdade. Eles argumentam que a evidência das doenças e sua veracidade estão associadas às máquinas que decifram as doenças. Os autores não se detêm sobre a dor. Mas será que a evidencia e a veracidade da dor também não passariam pelo exame de máquinas decifradoras de lesões submetendo o corpo do atleta ao jogo das relações de poder? Nesse sentido, não poderíamos afirmar que as máquinas decifradoras de lesões tornam os corpos lesionados corpos dóceis?

Concordamos com esses autores na medida em que identificamos uma tentativa dos dois consensos de delimitar, através da nomeação, os sintomas dos sinais clínicos específicos, do órgão em que a lesão será refletida e a possibilidade de se observarem esses fenômenos por tecnologias da ciência médica, e os sentidos da dor e da lesão para ter a certeza de poder controlá-las. Outra questão que os consensos deixam pensar se refere ao caráter universal da experiência de dor e lesão. Quando Le Breton (2013) apresenta o caráter simbólico e histórico cultural da noção de dor aponta para a não universalidade das experiências. Essa última característica vai de encontro aos consensos na medida em que estes normatizam as experiências tornando-as universais. O mundo esportivo parece ignorar a "singularidade do corpo" e a gestão personalizada da dor como "estranheza legítima" do indivíduo (CORBIN et al., 2008).

Assim, observamos que os dois consensos produziram uma classificação para normatizar as dores e lesões dos atletas e fazendo isso normatizaram também as possibilidades de um atleta sentir um determinado tipo de dor e lesão. Fora dessas classificações, o atleta que experimentar uma dor/lesão não catalogada seria estigmatizado como sendo "chinelinho" e "canela de vidro", seria acusado de estar dando um "migué" para não treinar e jogar, seria um mentiroso. Enfim, teria sua identidade definida pela lesão e dor que experimenta e sua narrativa desautorizada. O ônus da responsabilidade recai sobre o atleta e indica uma falha de caráter, uma fraqueza de vontade, um lapso de autocontrole racional (ORTEGA; ZORZANELLI, 2010).

Revelando conflitos

No meio da palestra um dos fisioterapeutas se refere à dor que não aparece nas imagens. Ele diz que ao apalpar o local, qualquer que seja o músculo, é possível identificar a veracidade da dor sentida. Nesse momento, faz uma voz de deboche e imita um diretor de clube imaginário que diz: "esse jogador está de 'migué', a lesão não aparece nas imagens!"

Mais adiante, quase no final da palestra o seu companheiro afirma: "Nós somos profissionais tão importantes como os médicos" [mostra a foto do jogador "Luizito" Soares indo comemorar um de seus gols com o fisioterapeuta da equipe uruguaia em forma de agradecimento pelo tratamento que proporcionou a sua recuperação para jogar a Copa do Mundo no Brasil].

Assim termina a palestra.

Essas duas narrativas acrescentadas aos consensos e ao programa da FIFA de reabilitação nos permitem abordar os conflitos e as negociações entre os atores envolvidos com as lesões e dores. Uma dessas negociações está diretamente relacionada ao FEP. O FEP é um programa de "aquecimento completo" organizado por Bizzini, Jange e Dvorak (2007) – equipe médica e fisioterapêutica da FIFA – que pretende evitar e reduzir os riscos de lesão sem contato. O próprio documento aponta para os benefícios do programa como sendo "uma investigação clínica de envergadura (...) e de redução de 30% a 50% das lesões" (BIZZINI et al., 2007, p. 4).[5]

Ao se ler o programa é possível compreender que ele é dividido em três partes totalizando quinze exercícios em sequência. A parte um é composta por exercícios de corrida em velocidade reduzida acrescidos de alongamentos ativos e contatos controlados com o parceiro. A parte dois é composta por um conjunto de seis exercícios, cada um com três níveis de dificuldade crescente que enfocam as pernas, o equilíbrio, a agilidade e a pliometria. A parte três é composta por exercícios de velocidade moderada e elevada combinados com movimentos de mudanças de direção.

Como informa o documento, cada um desses exercícios previne algum tipo de lesão. Assim no nível 1 há o que é chamado de treino de centro, que procura a estabilidade do centro, da postura corporal e fortalecer os músculos do tronco (abdominais, músculos extensores das costas), o que por sua vez previne lesões no joelho. O exercício de equilíbrio integra um

sistema complexo de ações musculares, que por sua vez previne lesões no joelho e tornozelo. O de pliometria combinado com o de agilidade e a mudança rápida de ação muscular previnem lesões do ligamento cruzado anterior, joelho e tornozelo.

Além dessa classificação e detalhamento corporal, é intrigante observar que o documento enfoca o papel do treinador (ao invés de o do preparador físico, por exemplo) como um vigilante atento à corporeidade dos seus jogadores. A ele caberia "começar por sublinhar a importância da prevenção de lesões. Só depois de todos os jogadores entenderem bem essa mensagem é que deverá dar início à explicação e instrução dos exercícios" (BIZZINI et al., 2007, p. 12). Nesse sentido, sugere que o treinador faça os atletas entenderem os benefícios e eficiência do programa, os supervisione no exercício, "todos os erros devem ser corrigidos atentamente", e os motive e incentive a praticarem o método.

Em um artigo que explora a relação de poder e sexualidade em Elias e Foucault, Pacheco (2009) debruça-se, entre outras questões, sobre uma das fases foucaultianas em que esse autor refletia sobre o poder através dos aparatos de disciplinarização do eu na modernidade. O olhar vigilante do panóptico regulava as atividades dos corpos fazendo com que as ações dos indivíduos, ao longo do tempo, fossem realizadas de maneira normativa, mesmo que não houvesse vigilância externa alguma, tornando a resistência em algo residual, fazendo dos corpos dóceis. Foucault, no entanto, como indica Pacheco (2009), naquele momento, ao contrário do que pensa Turner (2014), não se furtou em revelar que não há rede de poder exercido sem uma contra rede de resistência.

No caso da FEP em relação à prevenção de lesões e dos CD e CM em relação à identificação e classificação de dores e lesões, é possível pensar conflitos e estratégias de negociação entre atletas, treinadores, médicos e fisioterapeutas – com a balança de poder pesando para um lado ou outro dependendo das disputas na configuração desse campo que interlaça esportes e saúde.[6] É isso que mostra Bittencourt (2015) quando estuda a categoria de base do Atlético Paranaense e se depara com as tecnologias para domesticar o corpo do atleta em formação. Esse autor revela que a dor é colocada em pauta e verbalizada como uma estratégia dos atletas para serem dispensados de treinamentos e jogos menos importantes.[7] Ao passo que pode ser escondida, suprimida e desrespeitada (WHITE et al., 1995) quando o jogo é importante e a ameaça à titularidade é percebida como eminente.

Por outro lado, a balança pode tender para a direção do treinador e das necessidades da equipe, como sugeriram Roderick, Waddington e Parker (2000) ao abordarem, entre os futebolistas ingleses, a prática de se jogar mesmo que machucado. Nesse artigo os autores revelam que há uma coerção por parte dos companheiros da equipe, dos treinadores e da direção para que os atletas machucados atuem em qualquer condição. Essa coerção é baseada em valores do campo esportivo, que associa o sacrifício em prol do coletivo, mesmo que essa ação possa determinar o encerramento da carreira do atleta, a uma atitude correta e respeitada pelos pares – ao passo que aqueles que não se sacrificam são considerados menos viris e sofrem uma série de reprimendas, que vão desse do estigma de "viadinho" até o completo isolamento do grupo nos treinos.

Waddington (2006), em um artigo que explora os problemas éticos para o conhecimento médico sobre lesões nos esportes, reforça a sua posição no artigo escrito com Roderick e Parker (RODERICK et al., 2000) e complementa indicando outros motivos que fazem o jogador se submeter a jogar machucado:

> [...] Jogar lesionado é uma parte normal e aceita da vida de um jogador de futebol profissional, e tentarão jogar lesionados por vários motivos. O primeiro deles é o medo de perder seu lugar na equipe, o que é um medo muito real para todos, exceto para uns poucos jogadores que já são consagrados. Os jogadores também tentarão continuar jogando se a equipe tiver uma série de jogos particularmente importantes. Além disso, a maioria dos jogadores tem uma forte autoimagem e senso de orgulho profissional; pois o futebol é o único trabalho que já realizaram e o único trabalho que eles sabem fazer, e muitos jogadores descreveram a frustração que eles experimentaram quando não conseguem jogar. (WADDINGTON, 2006, p. 187, tradução nossa).[8]

Na sequência, quando o autor explora questões éticas que envolvem a prática da medicina esportiva, ele assinala que uma delas é a questão da confidencialidade e consentimento entre médico e paciente. Waddington (2006) indica que há um conflito de interesses entre o que é tradicionalmente entendido como a relação entre médico e paciente fora do esporte, e as decisões tomadas pelos médicos quando empregados em um clube de futebol.[9]

Se a relação tradicional entre médico e paciente prega o uso da habilidade do médico exclusivamente para o paciente, no clube de futebol esta lealdade é fraturada pela dependência do médico a alianças com seus superiores hierárquicos. Então, se em condições tradicionais o médico não atua em nome ou interesse de nenhum agente que possa prejudicar a saúde e bem estar do paciente, nos clubes o médico sofre pressão de técnico e diretores para que o atleta entre em campo mesmo que machucado. Se em condições tradicionais o médico precisa manter a intimidade e confiabilidade do paciente, nos clubes essas características também são atravessadas por demandas que fazem conflitar a responsabilidade em relação ao jogador e a responsabilidade em relação ao clube. Essa tensão faz com que o jogador omita informações da própria saúde que são relevantes. Mas como toda história tem dois lados; como informa Waddington, a balança de poder pode pender para a direção do médico na medida, mesmo que isso reflita uma falta de ética absurda, em que ele tem informações que podem comprometer os jogadores e impedir que consigam melhores contratos com outros clubes.

Como se percebe, são múltiplas as negociações para se controlar o corpo do atleta em relação à definição das noções de dor e lesão, como também são múltiplos os atores envolvidos nessas disputas pelo discurso verdadeiro da experiência dessas noções.

Conclusão

Ao concluir o artigo, gostaríamos de enfatizar uma relação entre os consensos. Em Doha como em Munique é a justificativa de facilitar a comunicação entre os médicos em relação ao diagnóstico e o tratamento das dores de virilha e lesões musculares que os discursos enfocam.

Em ambos os consensos observa-se a preocupação com a precisão das definições taxonômicas das desordens corporais, seus sintomas, condições clínicas e visibilidade por aparatos técnicos medicinais. Ademais se observa, através da linguagem autorizada, estabelecer uma hierarquia que identifica as instituições e os profissionais autorizados a falar sobre lesão e dor. Os discursos sobre a dor e a lesão adquirem um estatuto de verdade, forçando os atletas a experimentarem sua condição quando lesionados em uma das categorias construídas pelos consensos. Quando esse não é o caso, a ameaça do estigma e a responsabilização do próprio atleta são os preços a se pagarem pela não adequação da dor e lesão ao quadro clínico reconhecido e legitimado pela ciência médica.

Assim como o FEP quando traça os benefícios da prevenção das lesões, os consensos também colocam as justificativas para normatizar e classificar na lógica da eficiência e desempenho da equipe em contraposição à saúde do atleta. A adesão aos consensos e ao programa da FIFA não se justifica somente pela melhoria da qualidade da prática do esporte para os atletas, mas também e mais importante pelo lucro que a equipe aufere com a diminuição de lesões dos jogadores.

Nesse sentido, compreendemos que o mundo do esporte de elite, na contramão de todo um novo discurso contemporâneo relativo à dor como doença e não como sintoma, ignora o caráter multideterminado da dor, pois ao falar de "dor", falamos da confluência, entre outros, de fatores genéticos, de aprendizado, étnicos, comportamentais, morais, religiosos e psicológicos, que determinam a abordagem diagnóstica e terapêutica multiprofissional e multidisciplinar (FIGUERÓ, 2000). Não existe tempo de reflexão no âmbito esportivo, o hoje, muitas vezes, já representa o passado e a perda de cifras econômicas inimagináveis.

Por fim, se observa que todas essas tentativas de normatização do corpo do atleta sofrem em contrapartida resistências dos próprios atletas e demandam uma série de negociações que refletem as relações de poder dentro do campo que intersecciona questões envolvendo a ciência da saúde e o esporte.

Notas

1 A pesquisa era intitulada "Reconhecer a dor; saber cuidar do corpo: um estudo etnográfico sobre o processo de aprendizagem de fisioterapeutas e enfermeiros em Alfenas – MG e Poços de Caldas – MG" e contou com o financiamento do Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014.

2 Na primeira parte da palestra é abordado o "protocolo" adotado pelos profissionais. Este se constitui em três níveis. O primeiro é chamado de prevenção de saúde e acontece na pré-temporada com uma equipe multidisciplinar que se preocupa com a dieta, a preparação física, médica, psicológica, fisiológica dos atletas. O segundo é chamado de riscos relacionados à prática e o terceiro de reabilitação com prevenção. No primeiro nível todos os atletas são submetidos ao protocolo. No segundo e terceiro níveis somente o atleta lesionado é submetido ao protocolo. Nesses dois últimos níveis do protocolo, o departamento de fisiologia e o de fisioterapia contribuem conjuntamente no trabalho de recuperação do atleta. Isso ocorre mediante um treinamento especializado no órgão lesionado, no acompanhamento de reabilitação e no reforço de prevenção de futuras lesões no mesmo órgão.

3 No original: "The Doha Agreement meeting on terminology and definitions of groin pain in athletes reached a consensus on a clinically based taxonomy using three major categories. These definitions and terminology are based on history and physical examination to categorize athletes, making it simple and suitable for both clinical practice and research" (WEIR et al., 2015, p. 768).

4 A marca de material esportivo Adidas, fundada em 1920 pelos irmãos Adolf e Rudolf Dassler, encontra-se associada ao esporte de elite desde os Jogos Olímpicos de 1928, com sede em Amsterdã. Segundo Simson e Jennings (1992), diversos escândalos relacionados à propina, ao doping e à manipulação de resultados no contexto dos Jogos Olímpicos possuem relação direta com as marcas de material esportivo, em especial a Adidas.

5 O CM também traça os benefícios de identificar as lesões musculares por meio de porcentagens de presença dos atletas nos jogos e as partidas. Assim, no documento está indicando que: "O fato de que um time de futebol masculino de elite com um plantel de 25 jogadores pode esperar em torno de 15 lesões musculares por temporada com um tempo médio de ausência de 223 dias, 148 sessões de treino e 37 jogos perdidos demonstram sua grande relevância para os atletas e também para os clubes [...] em particular nos atletas de elite, onde as decisões sobre o retorno e disponibilidade de jogar têm uma importância financeira ou estratégica significativa para os jogadores e para a equipe, o interesse em otimizar o processo de diagnóstico, terapêutico e reabilitação após lesões musculares, minimizar a ausência do esporte e reduzir as taxas de recorrência é enorme" (MUELLER WOHLFART et al., 2013, p. 343, tradução nossa). É curioso notar que a perda de eficiência da equipe, a perda de pontos importantes, os dividendos e a possibilidade de não auferir lucro durante o campeonato são aspectos mais enfatizados do que a saúde e o bem-estar do atleta.

6 Essa relação entre esportes e saúde está longe de ser fidedigna, visto que, notadamente no que concerne ao esporte de alto rendimento, a prática esportiva pode ser vista como o oposto da saúde, como nos alerta Carvalho (1995), já no título do seu livro, O "*mito*" da atividade física e saúde.

7 Em entrevista para um programa da ESPN Brasil, Renato Augusto, então jogador do Corinthians, contou uma história de como burlou o primeiro treino em que iria participar no rigoroso inverso alemão quando foi contratado para atuar pela equipe do Bayer 04 Leverkusen. Segundo o relato, ele chegou ao vestiário e reclamou que estava sentido uma fisgada na coxa, uma dor. O fisioterapeuta alemão apalpou diversas vezes o local, fez uma ressonância magnética e não encontrou nada. A tensão entre os dois ficou insuportável, o que fez com que o fisioterapeuta suplicasse para que o jogador dissesse a verdade sobre a presença ou ausência da dor. O jogador constrangido disse que não sentia nada e só não queria treinar naquele frio. O Fisioterapeuta exclamou: "Ah! Esses brasileiros, hein!"

8 No original: "[...] players accept playing while injures as a normal part of the life of a professional footballer, and they will try to play through injury for any one of a number of reasons. Foremost among these is the fear of losing their place in the team, which is a very real fear for all but a handful of very well established players. Players will also try to continue playing if the team has a series of particularly important game coming up. In addition, most players have strong self-image as professional footballers and a strong sense of professional pride; for many players, playing football is the only job they have ever done and the only job they know how to do, and many players described the frustration which they experienced when they are unable to play." (WADDINGTON, 2006, p. 187).

9 Quando em campo perguntamos a um docente que havia trabalhado em um clube de futebol do sul de Minas Gerais se era possível fingir a lesão e como eles identificavam que o atleta estava falando a verdade ou não, ele disse que já havia experimentado uma situação dessas. No caso, um dos atletas, que havia acabado de conseguir um contrato melhor e queria sair do clube em que atuava, combinou com ele que iria cair em campo e fingir uma lesão. O atleta fez a encenação e ele para se proteger

em relação ao seu emprego realizou os exames no atleta. O exame não identificou lesão. Então ele se reuniu com a direção do clube e mostrou os resultados do exame, o que fez o atleta a confessar que não havia machucado e que na verdade não tinha intenção de atuar pelo clube, mas usou a lesão para ser dispensado – o que de fato aconteceu.

Referências

BITENCOURT, Fernando. Dor e corpo no Futebol: uma etnografia do mundo vivido em um centro de treinamento de um clube brasileiro. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 26, p. 1-21, set. 2015.

BIZZINI, Mario; JUNGE, Astrid; DVORAK, Jiri. **FIFA 11+ A complete warm-up programme to prevent injuries**. Zurich: F Marc Football for Health, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, Yara M. **O "Mito" da atividade física e saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

CORBIN, Alan; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: as mutações do olhar. O século XX. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Natural Symbols**. New York: Routledge, 2007.

DURKEIM, Emile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. **Ensaios de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 359-456.

FIGUERÓ, João Augusto. **A dor**. São Paulo: PubliFolha, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la Clinique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

HERTZ, Robert. The pre-eminence of the right hand: a study in religious polarity. In: LOCK, M.; FARQUHAR, J. (Ed.). **Beyond the body proper**. London: Duke University Press, 2007. p. 30-40.

LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2013.

MUELLER-WOHLFART, Hans Wilhelm; HAENSEL, Lutz; MITHOEFER, Kai.; et al. 2013. Terminology and classification of muscle injuries in sport: The Munich consensus statement. **British Journal of Sports Medicine**, London, 47, p. 342-350, abr. 2013.

ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafaela. **Corpo em evidência**: a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

PACHECO, Leonardo Turchi. Norbert Elias e Michel Foucault: diálogos sobre poder e sexualidade. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 255-267, jan./jul., 2009.

RABINOW, Paul. **Antropologia da Razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RODERICK, Martin; WADDINGTON, Ivan; PARKER, Graham. Playing Hurt: managing injuries in England Professional Football. **International Review for the Sociology of Sport**, London, v. 35, n. 2, p.1 65-180, jun. 2000.

SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. **Los señores de los anillos**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1992.

STRAIN, Jeremy; DIDEHBANI, Nyaz; CULLUM, Munro; et al. Depressive symptoms and white matter dysfunction in retired NFL players with concussion history. **Neurology**, Bethesda MD, v. 81, n. 1, p. 25-32, jul. 2013.

TURNER, Bryan. **Corpo e sociedade**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

WADDINGTON, Ivan. Ethical problems in the medical management of sports injuries. In: LOLAND, S.; SKIRSTAD, B.; WADDINGTON, I. (Ed.). **Pain and injury in sport**. New York: Routledge Taylor & Francis, 2006. p. 182-199.

WEIR, Adam; BRUKNER, Peter; DELAHUNT, Eamonn; et al. Doha agreement meeting on terminology and definitions in groin pain. **British Journal of Sports Medicine, London,** , v. 49, p. 768-774, jun. 2015.

WHITE, Philip; YOUNG, Kevin; MCTEER, Willian. Sport, masculinity and the injured body. In: SABO, D.; GORDON, D. (Ed.). **Men's health and illness**. London: Sage Publications, 1995. p. 158-182.

Recebido em 02 de fevereiro de 2018
Aceito em 18 de março de 2018

DOI 10. 5216/o.v18i2.53035

AS DIFERENTES FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTA DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES CONTRA A REPRESSÃO POLÍTICA IMPOSTA PELA DITADURA CIVIL-MILITAR

Em memória de Waldemar Rossi, Santo Dias, Cleodon Silva, Vito Giannotti e Carlúcio Castanha, verdadeiros baluartes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e da luta contra a exploração capitalista e a Ditadura Civil-Militar.

José de Lima Soares[*]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo central analisar os sindicatos durante o período da ditadura, bem como as diferentes formas de luta que se desenvolveram no Brasil contra a repressão política que se impôs contra os trabalhadores. Partimos da premissa de que os trabalhadores, mesmo com os sindicatos sob a tutela do Estado e submetidos ao controle do peleguismo, cumpriram um papel importante, buscando se organizar nos locais de trabalho, muitas vezes até na clandestinidade, no sentido de construir a unidade de classe contra a exploração capitalista e o arrocho salarial. Tudo isso, em uma conjuntura política difícil, em que os militantes, sindicalistas, estudantes eram perseguidos, presos, torturados, exilados e mortos.

Palavras-chave: Sindicatos; Ditadura e repressão; Resistência dos trabalhadores.

[*] Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Goiás, Brasil. E-mail: odijas@uol.com.br

THE DIFFERENT FORMS OF RESISTANCE AND FIGHTING BY WORKERS ORGANIZATIONS AGAINST POLITICAL REPRESSION IMPOSED BY CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Abstract: The main objective of this work is to analyze trade unions during the period of dictatorship, as well as the different forms of struggle that have developed in Brazil against the political repression imposed on workers. We start from the premise that workers, even with unions under state control and under the control of subservient agents, played an important role, trying to organize themselves in the work place, often even underground, in the sense of building unity of class against capitalist exploitation and wage squeeze. All this, in a difficult political conjuncture, in which militants, trade unionists and students were persecuted, imprisoned, tortured, exiled and killed.

Keywords: Unions; Dictatorship and repression; Resistance of workers.

LAS DIFERENTES FORMAS DE RESISTENCIA Y LUCHA DE LAS ORGANIZACIONES DE LOS TRABAJADORES CONTRA LA REPRESIÓN POLÍTICA IMPUESTA POR LA DITADURA CIVIL-MILITAR

Resumen: El objetivo central de este trabajo es analizar los sindicatos durante el período de la dictadura, así como las diferentes formas de lucha que se desarrollaron en Brasil contra la represión política que se impuso contra los trabajadores. Partimos de la premisa de que los trabajadores, incluso con los sindicatos bajo la tutela del Estado y sometidos al control del amarillismo, cumplieron un papel importante, buscando organizarse en los lugares de trabajo, muchas veces, hasta en la clandestinidad, en el sentido de construir la unidad de clase contra la explotación capitalista y las dificultades salariales. Todo ello, en una coyuntura política difícil, en la que los activistas, sindicalistas, estudiantes, eran perseguidos, presos, torturados, exiliados y muertos.

Palabras clave: Sindicatos; Dictadura y represión; Resistencia de los trabajadores.

Introdução

Historicamente, desde suas origens, os sindicatos sempre cumpriram um papel importante na luta pela organização e mobilização dos trabalhadores. Foi assim na Europa, nos Estados Unidos da América e até mesmo em alguns países do Oriente, como o Japão. Em vários países da América Latina, a luta dos trabalhadores foi contra a exploração capitalista, por melhores condições de vida e de trabalho. Ou seja, os sindicatos surgiram como organismo elementar de frente única dos trabalhadores para enfrentar a opressão e a exploração da força de trabalho. No Brasil, não foi diferente. Aqui, os sindicatos surgiram no começo do século XX, sob a influência e orientação do movimento anarquista, anarco-sindicalista e de militantes socialistas. Foi a partir desse espírito de luta que o movimento sindical emergiu, com base na unidade e luta dos trabalhadores, sempre buscando construir um sindicalismo livre e independente do patronato e do Estado.

Essa fase pioneira do sindicalismo ficou conhecida pela sua combatividade e pelas grandes greves que realizou, sobretudo a greve geral de 1917, entre outras. Em 1922, é fundado o Partido Comunista do Brasil, em sua grande maioria, composto por ex-anarquistas. Daí é possível verificar o peso do movimento anarco-sindicalista no Brasil. Assim, até 1930, o movimento sindical segue existindo de forma autônoma e independente do patronato e do Estado. Tudo irá mudar com ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Daí em diante, irá surgir um sindicalismo atrelado diretamente ao Estado, o que caracteriza, sem dúvida, uma grande derrota para os trabalhadores, já que Vargas, ao criar e regulamentar algumas leis trabalhistas, instituiu novas leis sindicais e desencadeou uma forte repressão sobre as lideranças dos trabalhadores (GIANNOTTI, 2007). Na verdade, o sindicalismo varguista excluía qualquer forma de participação efetiva da classe operária. Mas os trabalhadores não aceitaram essas medidas de forma passiva e reagiram como puderam. Surge aí o sindicato de Estado no Brasil (BOITO JÚNIOR, 1991).

Azis Simão (1966), em *Sindicato e Estado*, chama a atenção para a ruptura que se estabeleceria na história do movimento sindical brasileiro em 1930, tendo como elemento central a participação ativa do Estado, dentro de um panorama estrutural marcado pela arregimentação da força de trabalho vinda do campo com o incremento da mobilidade interna e da industrialização. Simão (1966) afirma que no período anterior a 1930 os sindicatos se encontravam constituídos como instituições legítimas somente perante seus membros, tornando-se assim alvos permanentes e frágeis diante da ação coercitiva dos patrões e do Estado, portanto sem conseguir se integrar plenamente à sociedade global. Os sindicatos de trabalhadores seriam então associações instáveis, "frequentemente desorganizadas pela repressão policial e reorganizados por grupos revolucionários" (SIMÃO, 1966, p. 1).

Autores como Albertino Rodrigues (1979), Marcelo Badaró (2003), Boito Júnior (1991), Azis Simão (1966), Ricardo Antunes (1992), Vito Giannotti (1992; 2007), Ruy Braga (2012), José Soares (2014) entendem que a partir dos anos de 1930, os sindicatos tiveram seu direito de existência submetido ao Estado, de modo que os sindicatos não oficiais foram praticamente dizimados por meio da perseguição e extradição de seus líderes. A partir da criação do

Ministério e da Justiça do Trabalho, o Estado passa a ter o controle sobre os conflitos entre patrões e empregados, sobre a luta reivindicativa e o direito de greve. O modelo de sindicato implantado por Vargas foi concretizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, durante o Estado Novo, e frequentemente é tomada como uma cópia da Carta Del Lavoro de Mussolini[1].

Em 1930, com a entrada de Getúlio no poder, instaura-se uma política de industrialização em que é criada a "Lei de Sindicalização" nº 19. 770 (imposto sindical) (SIMÃO, 1966, p. 180), na qual o controle e a repressão impediam a participação dos estrangeiros nas direções, controlavam-se as finanças dos sindicatos, além de proibir suas atividades políticas e ideológicas. Nessa época, era imposto para a classe trabalhadora filiar-se ao sindicato oficial, desestruturando os sindicatos autônomos existentes e também desarticulando a luta de classes, tornando-se um órgão assistencialista. "Mas isso não impediu que as lutas operárias, sociais e sindicais se desenvolvessem amplamente durante os anos 1930-64" (ANTUNES, 2007, p. 290).

Não há dúvida que diversas passagens da CLT consistem em traduções da Carta Del Lavoro do modelo mussoliniano; a estrutura corporativa dos sindicatos no Brasil, entretanto, é dotada de algumas características bastante peculiares. O caráter atípico do caso brasileiro em contraste com os demais modelos de sindicatos corporativos implantados ao longo da história está no fato de que estes sucumbiram junto aos regimes que os implantaram, enquanto no Brasil tal estrutura conserva seus aspectos essenciais há mais de oito décadas, mostrando-se inabalável às diversas transições de governos e regimes. A estrutura sindical varguista mostra-se única em longevidade, pois é dotada de um caráter elástico que permite sua adaptação às adversidades históricas (BOITO JÚNIOR, 1991).

A tese do "sindicalismo de Estado" é defendida por Boito Júnior (1991). Para esse autor, a estrutura sindical brasileira é uma instituição integrada ao Estado capitalista graças a alguns mecanismos legais e organizativos que se reproduzem graças a determinada ideologia. A integração ao Estado possibilita que o sindicato possa viver distante dos trabalhadores ou – em casos extremos e que são muitos – até separado da sua base. A dependência do sindicato diante do Estado tem como contrapartida sua independência diante dos trabalhadores. Quais são os principais mecanismos dessa estrutura sindical? O seu elemento central é a necessidade de que o Estado – seja por intermédio de um ministério, seja por intermédio do Judiciário – reconheça uma organização como sindicato para que essa organização possa funcionar como tal, isto é, para que possa negociar condições de trabalho e salário com o empregador. Outros elementos importantes da estrutura são a unicidade sindical, por intermédio da qual a representação sindical oficial é concedida em regime de monopólio para um sindicato representar um determinado segmento dos trabalhadores numa determinada base geográfica; e a capacidade legal, que o Estado outorga ao sindicato, de ele impor contribuições aos trabalhadores associados e não associados. O reconhecimento oficial do Estado é o elemento de base da integração, sem ele os demais não poderiam existir. Contudo, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias são elementos muito importantes de controle do aparelho sindical pelo Estado. É esse tipo de estrutura que, como já disse, integra o sindicato ao Estado e, num mesmo movimento, afasta-o dos trabalhadores (BOITO JÚNIOR, 1991; 1999).

A partir do golpe de 1964, os sindicatos sofreram intervenção policial ou foram ocupados pelos pelegos e interventores, homens de confiança da ditadura civil-militar. Esses sindicatos, que poderiam cumprir um papel importante em prol das lutas dos trabalhadores, controlados pelo peleguismo, passaram a defender os interesses dos patrões. Um exemplo clássico, entre tantos outros, é o de Joaquim dos Santos Andrade (o Joaquinzão), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, além de agente da ditadura, ainda entregava para a polícia os militantes da oposição, e elaborava as famosas "listas sujas" ("negras") para os patrões, impedindo que os trabalhadores de oposição conseguissem emprego nas fábricas[2].

Com a queda de Vargas a estrutura sindical foi mantida, sendo que as democracias populistas, que governaram o país de 1950 a 1964, apoiaram-se na referida estrutura para conquistar o apoio necessário das massas. Com o advento do Golpe Militar em 1964, para surpresa daqueles que supunham tal episódio como o fim da estrutura sindical populista, esta estrutura mais uma vez moldou-se aos interesses do governo, permitindo que os militares botassem freios na movimentação sindical que então aflorava no cenário político nacional. Com o fim do regime ditatorial e o processo de transição para o governo civil, a estrutura sindical permaneceu intacta em seus aspectos primordiais, conservando, inclusive, os ajustes efetuados pelos governos militares no âmbito das leis trabalhistas: ou seja, a Constituição Cidadã de 1988 conservou a base da estrutura do sindicalismo de Estado.

A forte repressão política dos militares e os interventores não conseguiram impedir que alguns sindicatos, ao contar com o apoio das comissões de fábrica e de grupos de fábrica, conseguissem mobilizar os trabalhadores e se organizar para a greve contra o arrocho salarial. Foi o caso de Contagem e Osasco, em 1968. A greve de Contagem, em março de 1968, contou com a presença de nada menos que dois mil trabalhadores durante a criação do Comitê Intersindical Anti-arrocho em Minas Gerais e deixou clara a disposição de luta da classe operária mineira. Poucos dias depois eclodiu em Osasco, um dos principais centros industriais do Estado de São Paulo, o primeiro grande movimento de resistência dos operários à política econômica do regime. A greve dos metalúrgicos, em 1968, foi um marco na luta contra a ditadura instaurada no país em 1964.

Em meados de 1967, as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi vencida por uma chapa de esquerda, ligada ao extinto Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), que defendia as lutas apoiadas nas comissões de fábricas, além de se manifestar contra o regime militar. Por determinação do regime, essa diretoria foi cassada pela Delegacia Regional do Trabalho antes mesmo de tomar posse, sendo substituída por uma junta interventora formada por sindicalistas conhecidos como "pelegos".

A diretoria cassada manteve a atividade junto às bases metalúrgicas e, na campanha salarial de 1968, levou adiante a reivindicação de 25% de reajuste salarial. Como parte dessa estratégia de radicalização, em 16 de abril de 1968, esses sindicalistas promovem a ocupação da siderúrgica Belgo Mineira, em Contagem, iniciando uma greve que paralisa as atividades dos 1.200 trabalhadores da fábrica.

Apesar de o direito de greve estar suspenso pela Lei 4.330 de junho de 1964 (ROCHA, 2014, p. 1), os patrões oferecem uma contraproposta de 10% – oferta que, em si, já contrariava

a política salarial do regime. A proposta é recusada pela comissão de empresa, e o impasse fica estabelecido. A greve não apenas continuou, como se expandiu. Ao terceiro dia, a paralisação atingia a Mannesmann, SBE, Belgo de João Monlevade, Acesita, paralisando cerca de 20 mil trabalhadores em poucos dias.

Numa atitude insólita, o então ministro do trabalho, coronel Jarbas Passarinho, compareceu a uma assembleia dos grevistas em Contagem para exigir a volta imediata ao trabalho. Segundo o sociólogo Roque Aparecido da Silva, um dos líderes da greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968, Jarbas Passarinho teria dito aos grevistas contagenses: "Se as condições se agravarem, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformar em cadáveres"[3].

Mesmo com a declaração ameaçadora, os trabalhadores metalúrgicos não se intimidaram. Mas, Passarinho não ficou só nas ameaças. Em cadeia nacional de rádio e televisão conclamou "o início da guerra" aos operários contagenses, desencadeando uma forte repressão contra os grevistas. No dia 24 de abril de 1968, militares ocuparam a Cidade Industrial, proibiram as assembleias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos.

De acordo com os protagonistas do movimento paredista, a repressão forçou os trabalhadores a abandonarem, gradativamente, o movimento. A greve, entretanto, era tão forte e havia alçando tamanha repercussão nacional graças à solidariedade despertada entre as entidades classistas, que os empresários mantiveram a proposta de 10% de reajuste dos salários.

Assim, no dia primeiro de maio de 1968, com os operários ainda em greve, o general-presidente Costa e Silva autorizou o reajuste salarial pondo fim ao movimento. Todavia, o regime militar tentou descaracterizar a vitória dos metalúrgicos de Contagem apresentando o reajuste como uma concessão do governo a todos os trabalhadores brasileiros. Entretanto, diz Roque Aparecido da Silva "o tiro saiu pela culatra, visto que os trabalhadores de todo o país perceberam que esse aumento tinha sido fruto da greve dos metalúrgicos mineiros" (SILVA, 2008, p. 31).

A greve dos metalúrgicos de Contagem foi a primeira grande manifestação das classes trabalhadoras brasileiras, sob o regime militar, contra o arrocho salarial e pela democracia. Entre 1950 a 1964, o Brasil caminhava para a urbanização, com a mudança do polo dinâmico da economia do campo para as cidades. Como fruto da expansão democrática propiciada pelos governos JK, Jânio Quadros e João Goulart, ocorre em todo o País um expressivo crescimento dos movimentos sociais reivindicativos. O movimento estudantil estava em plena atividade com a liderança da UNE, formam-se sindicatos, associações de classe e partidos políticos de orientação socialista. Em Minas, com a Cidade Industrial em processo de implantação e crescimento, surge um campo fértil para a eclosão desses movimentos trabalhistas.

A fim de tentar retomar o controle do movimento paredista, o ministro do trabalho, coronel Jarbas Passarinho, tentou de várias formas conter o movimento, apelando para que os líderes sindicais explicitassem aos trabalhadores o perigo daquelas medidas. Na verdade, com essa política de ameaça e intimidação, Passarinho pretendia impedir, a qualquer custo, a continuidade da greve.

Foram tentativas fracassadas de intimidação e contenção do movimento, que só se expandia, somando quase 20 mil operários grevistas. A persistência dos trabalhadores provocou uma violenta reação do governo. A polícia militar ocupou as ruas de Contagem reprimindo qualquer tentativa de assembleias e aglomerações operárias. Os patrões aproveitaram para convocar os trabalhadores nas suas próprias casas, sob a ameaça de demissão sumária e por justa causa. Mesmo nesta tensão os operários resistiram ainda alguns dias. Tal demonstração de força e coragem incentivou organizações que se opunham à ditadura, alimentando o sonho de liberdade e justiça social.

De acordo com Rossi (2013), ainda em outubro de 1967, no Estado de São Paulo mais de 40 dos principais sindicatos criaram o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). O Movimento, criado para pressionar o governo a acabar com o arrocho salarial, programou a realização de cinco concentrações, até o dia primeiro de maio de 1968. Neste cenário José Ibrahim, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, conclamou os operários a realizarem uma manifestação autêntica no primeiro de maio de 1968. Após diversos conflitos o MIA foi dissolvido, tendo sido criada uma comissão para se ocupar da organização do primeiro de maio (ROSSI, 2013).

Com a organização de duas "chapas" de oposição sindical metalúrgica, no ano de 1967, em São Paulo e Osasco, e com a vitória oposicionista de Osasco, o sindicalismo começou a reagir às medidas intervencionistas, autoritárias e arrochantes do governo militar. Em Osasco, com base na Comissão de Fábricas da Cobrasma e na organização de base em outras empresas daquele município, a direção sindical toma a frente na luta contra o arrocho salarial e consegue envolver vários sindicatos e movimentos oposicionistas da Grande São Paulo, que, juntos, criaram o MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho). Seu momento mais forte se deu pelo primeiro de maio de 1968, com ampla manifestação da Praça da Sé, ocasião em que a massa enfurecida rejeitou a presença do governador "biônico", Roberto de Abreu Sodré, expulsando-o do palanque. Tendo derrubado e incendiado o palanque, os trabalhadores saíram em passeata pela cidade gritando suas "palavras de ordem" contra a ditadura e suas medidas autoritárias (ROSSI; GERAB, 2009; ROSSI, 2013).

Tal fato levou a repressão a agir com muito rigor e violência, derrotando o movimento grevista, promovendo a cassação da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, prendendo vários dos seus membros e impondo a morte da Comissão de Fábrica (COUTO, 2003; ANTUNES; RIDENTI, 2007; ROVAI, 2003). Em Contagem, na Grande Belo Horizonte (MG), não foi diferente. Prisões, cassação da direção e nomeação de interventores. Essa fase teve como seu ponto alto a decretação do AI-5 (Ato Institucional nº 5), que cassou os direitos civis e políticos de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. A ditadura militar jogou água nas chamas do movimento operário brasileiro, mas não conseguiu extinguir suas brasas, que foram se propagando clandestinamente dentro de centenas de fábricas de São Paulo e seus arredores. O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu inúmeras ações arbitrárias de efeitos duradouros, que acabaram se refletindo diretamente sobre a classe trabalhadora brasileira[4].

A repressão atingiu tanto os militantes de esquerda que atuavam na guerrilha urbana e rural (como no caso do Araguaia), como os sindicalistas, militantes operários – como Luiz Hirata, Olavo Hansen, entre tantos outros.

Luiz Hirata foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS-SP, em 26 de novembro de 1971. Morreu em 20 de dezembro de 1971 como consequência das torturas a que foi submetido ao longo de três semanas. Heládio José de Campos Leme, preso político no DOPS/SP, conviveu ali com Luiz Hirata por cerca de duas semanas. Ficaram na mesma cela. Acompanhou, dia a dia, o agravamento do seu estado de saúde, testemunhando que ele voltava dos interrogatórios carregado pelos policiais. "Era Heládio quem carregava Luiz até o sanitário da cela. Seu rosto ficou tão inchado que ele não podia abrir os olhos. Chegou um momento em que ele não mais urinava nem comia: foi quando o levaram, quase inconsciente" (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 491)[5].

Em 16 de dezembro, quatro dias antes da morte, Fleury tentou justificar as lesões provocadas pelas torturas. Para isso, chamou ao DOPS o legista Harry Shibata, que se tornaria tristemente célebre a partir de 1975 por assinar o laudo que tentou legitimar a farsa do pretenso suicídio de Vladimir Herzog no DOI-CODI/SP. Prontamente, Shibata atendeu ao pedido e produziu um laudo de corpo de delito onde sustenta a estapafúrdia versão que lhe foi ditada pelo delegado torturador: Luiz Hirata havia colidido com a traseira de um ônibus quando tentava a fuga, em alta velocidade, correndo a pé. O legista considerou, então, "de bom alvitre remoção ao Hospital das Clínicas para socorro e providências médicas" (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 193).

Pode-se imaginar o estado físico em que se encontrava Luiz Hirata, a ponto de suscitar uma justificativa tão inverossímil como essa: Luiz Hirata teria simplesmente atropelado um ônibus ao tentar fugir. O laudo com as recomendações do legista Harry Shibata foi elaborado às 9h15, mas Fleury levou o preso ao Hospital das Clínicas somente 11 horas depois. De acordo com a documentação oficial, Luiz Hirata morreu nesse hospital no dia 20 de dezembro de 1971.

Manoel Fiel Filho foi preso em janeiro de 1976 por dois agentes do DOI-Codi, na fábrica, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia seguinte à sua prisão, os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Manuel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias. Porém, de acordo com colegas, quando preso, usava chinelos sem meias.

Quando os parentes conseguiram a liberação do corpo para ser enterrado, verificou-se que apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos e no pescoço. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, simplesmente confirmava a versão oficial do suicídio. As circunstâncias de sua morte são muito semelhantes às de Alexandre Vannucchi Leme e Vladimir Herzog. As evidentes torturas provocaram o afastamento do general Ednardo d'Ávila Melo, ocorrido três dias após a divulgação da morte de Manoel Fiel Filho.

Em ação judicial movida pela família de Fiel Filho, a União foi responsabilizada pela tortura e pelo assassinato. Segundo relato de sua esposa, no dia seguinte de sua prisão, um

sábado, às 22 horas, um desconhecido, dirigindo um dodge dart, parou em frente à sua casa e, diante dela, de suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: "O Manuel suicidou-se. Aqui estão suas roupas". Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário morto. Sua mulher então teria começado a gritar: "Vocês o mataram! Vocês o mataram!" (ESPANHOL apud CONSELHO...., 2014, p. 185-186)[6].

1979: a greve dos metalúrgicos de São Paulo – o assassinato de santo dias

No primeiro dia da paralisação, 28 de outubro, as subsedes do sindicato, abertas para abrigar os comandos de greve, foram invadidas pela Polícia Militar, que prendeu mais de 130 pessoas. Sem o apoio do sindicato e com a intensa repressão policial, os metalúrgicos passaram a se reunir na Capela do Socorro, na Zona Sul da cidade de São Paulo – a região de maior concentração de operários da categoria. No dia 30, Santo Dias, como parte do comando de greve, sai da Capela do Socorro para engrossar um piquete na frente da fábrica Sylvânia e discutir com os operários que entrariam no turno das 14h00[7].

De acordo com Vicente Ruiz (conhecido como Espanhol [apud CONSELHO..., 2014, p. 185-186]): Viaturas da PM chegam e Santo Dias tentava dialogar com os policiais para libertar um companheiro preso. A polícia agiu com brutalidade e o PM Herculano Leonel atirou em Santo Dias. Ele foi levado pelos policiais para o Pronto Socorro de Santo Amaro, mas já estava morto. O corpo de Santo Dias só não "desapareceu" por conta da coragem de Ana Maria, sua esposa. Ela entrou no carro que transportava seu corpo para o Instituto Médico Legal, apesar de abalada emocionalmente, e mesmo pressionada pelos policiais a descer, não cedeu.

Divulgada a notícia de sua morte pelos vários meios de comunicação, o corpo de Santo Dias seguiu para o velório na Igreja da Consolação. No dia 31 de outubro, 30 mil pessoas saíram às ruas da capital para acompanhar o enterro e protestar contra a morte do líder operário, pelo livre direito de associação sindical e de greve e contra a ditadura.

Em 8 de abril de 1982, o policial militar Herculano Leonel, autor do disparo que matou Santo Dias, é condenado a seis anos de prisão pelo Conselho de Sentença da Primeira Auditoria Militar do Estado de São Paulo. A sentença é anunciada depois de mais de 20 horas de julgamento. Mas, em 16 de dezembro de 1983, pouco mais de um ano após a condenação, o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo decreta a absolvição do policial, em decisão unânime. Assim, o caso foi encerrado, não cabendo recurso.

Santo trabalhava como motorista de empilhadeira na empresa Metal Leve S/A. Além disso, Santo era membro da Pastoral Operária de São Paulo, da Zona Sul, das comunidades de base de Vila Remo, representante leigo perante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), membro do Movimento contra o Custo de Vida, candidato a vice-presidente da chapa 3 de Oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP)[8].

A participação do patronato junto ao aparato repressivo da ditadura

De acordo com as denúncias e documentações colhidas, a participação e colaboração da Volkswagen com o aparelho repressivo da ditadura se deu tanto no âmbito de apreensão e tortura de operários nas dependências da empresa, quanto através de espionagem (elaboração de listas de trabalhadores suspeitos) e doações de carros e recursos aos militares.

Hoje, já dispomos de farta documentação que comprova o envolvimento de centenas de empresas que tiveram participação direta ou indireta com o aparato repressivo da ditadura militar. Incialmente, acreditava-se que a participação dessas empresas se resumia a um número reduzido, incluindo o grupo Ultragaz, liderado pelo empresário dinamarquês Henning Boilensen[9].

Durante o ato de entrega da representação, o ex-deputado federal e relator da Lei da Anistia, Modesto da Silveira, fez uma fala emocionada sobre os inúmeros presos políticos que defendeu como advogado durante a ditadura militar. Reforçando a importância da documentação elaborada para a representação, afirmou que já é passada a hora de imputar as empresas multinacionais que financiaram as ditaduras latino-americanas.

Já o ex-ferramenteiro Lucio Bellentani (apud GLASS, 2015), em curto depoimento aos procuradores Pedro Machado e Marlon Weichert, relatou sua prisão no interior da empresa:

> Trabalhei na Volkswagen entre 1964 e 1972. Naquele ano, uma noite estava fazendo meu trabalho de manutenção dos equipamentos na sala de prensas, eram aproximadamente 23 horas, quando senti alguém encostar uma metralhadora nas minhas costas [...]. Vi o chefe da segurança da empresa, o coronel Adhemar Rudge, parado lá, com uma arma na mão. Aí me levaram para o departamento pessoal, e já começaram a me bater. Depois me levaram para o Dops, onde fui torturado durante 47 dias. Enquanto isso, minha esposa ia todos os dias para a firma procurar por mim, e eles diziam que não sabiam de nada. Só quando ela resolveu reivindicar meu seguro de vida é que a Volkswagen a mandou para o Dops, falaram que eu poderia estar lá.

Na contextualidade desse quadro, uma importante vanguarda dos trabalhadores continuou na luta fazendo surgir as Oposições Sindicais, que logo se espalharam por todo país, colocando-se como verdadeira alternativa às direções conciliadoras e ao velho peleguismo. Pretende-se demonstrar, neste trabalho, que as Oposições Sindicais desempenharam um papel de suma importância, não apenas na luta contra o arrocho salarial e a velha estrutura sindical, mas também no sentido de organizar e mobilizar os trabalhadores contra a exploração capitalista e pelo fim da ditadura militar. Defendemos, ainda, a tese de que outras formas de resistências se constituíram nas fábricas e/ou locais de trabalho, às vezes, clandestinamente, como os grupos de fábrica, embriões de comissões de fábricas e, até mesmo, as Interfábricas, que reuniam, por exemplo, um conjunto de trabalhadores de várias regiões da cidade de São Paulo.

As greves de 1978 se iniciaram com a paralisação na Scania de São Bernardo do Campo. Começou, então, um ciclo de greves que tomou conta de todo o ABC paulista quase simultaneamente. Com o passar dos meses essa onda grevista se espalhou pelo país atingindo

outras categorias de trabalhadores. A onda de greves de 1979 se dá em outro nível, não só pelo seu tamanho e força, mas também por ter sido preparada antecipadamente no congresso metalúrgico de Lins, onde votaram uma campanha salarial unificada. As greves de 1979 não iniciam espontaneamente como a anterior, e sim de forma consciente. A força dessa onda grevista de 1979 pode ser observada pelas gigantescas assembleias que reuniam 60, 70 e até 110 mil pessoas. Os piquetes nas fábricas e nos pontos de ônibus eram feitos com milhares de trabalhadores. Além do próprio ABC paulista, a greve metalúrgica se estendeu para cidades do interior do estado, como São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Santa Bárbara d'Oeste, Jundiaí e Campinas.

Considerações metodológicas parciais

Para chegar às presentes conclusões, seguimos na esteira de István Mészáros (2009), entendendo que o método não se justifica só pelos pressupostos metodológicos, metodologia pela metodologia, análise pela análise, mas pela função social que ele exerce junto com a teoria, a determinação social do método. Este percurso é ilustrado por Althusser (1979) por meio da metáfora da cebola, segundo a qual retirando as rodelas, o conhecimento pode atingir o núcleo essencial, sendo pois a essência atingível pelo processo de abstração. O processo correto de produzir conhecimento é de outra natureza. Portanto, o caminho é feito do real pensado para o real concreto, que é descrito como síntese das múltiplas determinações (MARX, 1989). Através do método dialético, pretendemos demonstrar como os trabalhadores procuraram construir seus instrumentos históricos de resistência contra o capital, colocando abaixo a ditadura militar e passando a uma fase da luta que permitiu o surgimento das mobilizações, das grandes greves do final dos anos de 1970, 80 e 90, o surgimento do chamado "novo sindicalismo" e, por conseguinte, o coroamento de novas conquistas históricas importantes, nos âmbitos político, social e econômico.

Com isso, chegamos a algumas conclusões: em primeiro lugar, não há saída para os jovens e nem para os trabalhadores fora da sua livre organização; que a transformação da sociedade se coloca como uma possibilidade histórica; que não bastam as condições objetivas favoráveis à transformação social, também são necessárias as condições subjetivas; que se faz necessária a construção de um instrumento histórico capaz de operar as transformações necessárias à constituição de uma nova sociabilidade; que esse instrumento de luta não existe e que é tarefa da humanidade criá-lo se quiser construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Parafraseando o filósofo István Mészáros (2002), é necessário avançarmos rumo a uma alternativa "para além do capital" e de sua lógica destrutiva; e, por fim, que a construção de outro mundo é possível, se quisermos nos livrar da barbárie que tanto ameaça o planeta.

Durante os 21 anos de ditadura militar ocorreram nada menos do que 1.565 intervenções em sindicatos. Uma média de 75 intervenções por ano ou 6 a cada mês! Isso demonstra que aquele foi um período marcadamente sombrio para o sindicalismo, para a liberdade sindical e muito mais para os trabalhadores.

O sindicalismo de Estado se perpetuou com a ditadura civil-militar (1964-85), e seguiu existindo no processo de redemocratização do país e até mesmo nos governos ditos de esquerda, de Lula a Dilma. O sindicalismo atual conserva resquícios das políticas ditatoriais, do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar, sendo que elementos invariantes desta estrutura contribuem para a conservação e o aperfeiçoamento dos objetivos buscados por tais políticas no presente momento[10].

Hoje, no limiar do século XXI, a classe trabalhadora conseguiu alguns importantes avanços no campo sindical. Com isso, os trabalhadores construíram suas centrais sindicais, avançaram na luta contra a estrutura oficial, corporativista, realizaram importantes greves por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, lutaram contra a ditadura militar. O final da década de 1970 e começo da década de 1980 foi, sem dúvida, de anos promissores para o movimento sindical, para o novo sindicalismo, como querem alguns. As greves do ABC paulista – que depois se esparramaram por todo país, envolvendo várias categorias – fizeram renascer novas perspectivas para o movimento sindical brasileiro. Mas, somos da opinião que, mesmo tendo avançado significativamente nas suas conquistas trabalhistas, e no que diz respeito à democratização da estrutura sindical, as bases fundamentais, que servem de sustentáculo dessa estrutura, ainda se mantêm de pé (SOARES, 2014).

O movimento sindical, incluindo a CUT, o "novo sindicalismo" e até mesmo a esquerda organizada não foram capazes de destruir a velha estrutura oficialista. Com a implantação do ajuste neoliberal, no final de 1980 e início 1990, houve a precarização do trabalho e, consequentemente, o enfraquecimento do sindicalismo. O sindicato passa a encontrar dificuldades impostas pelo ajuste neoliberal, pois os partidos que influenciavam os sindicatos (alguns de esquerda) passaram a ceder ao ajuste. Com isso, os sindicatos vão perdendo a capacidade de mobilizar e conscientizar os trabalhadores de suas respectivas categorias. Mesmo assim, e apesar das mudanças ocorridas na contemporaneidade, o sindicato continua sendo um mediador entre classes. Dessa forma, os sindicatos precisam encontrar alternativas para conquistar a confiança dos trabalhadores para que eles possam tomar consciência do seu papel dentro do sindicato e, assim, o sindicato se fortaleça e busque melhorias de direitos para o trabalhador.

Notas

1 No sindicalismo anterior à década de 1930, prevalecia a organização anarcosindicalista, trazida pelos imigrantes do sul da Europa, onde prevaleciam as ideias anarquistas. No episódio da incorporação dos organismos sindicais ao aparelho estatal, após a Revolução de 1930, tais organizações extraoficiais foram severamente reprimidas, com a prisão, tortura, morte e extradição de seus principais membros, além da criação de leis que dificultavam a inserção de tais sujeitos na participação dos sindicatos oficiais recém-implantados. (RODRIGUES, J., 1979, parte I).

2 Em 1964, com o golpe de Estado e o advento da Ditadura Militar, houve uma repressão ao Movimento Sindical. A economia do país teve expansão para o exterior, emergindo uma problemática para a classe trabalhadora: o rebaixamento dos salários, super exploração do trabalho, alta jornada de

trabalho (MACIEL, 2004). "De modo sintético, pode-se dizer que o movimento operário e sindical no pré-64 foi predominantemente reformista sobre a hegemonia forte do PCB, que aceitava a política de aliança policlassista entre o capital e o trabalho. Mas foi também um período de grandes lutas sociais e grevistas" (ANTUNES, 2007, p. 291).

3 Cf. Andréa Castello Branco (2008), em A *história contada pelos protagonistas.* Em cadeia nacional de rádio e TV, Jarbas Passarinho declarou "o início da guerra" contra os operários mineiros. A Cidade Industrial foi tomada por 1.500 policiais, o sindicato, fechado, e aproximadamente vinte lideranças presas. Foram proibidas assembleias, aglomerações operárias, panfletagens e as empresas começaram a convocar os trabalhadores sob ameaça de demissão por justa causa.

4 O Golpe de Estado resultou em uma Ditadura Civil-Militar que elegia a classe trabalhadora como principal inimigo. A ideologia do "inimigo interno" e a Lei de Segurança Nacional (LSN) são expressões no campo ideológico e jurídico desta escolha, pois os alvos destes mecanismos eram os movimentos populares e, principalmente, o movimento operário. Este grande controle repressivo veio acompanhado de forte intervenção na área sindical e trabalhista. O objetivo era impedir qualquer resistência da classe trabalhadora porque o crescimento dos lucros das grandes empresas e multinacionais se assentava também na redução de direitos dos trabalhadores e na redução do poder de compra de seus salários. Ou seja, em uma maior exploração da força de trabalho que, por sua vez, só foi possível graças a um regime de terror. A perseguição, repressão, prisão, tortura e assassinato se tornaram política de estado.

5 Filho de imigrantes japoneses e agricultores, paulista de Guaiçara, na região de Lins, Luiz Hirata estudava Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba. Em 1969 precisou abandonar os estudos, no quarto ano, por perseguição política: era militante da Ação Popular. Em 1971, antes de ser preso e assassinado sob torturas, era um dos cinco coordenadores do movimento de oposição sindical metalúrgica de São Paulo, ao lado de Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira. Cf. Direito à memória e à verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2007, p. 193-194).

6 Manoel Fiel Filho - Operário metalúrgico morto em 1976 pela ditadura militar. Vivia na capital paulista desde os anos 1950. Tinha trabalhado como padeiro e cobrador de ônibus antes de se tornar operário metalúrgico, quando passou a exercer a função de prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca, aos 19 anos.

7 Ver depoimento do ferramenteiro Vicente Espanhol em: Conselho Projeto Memória da OSM-SP (2014, p. 185-186).

8 Sua morte comoveu o país e, no dia seguinte, compareceram cerca de 30 mil pessoas que se reuniram em frente à Catedral da Sé (centro de São Paulo). Ali, houve a missa de corpo presente, celebrada pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Havia tanta gente que o espaço da Catedral ficou pequeno. A maioria ficou do lado de fora, gritavam consignas e depois as pessoas foram de ônibus para o Cemitério do Campo, em Santo Amaro, para o enterro do Santo. Na noite anterior, ao sair do DOPS, onde me encontrava preso com outros companheiros, passando pelo sindicato, tive a oportunidade de conversar com os companheiros, Santo e Waldemar Rossi, que buscavam informações sobre a greve. Foi a última vez que encontrei o companheiro Santo. No dia seguinte, estávamos em um grande piquete na zona oeste (Lapa/Água Banca), quando soubemos de seu assassinato. Foi uma comoção geral e, ao mesmo tempo, uma radicalização dos trabalhadores que ali estavam e logo ocuparam os vagões do trem em direção à Estação da Luz e, em seguida, ocupamos a Praça da Sé.

9 Ver o documentário *Cidadão Boilesen*, de Chaim Litewski (2009). O avanço conquistado pelas Comissões da Verdade acabou confirmando o envolvimento de empresários com a repressão, o que torna pertinente o resgate de informações e documentos esclarecedores dessa ligação. O caso de Henning Boilesen era bem particular. Afinal, o empresário não só apoiou financeiramente o golpe e as atividades de repressão, como também participava de sessões de interrogatório e tortura na sede da Oban, conforme relata o ex-dirigente do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Jacob Gorender: "Ele, pessoalmente, frequentava a Operação Bandeirante, ia ver os presos e assistia às sessões de tortura" (CIDADÃO BOILESEN, 2009). Há, ainda, outro trecho do filme em que o narrador evidencia essa ligação dele com a repressão: "Boilesen vivia cercado de personalidade policiais e militares; pessoas que, sabemos, estavam envolvidas com a tortura e o Esquadrão da Morte. Entre ele, Sérgio Fleury , grande amigo de Boilesen" (CIDADÃO BOILESEN, 2009). A Duratex, ligada ao banco Itaú, empresa na qual trabalhei, entre 1978 e 1979, aparece na lista das envolvidas com o aparato repressivo.

10 Para uma análise crítica do novo sindicalismo ver os seguintes trabalhos: Antunes (1991); I. J. Rodrigues (1999); M. A. Santana e J. R. Ramalho (2003).

Referências

ALTHUSSER, Louis et al. **Para ler o capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 35-45.

ANTUNES, Ricardo. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, José Reginaldo (Org.). **Sindicalismo no Brasil**: os primeiros 100 anos? São Paulo: Crisálida Livraria e Editora, 2007. p. 288-306.

_____. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.

_____. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. In: **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.

BADARÓ, Marcelo. **Sindicalismo brasileiro após 30**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANCO, Andréa Castello. A história contada pelos protagonistas. **Teoria e Debate** (Especial 1968), São Paulo, n. 175, maio 2008.

CIDADÃO BOILESEN. Direção e roteiro de Chaim Litewski. Rio de Janeiro: Palmares Produção e Jornalismo, 2009. 1 DVD (92 min).

COUTO, Ari Marcelo Macedo. **Greve na Cobrasma**: uma história de luta e resistência. São Paulo: Annablune, 2003.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

_____. **O que é estrutura sindical**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992. (Col. Primeiros Passos).

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. In:_____. **Os pensadores:** Karl Marx São Paulo: Abril Cultural, 1989.

MÉSZÁROS. István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Método em uma época histórica de transição. In: _____. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

ROCHA, Danielle Franco. As lutas dos trabalhadores bancários contra a ditadura (1964-1985) no Brasil: A oposição às intervenções sindicais e à Lei de Greve. **OPSIS**, Catalão, v. 14, n. 1, p. 225-243, jan./jun. 2014.

RODRIGUES, J. Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, I. J. (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

ROSSI, W.; GERAB, W. J. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROVAI, Marta. **Osasco 1968**: a greve no masculino e no feminino. Salvador: Pontocom, 2013.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.

SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC Paulista**: reestruturação produtiva e parceria e outros ensaios. Curitiba: CRC, 2014.

Documentos consultados

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à memória e à verdade**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

CONSELHO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP. **Investigação operária**: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Paulo: IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas), OSM-SP (Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo) – Projeto Memória, 2014. 202 p.

GLASS, Verena. MPF recebe denúncia contra Volkswagen por participação em repressão a operários 23 de setembro de 2015. FacebookTwitterTelegramPrint Multinacional é acusada de coautora em prisões, tortura e espionagem contra seus funcionários durante ditadura cívico-militar. Disponível em: <http://rosaluxspba.org/mpf-recebe-representacao-contra-volkswagen/>. Acesso em: 10 out. 2016.

ROSSI, Waldemar. A resistência operária entre os anos 1968/1990. 07 nov. 2013. <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1745&Itemid=79>. Acesso em: 10 out. 2016.

Recebido em 15 de março de 2018
Aprovado em 18 de maio de 2018

DOI 10. 5216/ o.v18i2.48731

ESCRAVIDÃO E VIOLÊNCIA: CRIMES COMETIDOS POR ESCRAVIZADOS NO INTERIOR DE ALAGOAS NO FINAL DO XIX EM UMA PERSPECTIVA DA PRÁTICA DE JAGUNCISMO

*Fábio Francisco de Almeida Castilho**

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar a representação escrava nos periódicos alagoanos no período final do escravismo, em especial, as notícias encontradas em O *Jornal de Penedo*, que repercutiam a ocorrência de três crimes de tentativa de assassinato praticados por cativos naquela freguesia no ano de 1875. Ao nos debruçarmos sobre este mote encontramos informações relevantes do período de crise do escravismo no país tomando por recorte espacial o interior de Alagoas. A cidade de Penedo, localizada às margens do Rio São Francisco, teve seu desenvolvimento econômico impulsionado pela navegação a vapor que conectava o seu porto fluvial aos principais portos oceânicos da época, reforçando sua posição de entreposto comercial entre o interior do Rio São Francisco e o comércio de cabotagem nacional em um contexto de intensificação do tráfico interprovincial na segunda metade do XIX. Com a análise dos crimes violentos e fugas relatados nos periódicos buscamos compreender o papel dos escravizados naquela sociedade e suas formas de busca por autonomia e estratégias de negociações, vislumbrando o papel do cativo enquanto sujeito histórico.

Palavras-chave: Escravidão; Periódicos; Alagoas.

* Doutor em História pela Unesp - Franca. Professor Ebtt IFAL - Campus Marechal Deodoro. Professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional (PROFEPT) polo Maceió. E-mail: fabiofacastilho@hotmail.com

SLAVERY AND VIOLENCE: CRIMES COMMITTED BY SLAVED PEOPLE IN THE INTERIOR OF ALAGOAS AT THE END OF THE XIX IN A PERSPECTIVE OF THE PRACTICE OF BANDITISM

Abstract: The present text aims to analyze slave representation in the Alagoan periodicals in the final period of slavery, especially the news found in *O Jornal de Penedo*, which reported the three crimes of attempted murder by captives in that parish in the year of 1875. When we look at this motto, we find relevant information about the crisis period of slavery in the country, taking the interior of Alagoas as a space. The city of Penedo, located on the banks of the São Francisco River, had its economic development boosted by steam navigation that connected its fluvial port to the main ocean ports of the time, reinforcing its position as a commercial warehouse between the interior of the São Francisco River and the commerce in the context of the intensification of interprovincial traffic in the second half of the 19th century. With the analysis of violent crimes and scapes reported in the periodicals, we seek to understand the role of the enslaved in that society and their search for autonomy and negotiation strategies, glimpsing the role of the captive as a historical subject.

Keywords: Slavery; Newspapers; Alagoas.

ESCLAVITUD Y VIOLENCIA: CRÍMENES COMETIDOS POR ESCLAVIZADOS EN EL INTERIOR DE ALAGOAS A FINALES DEL XIX EN UNA PERSPECTIVA DE LA PRÁCTICA DEL YAGUNCISMO

Resumen: El presente texto tiene el objetivo de analizar la representación esclava en los periódicos de Alagoas durante el período final del esclavismo, en especial, las noticias encontradas en El Diario *de Penedo*, que repercutieron en el acontecimiento de tres crímenes de intento de asesinato practicados por cautivos en aquella parroquia, en el año 1875. Al ocuparnos de ese tema, encontramos informaciones relevantes sobre el período de crisis del esclavismo en el país, tomando por recorte espacial el interior de Alagoas. La ciudad de Penedo, ubicada a orillas del Río São Francisco, tuvo su desarrollo económico impulsado por la navegación a vapor, que conectaba su puerto fluvial a los principales puertos oceánicos de la época, reforzando su posición de almacén comercial entre el interior del Río São Francisco y el comercio de cabotaje nacional en un contexto de intensificación del tráfico interprovincial en la segunda mitad del XIX. Con el análisis de los crímenes violentos y de las fugas relatados en los periódicos, buscamos comprender el papel de los esclavizados en aquella sociedad y sus formas de búsqueda de autonomía y estrategias de negociaciones, vislumbrando el papel del cautivo como sujeto histórico.

Palabras clave: Esclavitud; Periódicos; Alagoas.

Introdução

Em novembro de 1875 O *Jornal de Penedo*, folha editada na região leste de Alagoas, noticiava que eram procurados os escravos José Nunes, Manoel Ventura do Nascimento e Jorge por crimes cometidos naquela localidade. O escravo José Nunes teria aplicado facadas em Pantaleão Marques da Costa, no mês de junho daquele ano, nas proximidades da povoação de Igreja Nova. Já o escravo Manoel Ventura do Nascimento era acusado de tentativa de assassinato, por ter dado uma "cacetada na cabeça de Anna Joaquina", no mês de julho do mesmo ano, no sítio Olhos da Água da Abóbora. Por último, o escravo de nome Jorge também era acusado de tentativa de assassinato, por ter desferido diversas facadas em Antônio José de Santana, em 11 de fevereiro de 1875, em Barra de Laranjeira, distrito de Piassabussu. Todos os crimes foram cometidos no termo de Penedo. O juiz municipal da região, Aureliano A. Ribeiro e Silva, pedia a captura dos referidos escravos.

Os crimes mencionados podem ser lidos no mesmo diapasão historiográfico que percebe os crimes cometidos por escravizados como modo de resistência ao cativeiro. No entanto, chama-nos a atenção o fato dos três escravos foragidos serem propriedade da mesma senhora, D. Maria de Carvalho Guimarães. A coincidência de três escravos pertencentes à mesma senhora estarem envolvidos em crimes de tentativa de assassinato em datas e locais próximos nos leva à hipótese da prática de *jaguncismo*.

De acordo com Antônio Candido, a definição de *jaguncismo* está ligada à ideia de prestação de serviço, "de mandante e mandatário, sendo típica nas situações de luta política, disputa de famílias ou grupos" (CANDIDO, 1970, p. 141). O jagunço é utilizado, geralmente, para transgressões, para impor a ordem privada que atua como se fosse a ordem pública. O mesmo autor lembra que, no sertão, o *jaguncismo* pode ser uma forma de estabelecer e fazer valer normas, o que torna o jagunço um tipo especial de homem violento e, por um lado, o afasta do bandido comum. O que vigora é a "lei da acostumação", segundo Candido (1970), em que a fronteira entre o legal e o ilegal é muito tênue e as arbitrariedades são comuns, em que "sempre rege o mando do mais forte". Desta forma, sob estas condições se assentaria o *jaguncismo*, em diferentes graus, mas em geral sob a forma de guerras e desmandos. A prática do *jaguncismo* com a utilização do elemento servil enquanto jagunço poderia ter sido uma prática costumeira no Brasil escravocrata?

Com efeito, o conceito de *jaguncismo* é mais comumente utilizado no período da *República Velha* (1889-1930). O mesmo conceito não é empregado na historiografia do Brasil Império (1822-1889) com a mesma frequência, talvez porque durante o governo imperial e com a vigência da escravidão, as relações entre senhor e escravo ou mandatário e jagunço ficavam mais ocultas e, portanto, de mais difícil verificação. O presente texto se propõe a analisar esta perspectiva, buscando perceber e estudar as ações e estratégias dos cativos no contexto de crise do escravismo no interior de Alagoas, em especial no termo de Penedo, com base nas notícias de crimes e fugas nos periódicos locais.

O *Jornal de Penedo*

Em nossa principal fonte, os periódicos de Alagoas, os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fugiam e eram procurados por seus senhores ou quando praticavam crimes. Ou seja, as elites que editavam os periódicos apenas reconheciam humanidade nos cativos quando eles se portavam como revoltosos. No mais das vezes os escravos não apareciam como atores, mas apenas como objeto de estudo no discurso das elites, que buscavam soluções para a crise da mão de obra, sem jamais se preocupar com a posição ou o papel dos cativos nesta questão.

Neste texto privilegiamos a posição de O *Jornal de Penedo*, folha que circulou de 1875 a 1913. Editado por Manoel Batalha, o periódico cobre um momento importante da história do país, passando pelo processo de abolição e o republicanismo. No período em tela a folha repercutia no interior de Alagoas as notícias que aconteciam na província, mas principalmente informava sobre o que se passava na capital do Império, o Rio de Janeiro. Dessa forma, a linha editorial do periódico buscava refletir sobre os acontecimentos que se passavam no país e na sua capital e tentava repercuti-los, com algumas especificidades, para o caso alagoano. Este periódico seguia uma linha conservadora e postou-se contrário ao abolicionismo e formas mais liberais de se pensar a organização do trabalho em Alagoas.

Nas edições analisadas, que, evidentemente, apresentam a visão senhorial, podemos perceber como os senhores qualificavam seus cativos. O escravo era sempre representado apenas de duas maneiras: ora como inimigo, ora como "bom escravo". Assim:

> A primeira ocorria nas ocasiões em que o escravo se confrontava diretamente com o poder senhorial, seja por meio da prática de crimes, como por exemplo, assassinato de seus senhores e familiares, seja fugindo ou promovendo rebeliões organizadas. A visão do "bom escravo" foi a que mais se enraizou no sistema escravista e envolvia uma série de códigos, interpretados tanto por senhores como por escravos com base em leituras diferentes dos deveres e das obrigações de cada parte (ANDRADE, 2008, p. 53).

Diferentes autores já enfatizaram a subjetividade da relação entre senhores e escravizados, estes trabalhos se preocuparam em desmistificar a imagem do *escravo-coisa*, visto como simples mercadoria e tiveram como resultado a construção de uma nova perspectiva das relações entre senhor e escravo, num contexto de negociações no qual o cativo também aparece na condição de sujeito histórico e possuidor de espaços de autonomia (CHALHOUB, 1990; FLORENTINO, 1997; GOMES, 2003; LARA 1992; MATTOS, 1998; MATTOSO, 1990; REIS; SILVA, 1989). Nosso escopo será o de analisar o discurso das elites sobre a transição da mão de obra em Alagoas e, sendo assim, as representações dos cativos nos periódicos são ressaltadas conforme a opinião dos editores do século XIX. Trata-se de uma opção metodológica de voltar-se, primordialmente, para as fontes primárias dando voz aos protagonistas dos acontecimentos históricos analisados.

A transição da mão de obra foi um dos temas mais presente na imprensa nacional do final do século XIX. Desde 1870 os periódicos de todo o país repercutiam questões referentes ao final do escravismo e as novas formas de trabalho que deveriam surgir nas lavouras. Com

o iminente final do regime escravista um novo braço precisava ser arregimentado para dar prosseguimento à produção nacional. Diante deste problema diversas propostas foram discutidas, passando da importação de trabalhadores estrangeiros, principalmente vindos da Europa, ao aproveitamento do trabalhador nacional, embora muitas vezes olhado com desconfiança devido aos discursos racistas, como o *darwinismo social*, em voga na época. A classe produtora precisava resolver este intrincado problema posicionando-se diante da imperiosa crise da mão de obra que se agravava no país com o final da escravidão.

Os periódicos analisados repercutiam com grande frequência os anúncios de "procura-se". Um exemplo é a edição do dia 02 de janeiro de 1887 do *Jornal do Pilar*, com a seguinte notícia de "procura-se":

> Desapareceu, ao amanhecer do dia 20 de Janeiro na propriedade do engenho FLOR DA MURTA, um escravo de nome Justino, idade 35 anos mais ou menos, crioulo, que alguns chamam de cabra, cabelo ruim, altura e cumprimentos regulares, pouca barba e esta ao redor da boca; tem as juntas dos joelhos para dentro, pés para fora e também regulares e sofre falta de dentes. Quem o pegar e trazer ao seu Sr. no referido engenho tem de gratificação duzentos mil reis, e cem mil reis quem o recolher à qualquer cadeia com segurança, avisando de prompto aqui ou na bahia aos Sns. LOPES & SOBRINHOS, e no Traipú ao Doutor José Jacinto de Souza. (Engenho FLOR-DA-MURTA. 13 de Fevereiro de 1873).

A segunda maneira por meio da qual o escravizado aparecia nos jornais de Alagoas era mais incômoda para a elite, pois neste caso ela era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da "bestialidade" e da "brutalidade" dos negros "selvagens" que cometiam crimes e assassinatos contra seus senhores e membros de suas famílias. Frequentemente essas notícias eram acompanhadas de considerações sobre o problema da transição da mão de obra cativa em Alagoas e em todo o Brasil de maneira geral:

> No dia 25 do passado no Monte Verde, em S. Fidelis, um escravo do fazendeiro Thomaz Joaquim da Silva Faria, sendo repreendido pelos seus feitos, matou a foiçadas uma filha de 13 anos de idade, indo logo entregar-se ao sub-delegado em S. João do Paraíso. (*O Orbe*, 28 de agosto de 1881, p. 2).

Os crimes envolvendo escravos multiplicavam-se por todo país e davam a dimensão da crise do escravismo, pois diante das transformações no mundo do trabalho o que seria feito da mão de obra nacional, especialmente daqueles envolvidos na prática de crimes bárbaros?

> Assassinato – no dia 17 do corrente, Sebastião, escravo do Sr. Rafael Calado, italiano residente nesta cidade, assassinou ao infeliz quinquagenário Francisco das Chagas, no povoado denominado Feliz Deserto, freguesia de Piassabussú, deste Termo. O assassinado era um excelente homem, e morava naquele povoado, onde apareceu o escravo assassino que se tinha evadido da companhia do seu senhor. O infeliz Chagas tentou capturá-lo; mas ele, armado de um pau, descarregou-lhe uma bordoada tal que instantaneamente roubou-lhe a existência. No dia 18 a noite constou ao Dr. Juiz Municipal que o referido escravo se tinha recolhido a casa de seu senhor nesta Cidade. pelo que mandou o mesmo Dr. cercar-lhe a casa, e no dia 19, dando-se busca, não foi encontrado o dito escravo. (*Jornal do Penedo*, 23 de maio de 1876, p. 1).

Diante da crise do escravismo, observada no grande número de fugas e nos crimes bárbaros envolvendo cativos e senhores por todo o país, diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater os cativos que enveredavam por uma vida de crimes. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compôs o debate que se formou em torno da transição da mão de obra em Alagoas e no Brasil.

A prática de crimes e assassinatos traz à baila a discussão da violência nas senzalas, ora praticada contra o cativo e ora praticado por este, como uma perspectiva da crise do escravismo que se agravava no país desde 1850. Em Alagoas esta questão se tornou mais relevante uma vez que a província foi exportadora de escravizados. Com a intensificação do tráfico interprovincial, o município de Penedo, sede do periódico ora em análise, desempenhou destacado papel nesse processo.

Características do tráfico interprovincial em Penedo

A cidade de Penedo está localizada às margens do Rio São Francisco, sua ocupação data do início do processo de colonização do Brasil e por essa razão já se constituía uma vila antiga em meados do século XIX. De acordo Luana Teixeira (2016), ao longo dos oitocentos, Penedo consolidou-se como a segunda maior praça comercial da província de Alagoas e principal entreposto comercial da região que ligava o interior do São Francisco às rotas nacionais de cabotagem.

De acordo com a mesma autora, a cidade foi fundamental para a articulação de uma rota do comércio interprovincial de escravos que abrangia uma ampla região do Nordeste – "notadamente o Baixo e Submédio São Francisco e o Agreste Pernambucano – e levou centenas de cativos para o Sudeste do Brasil, especialmente para o Porto do Rio de Janeiro" (TEIXEIRA, 2016, p. 123). Teixeira (2016) assinala a importância que o comércio interno de escravos alcançou nos anos de 1850, momento em que iniciava na região um processo de desenvolvimento técnico e econômico impulsionado pela introdução da navegação regular a vapor.

Com efeito, a partir do desenvolvimento do tráfico interprovincial na década de 1850, processo que levaria milhares de cativos das várias regiões brasileiras para os centros econômicos mais dinâmicos, Penedo conheceu um rápido desenvolvimento que se perpetuou até fins do século XIX. Segundo Teixeira (2016), há décadas Penedo estava conectado aos principais portos do Império, havendo inclusive rotas frequentes executadas por embarcações a vela do Penedo a Maceió e a Salvador. Esse contato regular observado pela autora fortaleceu os circuitos comerciais que ligavam o interior do São Francisco à navegação de cabotagem, possuindo uma sólida infraestrutura urbana oriunda dos tempos coloniais. Esta dinâmica pode ser observada no extenso plantel que vivia na cidade de Penedo:

Tabela 1- Pagamento da taxa dos escravos das vilas e cidade – Penedo

Ano Fiscal	Proprietários	Escravos	Escravos por proprietários	Valor da taxa (réis)	Valor arrecadado (réis)
1854-1855	177	421	2,4	2.000	842.000
1855-1856	186	429	2,3	2.000	858.000

Fonte: Teixeira (2016, p. 135).

O desenvolvimento comercial e o fortalecimento da posição do município enquanto entreposto comercial entre o interior do São Francisco e os principais mercados nacionais dotaram-no, portanto, de uma característica especial: Penedo era também uma cidade comerciante de escravos. Por meio do comércio interprovincial foram deslocados mais de 220 mil escravos ao longo das décadas de 1850, 1860 e 1870. O principal destino desses escravos eram as províncias cafeicultoras do Sudeste. Em contraponto, havia diversas províncias de procedência de escravos, entre elas Alagoas. Inserida como vendedora no comércio interprovincial de escravos, em Alagoas o negócio operava principalmente através dos portos do Penedo e Maceió. Ambas eram cidades onde residiam escravos, mas, no contexto do comércio interprovincial, elas serviam de entreposto para remeter escravos do interior para os mercados do sul.

> As informações prestadas pelo Presidente da Província demonstram que entre 1854 e 1858, mais de seis centenas de escravos foram exportados pelo Porto do Penedo. Demonstrei que naquela cidade residiam 429 cativos em 1855. Ou seja, colocados estes dados lado a lado, os algarismos apontam para o fato de que em apenas quatro anos o número de escravos que foram embarcados em Penedo por força do comércio interprovincial superou aquele dos cativos que viviam na cidade. Ainda que alguns dos cativos embarcados fossem residentes na cidade, a grande maioria vinha de outras localidades, desde regiões próximas, como o interior do município e as cidades vizinhas, até Santa Maria, a mais de 400 km de distância (TEIXEIRA, 2016, p. 131).

Os dados indicam a importância que o comércio de escravos alcançou em Penedo, o que se tornou possível devido a sua posição de entreposto comercial entre Baixo e Submédio São Francisco e os principais portos do Império. Ao longo da década de 1850, enquanto a cidade vivia um momento de desenvolvimento econômico, os comerciantes locais e de outras praças viram ali a possibilidade de viabilizarem o transporte dos cativos de regiões longínquas diretamente para Salvador, e, dali, para o Rio de Janeiro. Além do contexto do tráfico interprovincial, tensões sociais e pequenas revoltas marcaram as províncias localizadas no Nordeste do país na segunda metade do XIX.

Tensão no interior de Alagoas na segunda metade do XIX: a Revolta do quebra-quilos

De acordo com os relatórios dos Presidentes de Província da década de 1870, o contexto no interior de Alagoas estava marcado por tensões e movimentos de turbulência social. No fim do ano de 1874 e início de 1875, uma desordem tomou conta de Alagoas, de acordo com o relato do Presidente Provincial Vieira de Araújo. Movimentos originados na província da Paraíba e que haviam se expandido a Pernambuco e Alagoas ameaçavam o sossego e colocavam em sobressalto a população. Diante do agravamento dos levantes o poder público teve de apelar para o governo imperial intervir e reestabelecer a ordem e tranquilidade pública. As autoridades aumentaram a concentração policial nos pontos limítrofes de Pernambuco, para que não fossem mais invadidos, e reforçaram o efetivo em municípios e vilas de Alagoas, como em Porto Calvo, Quebrangulo, Palmeira dos Índios, Atalaia, Imperatriz e Lage do Canhoto, tidos como pontos estratégicos para controle e pacificação do território provincial (Relatório do Presidente de Província, 1875).

O movimento alertado pelo Presidente de Província no relatório do biênio 1874 e 1875 ficaria conhecido como "Revolta dos quebra-quilos", levante social que em 1875 mobilizou parte da população das províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Com efeito, em desagrado com a utilização do novo sistema de pesos e medidas, os manifestantes destruíram instrumentos de medição em feiras locais e invadiram as coletorias, câmaras municipais e cartórios para destruírem documentos ali existentes, como listas de impostos, hipotecas etc.; além de invadirem também as cadeias para soltar os presos. Estas manifestações foram amplamente combatidas pelas autoridades alagoanas.

De acordo com Geraldo Joffily (2015), nesse momento podemos perceber no país a tentativa do governo imperial de modernizar o Brasil. Essa tentativa surgiu a partir da necessidade de colocar a recém-criada nação à altura das nações europeias, ditas civilizadas. No entanto, um grande obstáculo se pôs nesse caminho, já que o Brasil ainda concentrava a maior parte de suas riquezas na área rural (o que fazia dos grandes latifundiários os donos do poder), a qual possuía a grande maioria da população de escravos e homens livres e pobres. Diante da imposição do novo sistema métrico decimal, vários grupos de homens livres e pobres se levantaram contra o governo imperial. O autor aponta para a importância de se conhecerem as causas das revoltas, assim como sua importância como manifestação popular contras as instituições governamentais, seus aspectos econômicos e sociais no meio rural nas últimas décadas do império (JOFFILY, 2015).

Destacamos que estas conturbações populares relatadas pelo Presidente de Província devem ser redimensionadas quando trazemos à tona o final das relações escravistas e a crise da transição da mão de obra. Os levantes relatados ocorreram nas feiras e praças públicas, mesmo ambiente em que os cativos circulavam rotineiramente. Desta forma, a revolta popular poderia afetar a relação escravista em seu processo de deterioração. A sociedade alagoana precisava se adaptar à nova organização do trabalho e essa crise trazia dúvidas e incertezas para os proprietários, para as autoridades, para os comerciantes e para a população escravizada.

A instabilidade daquele período pode ser percebida no tom grave utilizado pelo Presidente de Província Vieira de Araújo em seu relatório de 1875:

> O capitão Antonio Thomaz de Aquino, conhecido por Antonio Thomaz do Brejo Grande (morava na Imperatriz) invadiu o povoado Mundahú-Meirim, inutilizou os pesos e medidas do novo sistema, incendiou os cartórios, subdelegacias de polícia e julgado de paz e o titulo do cobrador dos impostos de feira, obstando a arrecadação dos mesmos e tentando assassinar o português conhecido por Antônio Moto-e-vivo.
>
> No timbó, ameaçada de invasão, foram tomados do poder do subdelegado de polícia dois sediciosos do Mundahú-Meirim. Foi preso o alferes Antonio Thomaz do Brejo Grande como um dos cabeças da sedição e submetido a processo com outros.
>
> Em Traipú, no lugar denominado Lagoa das Areias, houve certa agitação que cessou com a presença da autoridade, auxiliada por um destacamento volante que percorreu as comarcas do Penedo e Paulo-Afonso no Valle do Rio São Francisco. Em Atalaia, notou-se agitação que desapareceu com as autoridades, que fez reestabelecer o uso do novo padrão de pesos e medidas que havia sido abandonado pelo antigo sistema.
>
> No Pilar, houveram manifestações que não se reproduziram. Na capital, um grupo, na madrugada de 1º de 1875, fez manifestações inconvenientes de caráter sediciosos. A falta de forças deu lugar a serem recolhidas as patrulhas rodantes, o que animou as manifestações.
>
> Um grupo de sediciosos penetrou na comarca da Imperatriz, reproduzindo atentados cometidos na província da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. (Relatório de Presidente de Província, 1875).

A desordem social descrita nos relatórios e que tanto preocupava as autoridades alagoanas está intimamente relacionada com o período de final do escravismo, em que a tensão era causada pelas incertezas provocadas pela insegurança quanto à nova organização do mundo do trabalho no país e na província. No mesmo período pululavam nas páginas dos periódicos locais notícias de fugas e crimes violentos praticados por cativos.

A mesma preocupação pode ser percebida nos periódicos locais, quando os editores cobravam das autoridades locais medidas que pudessem garantir a segurança. Preocupavam-se, principalmente, com a circulação de negros e cativos no interior da província, regiões desguarnecidas segundo a opinião dos editores.

> A cada instante espera-se alguma desgraça, pois a impunidade em que vivem, por aqui, os malfeitores, não pode deixar de trazer consigo funestas consequências. Pessoa fidedigna comunica-nos que no tabuleiro vagueiam uns doze negros fugidos, armados de foice e chuço e, até o presente, ainda nenhum sinal de vida tem dado a policia da localidade! E com razão, por isso que sendo, como é, resumido o destacamento daqui, bem mal guarda as portas da cadeia! (*Jornal do Pilar*, 02 de junho de 1874).

Com efeito, a situação ficava mais grave com a presença dos cativos que por vezes cometiam crimes contra seus proprietários, instaurando na sociedade o receio de uma sublevação dos escravos que pudesse acarretar em uma drástica revolução social.

Entre os acontecimentos divulgados na imprensa destacava-se a ocorrência de crimes e assassinatos envolvendo o elemento servil, como um fato que ocorreu no município de Pilar

em abril de 1874. Nesse caso, um duplo assassinato cometido por cativos repercutiu nas folhas locais que reverberaram o aumento da violência envolvendo os escravos, conforme notícia em *O Jornal de Penedo*.

> No dia 28 de abril foram encontrados na casa de Gabriel nos subúrbios do Pillar cadáveres do capitão João Evangelista de Lima e sua mulher D. Josefa Martha de Lima, que haviam sido barbaramente assassinados um na noite de 26 e a outra na de 27 por seus escravos Prudêncio e Vicente, precedendo ajuste com Francisco, escravo de Dr. Joaquim Telesphoro Ferreira Lopes Vianna. Foram roubados da casa todos os objetos de valor, inclusive cavalos que os criminosos aproveitaram para fuga. (*Jornal de Penedo*, 09 de junho de 1874).[1]

Em obra clássica, Célia Azevedo (1988) discutiu a emersão de uma "onda negra" e o consequente "medo branco" como aspectos fundamentais do imaginário do Brasil imperial, principalmente nas grandes lavouras do Sudeste brasileiro. A constante preocupação de insurreições escravas colocava aquela sociedade em constante estado de tensão e alerta (AZEVEDO, 1988). Apontamos elementos desta mesma tensão para o interior de Alagoas, província afastada dos grandes centros urbanos do país.

Ao descrever a tensão vivenciada em Alagoas nas décadas de 1870 e 1880, as autoridades locais e os editores dos jornais analisados representam a preocupação das elites dirigentes em ordenar e organizar a província. Quais seriam os reflexos das alterações no mundo do trabalho na organização social da província? Qual o lugar que os ex-escravizados deveriam ocupar na sociedade livre? Estas e outras questões inquietavam as autoridades do país e de Alagoas.

A representação escrava nos periódicos locais

A abolição dos escravos, em maio de 1888, foi o fenômeno de maior interferência na sociedade brasileira em todo o século XIX. Com uma mudança estrutural de tal ordem, diferentes setores da sociedade tiveram que, aos poucos, se adaptar à nova realidade. Desta forma, algumas estratégias de negociação, tanto da parte dos senhores como dos ex-cativos começaram a se desenvolver.

Nos periódicos analisados os escravos passam a adquirir o *status* de agente ativo da sua própria história apenas na década de 1880 com o agravamento da crise da mão de obra, quando passaram a majorar nas páginas desses jornais notícias de crimes violentos cometidos por escravos. Além das fugas, majoravam nas folhas alagoanas denúncias e relatos de crimes violentos cometidos por escravos. O objetivo era deixar a população alarmada diante da emersão de uma "onda negra".

A preocupação maior dos editores de o *Jornal de Penedo* quanto aos crimes era enfatizar o acontecido como ato bárbaro que havia sido cometido por um escravo, o qual era descrito como uma besta-fera, sem expor sua versão da história ou os elementos que teriam levado à prática do crime. Alguns cuidados específicos devem ser tomados quando se utiliza a imprensa periodista como fonte histórica. Temos como base a pressuposição que o jornalismo,

através da seleção e divulgação de todo o material redacional, não só espelha a realidade como também constrói a realidade social. Desta forma, estamos convencidos de que a mídia não espelha simplesmente a realidade, mas constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que a produzem. Isso se caracteriza por meio de escolhas que são feitas nos vários níveis no processo de produção dos textos, desde as escolhas lexicais até os vários tipos de discurso que se inter-relacionam na construção do sentido (PALHA, 2000).

Desta forma, o jornalismo não tem a função apenas de comunicar a *outrem* o conhecimento da realidade, mas também a produz e reproduz. A representação, na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso, é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as ideias não são comunicados de maneira neutra, ao contrário, são transmitidos com suas próprias características, as quais são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos (MELO, 2003).

Deste modo, as notícias relacionadas a fugas e crimes cometidos por escravos repercutem nas folhas editadas por proprietários e escravagistas de maneira parcial e monolítica, não oferecendo o viés dos cativos, suas razões e reações à sociedade escravista. Qualquer forma de resistência é descrita como crime bárbaro cometido por bestas-feras.

Em geral, os editores não se importavam com o escravizado. O discurso presente nos jornais analisados só mudou quando ficou patente que o sistema do trabalho escravo deveria dar lugar a uma nova forma de organização do mundo do trabalho. Então, os velhos editores procuram assumir uma nova roupagem e decretam que a escravidão, embora legal – pelo estatuto de propriedade –, não era legítima. Essa mudança se referia basicamente aos centros urbanos e, particularmente, ao Nordeste.

O recém-liberto deixa de ser estigmatizado como indolente, moroso e violento para constituir-se em elemento de mão de obra experimentada e valorizada nas lavouras, imprescindível para o desenvolvimento nacional.

Considerações Finais

Os eventos noticiados parcamente nos periódicos de finais do XIX suscitam mais questões do que oferecem respostas. No nosso exemplo, seriam as vítimas dos escravos inimigos ou adversários de D. Maria de Carvalho Guimarães? Infelizmente a fonte pesquisada não nos revela mais nenhuma evidência nesse sentido. Em outros documentos perscrutados tampouco encontramos nova menção aos crimes e aos acusados. No entanto, tal análise pode contribuir com nosso escopo, pois oportunizou averiguar a complexidade das relações entre senhores e escravos e as muitas outras maneiras de relacionamento que advieram com a progressiva extinção da escravidão no mundo do trabalho.

A descrição de crimes e assassinatos convinha para amedrontar a elite e pressioná-la para encaminhar o fim do escravismo. Por outro lado, o crime contra escravos demonstra que eles eram as maiores vítimas do regime bárbaro; e por último, um universo de negociações nos é revelado com a leitura do ponto de vista dos cativos.

Embora nos periódicos os editores se preocupassem em ressaltar a sua participação, também é possível recuperar o ponto de vista dos cativos e demais trabalhadores no complexo período da transição da mão de obra no país.

Quando decidimos centrar a pesquisa em periódicos locais, nossa tentativa foi a de compor um panorama da transição da mão de obra pela ótica de diferentes proprietários, com diferentes visões políticas e, consequentemente, diferentes soluções para a crise.

Com isso, procuramos fugir dos registros oficiais e de uma bibliografia de cunho tradicional. Portanto, elegemos uma peça discursiva, isto é, O *Jornal de Penedo*, que nos permitiu uma leitura alternativa, aquela que a historiografia tradicional não menciona. Nos periódicos podemos encontrar o discurso das elites e perceber suas estratégias para realizar a transição da mão de obra com o menor abalo político e social possível. Ao mesmo tempo, nos foi desvelado o soslaio dos cativos.

Nota

1 Este crime se tornou célebre por se tratar da última pena capital registrada no Brasil. De acordo com Tavares (2009), a cidade de Pilar, então um dos três mais relevantes aglomerados urbanos da província de Alagoas nos idos de 1874, é palco de um duplo assassinato responsável pela última sentença de morte por enforcamento no Brasil, cujo desenlace obtém notória repercussão na imprensa alagoana e nacional (WESTIN, 2016).

Referências

ANDRADE, Marcos Ferreira**. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro:** Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites - século XIX. São Paulo: Annablume, 1988.

CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. **Vários escritos**, v. 3, p. 147-179, 1970.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. o quebra-quilo. A revolta dos matutos contra os doutores (1874). **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 69-145, 2015.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. **LPH-Revista de História**, Mariana, v. 3, n. 1, p. 215-44, 1992.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. Tradução de James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PALHA, Cássia L. **Mídia e participação política**: a pedagogia da desmobilização popular. Niterói: UFF, dissertação de mestrado, 2000.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

TAVARES, Cleidson Sorrentino. O último enforcamento no Brasil. **WebArtigos**. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-ultimo-enforcamento-no-brasil/30421>. Acesso em: 24 ago. 2018.

TEIXEIRA, Luana. Vapores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850. **Sæculum–Revista de História**, João Pessoa, n. 34, p. 123-142, jan./jun. 2016.

WESTIN, Ricardo. Império usou a forca para conter escravos assassinos. **Senado Notícias**, Brasília, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/imperio-usou-a-forca-para-conter-escravos-assassinos>. Acesso em: 26 jul. 2017.

Recebido em 15 de agosto de 2017
Aceito em 18 de março de 2018

DOI 10. 5216/ o.v18i2.50301

GOYAZ URBANO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: IMAGENS DOS VIAJANTES

Marcos Antônio de Menezes*

Resumo: O trabalho mostra o surgimento das cidades na província de Goyaz e a forma como elas aparecem nas narrativas dos viajantes do século XIX. Os pioneiros viajantes, notadamente europeus, foram os interessados em retratar as paisagens e cidades brasileiras no século XIX, período em que elas passavam por grandes transformações. Transformações que não atingiram todas as cidades da ex-colônia e nem todas as da província de Goyaz, o que levou quase a totalidade dos viajantes que as visitou a fazer uma descrição indicando o atraso material a que estava submetida toda a região, apontando seus habitantes como "preguiçosos" e assim responsáveis pelo atraso. O viajante Oscar Leal, um dos últimos a passar por Goiás, já em 1882, não mais fala de decadência, mas sim de progresso. Quando de sua passagem por Jataí, o que ele anota sobre a cidade do Sudoeste goiano são suas modernidades.

Palavras-chave: História; Cidades; Literatura dos viajantes do século XIX.

* Prof. Dr. do Departamento de História UFG/CAC e do Programa de Pós-Graduação em História da UFG-Campus Goiânia. E-mail: pitymenezes.ufg@gmail.com

URBAN GOYAZ IN THE FIRST HALF OF THE 19TH CENTURY: IMAGES OF TRAVELERS

Abstract: The work shows the emergence of cities in the province of Goyaz and the way they appear in the narratives of travelers of the nineteenth century. The pioneering travelers, notably Europeans, were interested in portraying Brazilian landscapes and cities in the nineteenth century, when they underwent major transformations. Transformations that did not reach all the cities of the former colony and especially not those of the province of Goyaz which almost took the totality of the travelers who visited it to make a description pointing to the material delay to which the whole region was subjected and to indicate its inhabitants as "lazy" and thus responsible for the delay. The traveler Oscar Leal, one of the last to pass through Goiás, as early as 1882, no longer speaks of decadence, but of progress. When of his passage by Jataí what he notes on the city of the goiano southwest are its modernities.

Keywords: History; Cities; Literature of travelers of the nineteenth century.

GOYAZ URBANO EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XIX: IMÁGENES DE LOS VIAJEROS

Resumen: El trabajo muestra el surgimiento de las ciudades en la provincia de Goyaz y la forma como aparecen en las narrativas de los viajeros del siglo XIX. Los pioneros viajeros, notablemente europeos, fueron los interesados en retratar los paisajes y ciudades brasileñas en el siglo XIX, período en que ellas pasaban por grandes transformaciones. Transformaciones que no llegaron a todas las ciudades de la ex colonia y, principalmente a las de la provincia de Goyaz, lo que hizo que casi la totalidad de los viajeros que la visitó haga una descripción anotando el atraso material a que estaba sometida toda la región y describir a sus habitantes como "perezosos" y, de tal forma, responsables por el atraso. El viajero Oscar Leal, uno de los últimos a pasar por Goiás en 1882, ya no habla de decadencia, sino de progreso. Cuando de su paso por Jataí, lo que él describe sobre la ciudad del suroeste goiano son sus modernidades.

Palabras clave: Historia; Ciudades; Literatura de los Viajeros del siglo XIX.

A História contada

Desde o fim do século XVI, o Sertão dos Goyazes recebia visitas mais ou menos frequentes dos paulistas e dos jesuítas. Ambos vinham, a princípio, em busca de índios – os jesuítas para catequizar e os paulistas para escravizar. Segundo Palacín (1994), de 1590 a 1674, diversas bandeiras tinham percorrido o território goiano vindas de São Paulo e, a partir de 1653, várias outras partiram de Belém pelo Amazonas e alcançaram o Tocantins e o Araguaia.

Em julho de 1722, partiu de São Paulo a bandeira encabeçada por Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado para o sertão de Goyaz[1] com a finalidade de descobrir ouro, prata e outros minerais preciosos. Durante mais de três anos os bandeirantes insistiram em encontrar o lugar onde Bartolomeu Bueno da Silva esteve com seu pai em 1682. Em 21 de outubro de 1725, a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera, apesar do grande número de mortes e deserções, retornou triunfante com notícias do descobrimento de ricas minas de ouro.

Menos de dois anos depois, em 1727, já estava fundado o Arraial de Sant'Anna, que mais tarde se chamaria Villa Boa de Goyaz e se tornaria sede do governo da nova capitania. Em pouco tempo, os principais arraiais estariam estabelecidos: Meia Ponte (Pirenópolis) em 1731, Crixás em 1734, Traíras e São José do Tocantins (Niquelândia) em 1735, São Félix em 1736, Córrego do Jaraguá (Jaraguá) em 1737 e Santa Luzia (Luziânia) em 1746. A partir de 8 de novembro de 1744, a Capitania de Goyaz foi desmembrada da de São Paulo e, exatos cinco anos depois, tomou posse o primeiro governador exclusivo de Goyaz, Dom Marcos de Noronha, futuro Conde dos Arcos.

A produção de ouro nas terras da Capitania de Goyaz era correlata à da Capitania das Minas Gerais, mas a distância das minas de ouro de Goiás até o litoral, até a vida fervilhante do comércio das principais cidades da colônia, deixou o desenvolvimento, o progresso, quase como uma lenda contada por viajantes.

O difícil contato com a capital da colônia, Rio de Janeiro, fez com que a vida na Capitania não fosse motivo de observação e de prescrições de normas de conduta que valiam para toda a colônia. As estradas, quase inexistentes, afastavam os curiosos e também retardavam os mensageiros de Vossa Majestade com novos decretos e proibições.

No século XIX, quando as minas de ouro começaram a entrar em exaustão, fazendo da extração aurífera não mais um rentável negócio, a Capitania passou de fato a viver seu mais denso isolamento e até as expedições científicas que rasgavam o coração do país do pau-brasil resistiram em explorar a região.

Desde o século XVI, os viajantes estrangeiros percorriam o território americano da Coroa Portuguesa, mas somente no século XIX estudaram a fauna e a flora de Goyaz, e isso quando a família real portuguesa já havia se transferido de Lisboa para o Rio de Janeiro e Dom João VI decretado a abertura dos portos do Brasil às "nações amigas" em 1808.

Os viajantes descreveram aspectos do Brasil por meio de crônicas, relatos de viagem, correspondência, memórias, diários, álbuns de desenhos. O conjunto de obras deixadas por eles integra a chamada *literatura de viagem* e se constitui numa *literatura de testemunhos*,

cujos registros e observações ajudam a conhecer a realidade do Brasil da época. Existem mais de 260 obras, em várias línguas, nas quais os autores falam dos habitantes, da vida social, dos usos e costumes, da fauna, da flora e de outras características da antiga colônia portuguesa, principalmente durante o século XIX.

Esses sujeitos foram, portanto, os grandes cronistas da vida brasileira dos séculos XVI a XIX, descrevendo, em suas obras, aspectos da terra, da gente, dos usos e costumes do Brasil, e o que deixaram escrito contribui para um conhecimento mais amplo do país e, neste caso particular, dos viajantes do século XIX que visitaram Goyaz, para compreendermos melhor o ritmo de vida da população da então província.

Importa lembrar que, quando da chegada das expedições à Capitania de Goyaz, o seu período de fausto já havia se esgotado junto com suas minas de ouro. Tendo sido descobertas as primeiras minas de ouro em Goyaz em meados da década de vinte do século XVIII, elas alcançam o seu apogeu em 1753 (PALACÍN, 1994) e, apesar de haver certa discordância quanto ao início de sua decadência, o brigadeiro Cunha Mattos (apud PALACÍN, 1994) aponta o ano de 1764. Luís Palacín (1994) prefere a data indicada pelo governador Delgado Freire de Castilho, que é a partir de 1778, e o historiador Paulo Bertran (1978) afirma ter iniciado a decadência das minas em 1780. O certo é que, nas duas últimas décadas do século XVIII, já era bem acentuado o declínio da produção de ouro em Goyaz.

Os viajantes tiveram pouco interesse em conhecer a Província de Goyaz, o que pode ter sido motivado pelas dificuldades de acesso ao interior do país. "Não só a localização geográfica, mas a própria situação socioeconômica da região não era propícia às visitas das expedições" (ANDRADE, 2008, p. 98). Eles

> chegavam à terra imaginando a região de Goiás um esplendor devido à mineração, que atrelara a região à cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso, mas se deparavam com uma província onde a crise imperava em seus múltiplos aspectos. Os olhares dos viajantes europeus conseguiam ver apenas um deserto de homens, sem comércio e sem perspectivas, com estradas fantasmas e ócio ocorrendo nas veias do povo mestiço, longe por demais dos exemplos e do labor anglo-saxões. (CHAUL, 2002, p. 51).

A palavra decadência acompanhava a descrição de muitos arraiais nas escritas dos viajantes do século XIX. A isso se somavam as críticas contra o ócio da população, refletido na preguiça da gente do sertão de Goyaz, e a carência de capital e mão de obra. "Para os viajantes, era incompreensível que terras com tamanho potencial fossem envolvidas pelo marasmo e entregues à ociosidade de seu povo" (SILVA; MENEZES, 2012, p. 70). No entendimento de Johann Emanuel Pohl[2] (1782-1834), a preguiça não era uma característica só dos goianos, mas de todos os brasileiros. Ao descrever Villa Boa, ele afirma que

> os brancos são na maioria de origem portuguesa, em parte fugitivos e aventureiros e, no entanto, formam a primeira classe, o que se deve apenas à cor. Na maior parte são intoleravelmente altivos e soberbos, crentes dessa sua superioridade em relação às outras raças. Poucos melhoraram o caráter, antes exibem a vulgaridade de sua existência anterior. O ócio é a máxima felicidade dessa gente.... Com essa inatividade e preguiça, os brancos decaíram tanto que a maioria deles falta até o necessário para comparecerem à igreja aos domingos. (POHL, 1976, p. 141).

Comumente utilizada pelos viajantes, à palavra "sertão" passou a ser o identificador de regiões que careciam de passar pelo mesmo processo civilizador europeu. Quase todos os viajantes do século XIX que visitaram a região central do Império do Brasil. Saint-Hilaire[3] (1779-1853), Spix[4] (1781-1826), Martius[5] (1794-1868) e os demais viajantes da época aplicaram a palavra "sertão" no sentido de definir áreas de população rarefeita, mas também regiões onde inexistisse a vida civilizada.

Nos relatos de quase todos os viajantes que visitaram Goyaz na primeira metade do século XIX é possível reencontrar, em várias passagens, as mesmas reclamações em que manifestam angústia e perplexidade com a questão econômica da Capitania. Ao entrar em uma cidade depois de longa viagem, o naturalista francês confessa o tédio provocado pelo sertão de Goyaz: "Entediado pela triste monotonia da região, é com prazer que o viajante vê o encantador efeito produzido na paisagem pela série de construções regulares, que contrastam com o aspecto selvagem e desértico das terras circunvizinhas" (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 62).

Em *Viagem à Província de Goiás*, Saint-Hilaire (1975) fez um extenso relatório no qual analisa o comportamento e o "grau de civilidade" existente na província goiana e descreve os costumes em Villa Boa de Goyaz (hoje Cidade de Goiás) no início do século XIX. Nota-se ambiguidade na narrativa do viajante, que se encantava com a beleza local e, ao mesmo tempo, mostrava-se entediado pela situação que visualizava e com os costumes locais tão diferentes dos da Europa.

Lima (2008, s/p) acentua que "o olhar dos viajantes que percorreram o Novo Mundo estava marcado pelo sentido do exótico e do singular" e que "a produção iconográfica entre os séculos XVI e XIX dividiu-se entre o relato fantasioso, o registro científico e a representação do que identificamos como hábitos e costumes, além dos inúmeros registros da paisagem brasileira". Segundo a autora, "esse grande conjunto a que se denomina *iconografia de viagem* viu construir-se ao redor de si, de uma maneira indiscriminada e generalista, o atributo do registro documental" (LIMA, 2008, s/p).

> Reconhecer seu papel documental, capaz de traduzir, aos olhos de quem não esteve diante da realidade "reapresentada", o essencial do que ali se havia instituído em termos naturais e humanos, remete para um aspecto da arte desde os seus primórdios e que diz respeito à sua capacidade mimética. Remete, de resto, à capacidade, atribuída a toda imagem, de ser a "presença de uma ausência. " (BELTING, 2004, p. 13, s/p).

Lima (2008) entende que "é justamente desta capacidade e das possibilidades que dela derivam que a iconografia de viajantes retira seu poder de instituir-se enquanto discurso que autoriza a História". Ela comenta que tais discursos imagéticos "parecem ter sido prioritariamente utilizados para confirmar teses e opiniões, bem como construir conhecimento a partir da similaridade proposta entre realidade observada e representada" (LIMA, 2008).

Em suas andanças pela Província de Goyaz, Saint-Hilaire, Pohl, Gardner[6] (1812-1849) e Castelnau[7] (1810-1880) tinham sempre como perspectiva e espelho o olhar do "civilizador europeu" etnocêntrico. "A cientificidade e racionalidade constroem os olhares desses naturalistas. Interpretam o ambiente a partir de si mesmos, dos seus próprios signos e significados, valores e visões de mundo europeus" (ANDRADE, 2008, p. 103).

Esta visão de mundo europeu dificultava vivenciar a diferença, pois os viajantes consideravam a Europa o centro de tudo. Os "outros" eram apreendidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura europeia. O outro é "aquele que não se identifica; é aquele cuja descoberta causa êxtase. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento. Os relatos dos viajantes sobre a Província de Goiás são marcados por ideias etnocêntricas" (ANDRADE, 2010, p. 40).

É interessante notar que na obra *Habitantes de Goyaz* (figura 1), de Johann Moritz Rugendas[8] (1802-1858), por exemplo, os habitantes de Goyaz são representados com características dos vaqueiros dos pampas gaúchos e os animais que aparecem no quadro também são diferentes dos que havia na região em foco. Os artistas viajantes relatavam e pintavam de olhos fechados. Tudo o que sabiam ou viam era comparado com a velha Europa.

Figura 1 – *Habitantes de Goyaz*, de Johann Moritz Rugendas (s. d.)



Fonte: Corrêa (2001, p. 104)

As cidades de Goyaz na visão dos viajantes

Os pioneiros viajantes, normalmente europeus, foram os interessados em retratar as paisagens e cidades brasileiras no século XIX, período em que elas passavam por grandes transformações – as quais não atingiram todas as cidades da ex-colônia. A cidade de Goyaz é um exemplo. Com o esgotamento das minas de ouro, muitos de seus habitantes se deslocaram para outras regiões do país e as mudanças ao longo do século XIX foram extremamente lentas.

Na pintura dos viajantes, a cidade brasileira do século XIX foi a protagonista. Ela aparece com suas ruas e casas denotando variações regionais, o que atraía, ainda mais, o olhar do artista. Thomas Ender[9] (1793-1875), artista austríaco que percorreu as terras brasileiras em 1817, foi um dos que retratou as cidades de Goyaz. Em boa parte de suas obras, as construções aparecem na linha do horizonte, com o céu acima e amplos espaços livres abaixo, o que permite ver em detalhe a arquitetura, oferecendo uma visão de conjunto das construções. A cidade do artista é a cidade colonial edificada no século XVIII e antes das transformações ocorridas nela no século XIX. O artista capta, com seu olhar deslumbrado com a luminosidade do país, também sua vegetação exuberante (figura 2).

Figura 2 – Cidade de Goyaz, registrada pelo artista austríaco Thomas Ender (s. d.)



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural (2017)[10]

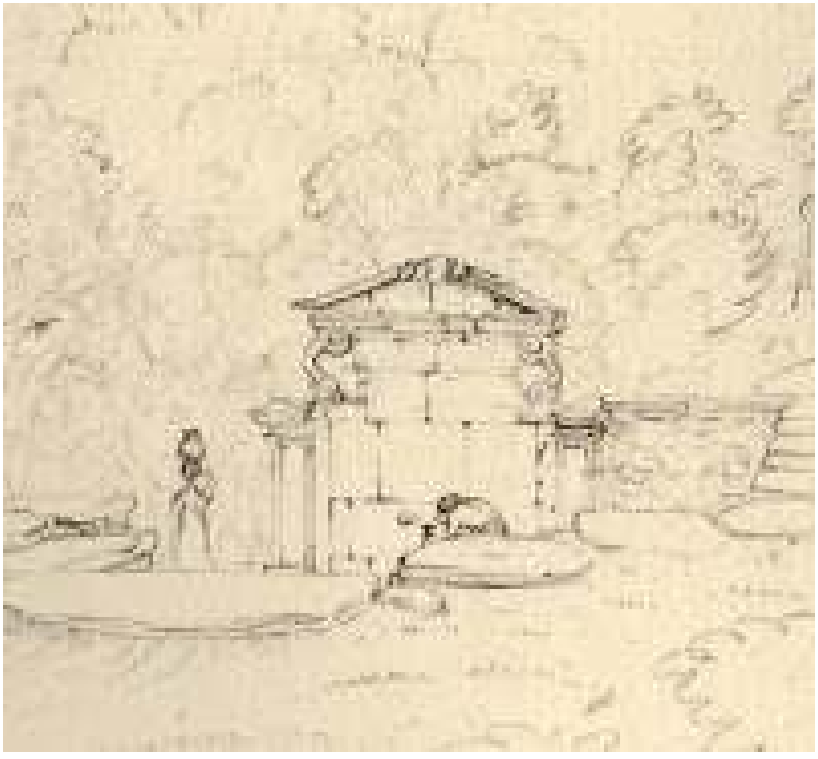
Pohl, que de dezembro de 1818 a junho de 1820 visitou a Província de Goyaz, fez o seguinte comentário sobre Pirenópolis:

> A cidade fica entre serras derivadas dos Montes Pireneus e duas colinas banhadas pelo Rio das Almas, que deságua, bem abaixo, no Rio Maranhão. A sua maior parte ocupa uma colina em cujo sopé fica, numa praça aberta e quadrada, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, exteriormente insignificante, porém espaçosa. A parte menor, que fica na colina oriental e termina na Igreja de Nossa Senhora do Bonfim, é atravessada por um riacho. Existem ainda no lugar várias igrejas, todas diminutas e um hospício dos Franciscanos do Santo Sepulcro de Jerusalém, habitado por um frade, que arrecada nesta capitania muitas esmolas piedosas para esta casa de caridade. Há longo tempo, porém, esta residência foi

> trocada pela de Traíras. Todas as ruas são retas e têm até passeios de xisto quartzífero. Das três ruas principais, uma é calçada. As casas são térreas, construídas de madeira e barro, caiadas e cobertas de telhas. Não se encontram aqui vidraças nas janelas, que, mesmo na igreja, são substituídas por pano de linho esticado. A cadeia é o único edifício assobradado. (POHL, 1976, p. 116).

O inglês William John Burchell[11], que visitou o Brasil a partir de 1825 e esteve em Goyaz em 1828, quando se dirigia a Belém, produziu alguns relatos icnográficos sobre as cidades da província goiana com destaque para os trabalhos sobre a cidade de Goyaz. No trabalho de restauração da Fonte da Carioca (figura 3), os desenhos que o artista fizera foram de fundamental importância, pois continham detalhes desconhecidos dos técnicos restauradores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Figura 3 – Desenho do chafariz, feito por Burchell (1828)



Fonte: Casa Abalcoada (2017)

O inglês foi quem mais desenhos fez da capital da Província de Goyaz. Durante os quase 90 dias que ficou na cidade, fez 22 desenhos, dentre os quais dois panoramas da cidade.

ISSN: 2177-5648 OPSIS (Online), *Catalão-GO*, *v.* 18, *n.* 2, *p.* 254-268, jul./dez. 2018

Figura 4 – Largo da Matriz (atualmente Praça do Coreto) por William Burchell (1827)



Fonte: O Vilaboense (2017)

Saint-Hilaire faz uma descrição da Cidade de Goyaz que o desenho de Burchell mostra. O viajante francês visitou a cidade nove anos antes (1819) que o desenhista britânico (1828). Quase uma década parece não ter mudado muito a cidade, o que dá prova de sua estagnação econômica. Assim a descreve Saint-Hilaire:

> Existem em Vila Boa duas praças bastante amplas, cujo formato é o de um triângulo irregular. Vários prédios públicos, o palácio do governador, a Casa da Contadoria, a Fundição, a igreja paroquial e uma outra igreja menor situam-se em uma dessas praças, que é chamada de terreiro do paço. A outra, que é maior, fica localizada numa das extremidades da cidade. Nela se encontram a Casa da Câmara e o quartel, e no seu centro um chafariz. A arquitetura deste me pareceu bastante medíocre, mas pelo menos não é grotesco. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 51).

O viajante não deixa de tecer juízo de valor sobre o que vê e considera a arquitetura da praça e arredores *medíocre*, *grotesca*. A tomada de juízo de valor é lugar comum nas narrativas dos viajantes europeus que visitaram o Brasil no século XIX. Vindos de uma Europa que experimentava a industrialização e a urbanização, não é de admirar que reclamassem para essa parte do globo os mesmos princípios de desenvolvimento e civilidade que entendiam ser o remédio para todos os males.

Em sua minuciosa descrição da capital da Capitania de Goyaz, Saint-Hilaire informa que ela tem o formato alongado, é cortada ao meio pelo Rio Vermelho e que três pequenas pontes de madeira ligam as duas partes da cidade, que tem cerca de 900 casas, e acrescenta que segundo o General Raimundo José da Cunha Matos a cidade teria em 1823 4.000 habitantes, mas comenta "não posso deixar de considerar esse número muito inferior à realidade. " (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 51).

Pohl, que esteve na cidade quase na mesma época que Saint-Hilaire, estima que a cidade tinha cerca de 700 casas, tendo sido construídas de barro e madeira e de um só andar. Informa ainda que a população no ano de 1804 era de 9.424 pessoas no núcleo urbano principal e arredores. Ao descrever as duas praças da cidade, anota ele sobre a mesma praça do desenho de Burchell e do comentário de Saint-Hilaire: "Mais plana é a praça em frente ao palácio do

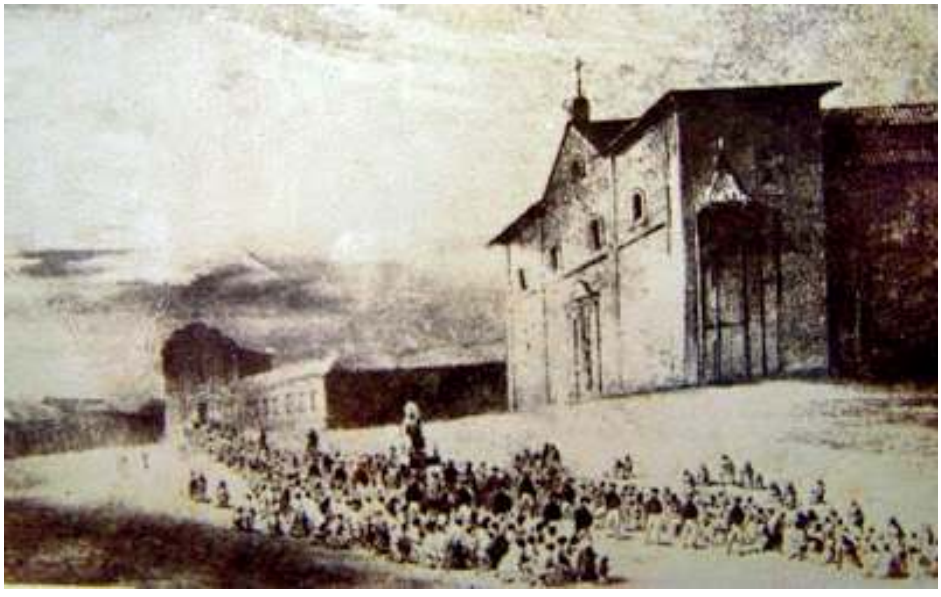
Governador – o Terreiro do Paço. Enfeitam esta praça a igreja Metropolitana, a Fazenda Real, a Intendência do Ouro; as outras casas são insignificantes" (POHL, 1976, p. 140).

Castelnau, que passou pela capital da Província 16 anos após a visita de Burchell e 25 depois de Saint-Hilaire e Pohl, tem outro olhar. É certo que, apesar da estagnação com o fim do ouro por volta de 1778 (PALACÍN, 1994), a cidade recuperou seu ritmo e se manteve crescendo no final da primeira metade do século XIX. Apesar do tempo decorrido, Castelnau afirma que a cidade tem cerca de 500 casas e de 7 a 8 mil habitantes, mas sua descrição da cidade é elogiosa:

> Goiás é uma das pequenas cidades mais bonitas do Brasil; mas é rodeada de quase todos os lados por montanhas cobertas de mata. E' de crer que nunca poderá crescer muito. As casas que geralmente não têm mais de que um andar, são muito bem construídas e extremamente brancas; as ruas, limpas e muito bem alinhadas, têm todavia muito mau calçamento; as praças são espaçosas. (CASTELNAU, 1949, p. 225).

Ainda sobre a mesma praça do desenho de Burchell, Castelnau anota: "No mesmo largo do palácio ergue-se a Matriz, ou Catedral, mais sumptuosa internamente do que por fora, como também a igreja da Boa Morte, cuja elegante fachada não ficaria deslocada em qualquer cidade da Europa" (CASTELNAU, 1949, p. 225). A figura 5 mostra a imagem da procissão no Largo da Matriz, produzida por Castelnau.

Figura 5 – Procissão no Largo da Matriz - Castelnau (1844)



Fonte: O *Vilaboense* (2017)[12]

Há outo desenho de Burchell, feito em 14 de setembro de 1827, que mostra, desta vez, a vista panorâmica da cidade de Meia Ponte, hoje Pirenópolis (figura 6). O desenho foi feito a partir dos fundos do Largo da Matriz, que tem hoje o nome de Praça Emmanuel Jaime Lopes. Aqui também é possível fazer comparação com descrições feitas por Saint-Hilaire (1975) e Pohl (1976).

Figura 6 – Vista da Cidade de Meia Ponte por William Burchell (1827)



Fonte: Wikimedia Commos, 2017

"O encantador Arraial de Meia-Ponte é ao mesmo tempo sede de um julgado e de uma paróquia". (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 36). É assim que Saint-Hilaire (1975) começa sua descrição do lugar que, segundo ele, teria cerca de sete mil habitantes e mais de 300 casas cobertas de telhas e bastante altas para a região. Sobre a praça da igreja paroquial de Nossa Senhora do Rosário, escreve ele:

> Da praça onde fica situada essa igreja descortina-se um panorama que talvez seja o mais bonito que já me foi dado apreciar em minhas viagens pelo interior do Brasil. A praça foi construída sobre um plano inclinado; abaixo dela vêem-se os quintais das casas, com seus cafeeiros, laranjeiras e bananeiras de largas folhas; uma igreja que se ergue um pouco mais longe constrasta, pela brancura de suas paredes com o verde-escuro da vegetação. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 36).

Pohl (1976) faz uma descrição mais genérica e tudo indica que ficou no local tempo inferior ao que ficou Saint-Hilaire e que não se mostrou encantado pelo Arraial. Em pouco mais de uma lauda e meia de papel, Pohl (1976) informa que Meia Ponte tinha, em 1812, 6.209 almas, sendo 3.201 o número de homens e de 3.008 o de mulheres. O que mais lhe chamou a atenção na localidade foi a existência de um quartzito elástico. "Supunha-se, antes, que essa rocha poderia ocorrer, mas a mim estava reservada a felicidade de deslindar o caso". (POHL, 1976, p. 117).

O viajante Oscar Leal[13], um dos últimos a passar por Goyaz, já em 1882, não fala mais de decadência, mas sim de progresso. Quando de sua passagem por Jataí, anotou sobre a cidade do Sudoeste goiano:

> O Jatahy conquanto seja uma povoação tão recente que ainda tem a ventura de abrigar vivos os seus fundadores, é hoje uma Villa notável pelos seus edifícios públicos e particulares, construídos por mãos hábeis, e pelo magnífico local em que se acha situada. É a ultima povoação que existe n'esta banda de Goyaz [...] conquanto menor que o Rio Verde, é superior por vários motivos, pois os homens ricos do Jatahy são mais patriotas e compreendem melhor o alcance das cousas. (LEAL, 1980, p. 193).

A formação da arquitetura residencial no Sudoeste de Goiás seguiu o esquema básico configurado a partir da colonização no Brasil. A particularidade de Jataí se revela na identificação das influências que configuraram tanto sua arquitetura quanto seu espaço urbano.

> Devido às características de ocupação territorial e sua posição geográfica, os vínculos com a capital de Goiás – Vila Boa – sempre foram frouxos. A influência observada é, notadamente, a que veio com os primeiros habitantes, de Minas Gerais e de São Paulo. Assim, em decorrência destas especificidades histórico-sociais, os edifícios foram adaptados às condições locais. (MENEZES; PINTO JÚNIOR; SILVA, 2012, p. 31).

À ocupação inicial nas fazendas se sucedeu a ocupação do espaço urbano, sendo que diversas famílias mantinham duas casas, uma na cidade e outra na fazenda. Essas residências urbanas seguiram, de modo geral, a tipologia das casas térreas bastante comuns em todo o Brasil, muitas vezes aproveitando o desnível do terreno para porões ou depósitos. Sutis alterações decorativas, como cornijas e beirais trabalhados, passaram a ser acrescentadas às fachadas no final do século XIX – acréscimos que não alteraram em nada o sistema construtivo original, baseado na estrutura autônoma de madeira: paredes externas em adobe, internas de madeira e embasamento de pedra nos desníveis. Um quadro de pouca variedade que levou o arquiteto francês Louis Vauthier (1815-1877) a observar que "quem viu uma casa brasileira, viu quase todas" (VAUTHIER, 1975, p. 37).

Conclusão

Na primeira metade do século XIX, as vilas e arraiais de Goyaz ainda estavam sob o impacto do esgotamento da extração de ouro e da falta de uma política central que levasse à ocupação do campo e à produção agropastoril, o que fez com que divisas econômicas e recursos humanos migrassem da província para outras localidades mais prósperas.

Isso somado à falta de recursos financeiros que permitissem outra atividade econômica para a população da província e à sua acentuada distância geográfica do litoral e com a capital do Império fez com que Goyaz ficasse quase que esquecida pelas autoridades, não sendo colocada na rota das principais expedições científicas que visitaram o Brasil no final do século XVIII e início do XIX.

Felizmente, os poucos cientistas que se propuseram a explorar o território do Brasil central e que passaram pelas terras de Goyaz deixaram um grande legado documental em diários, relatórios e publicações, contando os resultados das pesquisas realizadas e mesmo narrando o dia a dia dos acontecimentos que se sucederam em suas andanças pela província.

O *corpus* documental produzido por esses homens, que muitas vezes viram com espanto os costumes, as crenças e tradições das gentes que habitavam o território, é um rico material de pesquisa que ainda está longe de ser esgotado e suscita temas importantes e curiosos para novas teses sobre a passagem dos viajantes por Goyaz.

Há muito ainda o que se escrever sobre a História de Goiás no século XIX, seja revisitando pesquisas já realizadas ou temas não consagrados, seja consultando os documentos legados pelos viajantes ou outros fabricados na feitura dos dias que se sucediam "lentamente".

O certo é que, na contemporaneidade, os cursos de graduação e pós-graduação das instituições federais de ensino superior localizadas no estado têm preferido, até mesmo por

preconceito ao regional, realizar investigações em temas ditos "universais". Gostaria de saber se, por acaso, *O grande massacre dos gatos*, de Robert Danrton, *Origens culturais da Revolução Francesa*, de Roger Chartier, ou *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, são obras que narram acontecimentos de uma dada localidade ou são universais.

Uma falsa polêmica se instalou entre nós, fazendo-nos jogar fora "a água da bacia com a criança dentro", pois documentação não nos falta para revisitarmos ou escrevermos a História de Goiás a partir de inúmeros ângulos e pela totalidade das especificidades das ciências.

Notas

1 Adoto a grafia arcaica "Goyaz" em todo o texto porque era essa a forma de escrita utilizada no período focalizado neste artigo, usando a grafia "Goiás" no caso de citações diretas.

2 Johann Emmanuel Pohl foi um médico e naturalista austríaco que viajou pelo Brasil de 1817 a 1821. Autor de *Reise im Innern von Brasilien* (Viagem no interior do Brasil). Esteve em Goyaz de dezembro de 1818 a junho de 1820.

3 Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire foi um botânico, naturalista e viajante francês que andou pelo Brasil entre 1816 e 1822, tendo escrito importantes livros sobre os costumes e as paisagens brasileiros do século XIX. Esteve em Goiás de maio a setembro de 1819.

4 Johann Baptist von Spix foi um naturalista alemão que, de 1817 até 1820, viajou pelo Brasil com o objetivo de descrever sua fauna e flora. Esteve em Goyaz em setembro de 1818.

5 Carl Friedrich Philipp von Martius foi um médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil, especialmente a região da Amazônia.

6 George Gardner foi um médico e botânico britânico que esteve no Brasil de 1836 a 1841. Ele colecionou cerca de 60 mil plantas para os museus da Inglaterra. Esteve pesquisando em Goyaz de outubro de 1839 a maio de 1840.

7 François Louis Nompar de Caumont LaPorte, conde de Castelnau, foi um naturalista inglês que esteve no Brasil a serviço da França de 1843 a 1847. Com dois botânicos e um taxidermista, cruzou a América do Sul, do Peru ao Brasil, seguindo o Amazonas e os sistemas do Rio da Prata. Em Goyaz, esteve de fevereiro a dezembro de 1844.

8 Johann Moritz Rugendas foi um pintor alemão que viajou por todo o Brasil durante o período de 1822 a 1825, pintando os povos e costumes que de fato ele pôde encontrar.

9 Thomas Ender foi um pintor austríaco que deve ser incluído entre os chamados *pintores viajantes*, ou seja, aqueles que vieram ao Brasil a partir da época do príncipe regente D. João VI e até os últimos anos do século XIX.

10 O pesquisador Gustavo Neiva Coelho (2013, p. 57), em seu livro *Iconografia Vila-Boense*, cita como sendo esta obra de Debret e aponta a Biblioteca Mario de Andrade como o local onde ela está depositada.

11 William John Burchell foi um botânico e desenhista britânico que veio ao Brasil com o intuito de coletar plantas para um herbário. Chegou em 1825 como membro da missão inglesa de reconhecimento da Independência. Viajou do Rio de Janeiro ao Pará, retornando à Europa em 1830.

12 Esta imagem é atribuída por Gustavo Neiva Coelho (2013, p. 55) como tendo sido produzia por Debret. Um exemplar da obra estaria no Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), com sede na PUC/GO em Goiânia.

13 Oscar Leal foi um viajante de descendência portuguesa que fez sua primeira viagem às terras goianas em 1882, quando estava com vinte anos.

Referências:

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

_____. Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau: a exoticalização da Província de Goiás e a grafia dos topônimos. **Diacronia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, p. 96-105, 2008.

BELTING, Hans. **Pour une anthropologie des images**. Paris: Éditions Gallimard, 2004.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

CASA ABALCOADA. **Casa Albocoada**, 01 dez. 2009. Disponível em: <http://casaabalcoada.blogspot.com.br/2009_12_01_archive.html>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: EDUFG, 2002.

COELHO, Gustavo Neiva. **Iconografia vila-boense**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

CORRÊA, Margarida da Silva Nunes. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850). In: CHAUL, Nasr Nagib Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (prg.). **Goiás**: identidade, paisagem e tradição. Goiânia: Editora da UCG, 2001. p. 75-121.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa11773/thomas-ender>. Acesso em: 27 fev. 2017.

LEAL, Oscar. **Viagens às terras goyanas (Brasil Central)**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1980.

LIMA, Valéria Alves Esteves. Iconografia de viagem à luz da história da arte. **19e20**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr. 2008.

Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_vl_viajantes.htm>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MENEZES, Marcos Antonio de; PINTO JÚNIOR, Rafael Alves; SILVA, Adriano Freitas (Org.). **Jatahay**: espaços de morar – 1880-1935. Goiânia: Editora da PUC/GO, 2012.

O VILABOENSE. Disponível em: <http://ovilaboense.blogspot.com.br/2009/04/procissao-no-largo-da-matriz-em-goyaz.html>. Acesso em: 27 fev. 2017.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás, 1722–1822**: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4 ed. Goiânia: Editora UCG, 1994.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil (1819)**. Belo Horizonte: Universidade de São Paulo, Itatiaia, 1976.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

SILVA Adriano Freitas; MENEZES, Marcos Antonio de. Relatos de viajantes em Goiás: discussões com a historiografia regional. **Emblemas**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 65-77, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www2.ucg.br/flash/Historiago.html>. Acesso em: 14 ago. 2012.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residências no Brasil. In: FAU-USP; MEC-IPHAN. **Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Arquitetura Civil. São Paulo: FAU-USP, 1975.

WIKIMEDIA COMMOS. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Meia_Ponte_-_William_John_Burchell.jpg>. Acesso em: 27 fev. 2017.

Recebido em 19 de novembro de 2017
Aceito em 16 de abril de 2018

DOI 10. 5216/ o.v18i2.51189

RELIGIÃO E AÇÃO POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA ARENDTIANA DA CONSTITUIÇÃO DA PLURALIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO

*Ricardo Gião Bortolotti**

RESUMO: O espaço político é caracterizado pela pluralidade de opiniões. Cenário em que a liberdade deve manifestar-se na expressão de cada um, conforme a singularidade de sua opinião frente à pluralidade que define a comunidade. Políticas totalitárias impedem a livre expressão, influenciando modos de pensar mecanizados, uma vez que ideias abstratas e universais dirigem a conduta do indivíduo. Ora, Arendt procura pensar nas condições que não só originaram políticas destrutivas, mas também a tradição filosófica que influenciou o modo de conceber a história e, com ela, a trajetória da liberdade. Com efeito, os modos de conceber a política e as mudanças que se operavam no espaço público deram lugar à esfera social e à sociedade de massas. A preocupação com a cidade, conforme o modelo da polis grega, foi substituída pelo cuidado com a qualidade de vida. Em outros termos, necessidades privadas invadiram o espaço público e dominaram o cenário político. É, pois, nesse palco que procuramos compreender o papel da religião na cena política. E, além disso, também buscamos esclarecer algumas expressões próprias da religião, as quais a autora utiliza na arena política. A ação política é irreversível, inexplicável pela causalidade matemática, mas seus atos não obstruem um novo começo. Tal é o papel do perdão e da promessa. Por fim, este artigo procura esclarecer estas questões, partindo das mudanças efetuadas no cenário público que oferecem, nos dias atuais, lugar para a participação de políticas comprometidas com denominações religiosas, mas que se caracterizam por uma política inautêntica.

Palavras-Chave: Arendt; Liberdade; Política; Sociedade de massas; Religião.

* Professor de Filosofia e História das religiões. Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP). E-mail: bortho@uol.com.br

RELIGION AND POLITICAL ACTION: AN ARENDTHIAN PERSPECTIVE OF THE CONSTITUTION OF PLURALITY IN THE PUBLIC SPACE

ABSTRACT: Political space is characterized by plurality of opinions, a scenario in which freedom must manifest itself in the expression of each one, according to the singularity of his opinion regarding the plurality that defines the community. Totalitarian policies prevent free expression, influencing the mechanized modes of thinking, since abstract and universal ideas lead the conduct of the individual. Arendt tries to think of the conditions that not only gave rise to destructive policies, but also to the philosophical tradition that influenced the way of conceiving the history and, with it, the trajectory of freedom. In fact, the ways of conceiving politics and the changes that took place in the public space gave way to the social sphere and the mass society. The concern with the city, according to the model of the Greek polis, was replaced by care with the quality of life. In other words, private needs have invaded the public space and dominated the political landscape. It is on this stage that we try to understand the role of religion in the political scene. And, in addition, we also seek to clarify certain expressions of religion, which the author uses in the political arena. Political action is irreversible, inexplicable by mathematical causality, but its actions do not obstruct a new beginning. Such is the role of forgiveness and promise. Finally, this paper tries to clarify these questions, starting from the changes made in the public scenario, and which offer, today, a place for the participation of policies committed with religious denominations, but which are characterized by an inauthentic policy.

Keywords: Arendt; Freedom; Politics; Mass society; Religion.

RELIGIÓN Y ACCIÓN POLÍTICA: UNA PERSPECTIVA ARENDTIANA DE LA CONSTITUCIÓN DE LA PLURALIDAD EN EL ESPACIO PÚBLICO

Resumen: El espacio político se caracteriza por la pluralidad de opiniones. Escenario en el que la libertad debe manifestarse en la expresión de cada uno, de acuerdo con la singularidad de opiniones frente a la pluralidad que define la comunidad. Las políticas totalitarias impiden la libre expresión, influenciando modos de pensar mecanizados, pues las ideas abstractas y universales dirigen la conducta del individuo. Arendt busca pensar en las condiciones que, no sólo originaron políticas destructivas, sino también la tradición filosófica que influenció el modo de concebir la historia y, con ella, la trayectoria de la libertad. En efecto, los modos de concebir la política y los cambios que se operaban en el espacio público dieron lugar a la esfera social y a la sociedad de masas. La preocupación con la ciudad, según el modelo de la polis griega, fue sustituida por el cuidado con la calidad de vida. En otras palabras, las necesidades privadas invadieron el espacio público y dominaron el escenario político. Es, pues, en ese escenario que buscamos comprender el papel de la religión en la escena política. Y, además, también buscamos aclarar algunas expresiones propias de la religión, que la autora utiliza en la arena política. La acción política es irreversible e inexplicable por causalidad matemática, pero sus acciones no obstruyen un nuevo comienzo. Ese es el papel del perdón y de la promesa. Finalmente, este trabajo trata de aclarar esas cuestiones, a partir de los cambios realizados en el escenario público, y que, hoy en día, ofrecen , un lugar para la participación de las políticas comprometidas con las denominaciones religiosas, pero que se caracterizan por una política inauténtica.

Palabras Clave: Arendt; Libertad; Política; Sociedad de masas; Religión.

> A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá (ARENDT, 2012a, p. 09-10)

Introdução

Inicialmente, Arendt interessou-se por religião, elaborando um trabalho sobre Agostinho, orientada pelo seu amigo Jaspers. Com o advento do Nazismo, a autora mudou o rumo de seus estudos, passando a se interessar pelas condições políticas que geraram aquele estado totalitário (CANOVAN, 1995, p. 08-9). O percurso tomado por Arendt para explicar satisfatoriamente o advento do totalitarismo remonta à Grécia Antiga, atingindo a modernidade, com a nova configuração do saber científico e da realidade. As novas condições eram determinadas pela visão de mundo das ciências em detrimento da religião, posta de lado do comando da política, como notamos com Maquiavel e os empiristas. A religião, parte da cultura e da tradição, moldou a política romana, cuja importância estava na manutenção da fundação. Em outros termos, mantinha-se a unidade romana a partir da tradição imortalizada desde a sua fundação. Com o fim do Império Romano, o Cristianismo dominou a cena política, contando com os esforços de Agostinho, ao casar o ideal platônico com o do cristão.

As condições do homem mudaram com o advento da época moderna: a Reforma, os Descobrimentos e a ciência contribuíram com uma nova concepção de mundo. Com o avanço da ciência e da tecnologia, rumamos para o século XX. Até então, a política participava da economia, qualificando-se de modo inteiramente outro da *polis* grega. A preocupação com a cidade deixou de existir, o mundo da ação passou a ser o mundo do trabalho, em detrimento do discurso e da política. As esferas privadas e públicas, cujas fronteiras eram nítidas no mundo antigo, tornaram-se justapostas, originando, disto, a esfera social, na qual valem mais nossos desejos individuais do que o coletivo. Com o trabalho ocupando o cenário principal, o capitalismo reduziu-o à simples condição de labor, de consumo. Os objetos produzidos são consumidos de forma imediata pela sociedade, que se resvalou para uma sociedade de homens de massa. Ora, frente a isso, a política não passa da luta para manter a qualidade de vida, um esforço para garantir algo próprio da esfera privada. Ademais, os homens não desejam mais do que satisfazer suas necessidades imediatas. A importância maior está na gratificação plena do princípio de prazer, para citar um termo caro à psicanálise.

A vida regrada pelo consumo reduz o indivíduo à desumanização, a sua completa homogeneização. Em outros termos: somos reduzidos às ovelhas nietzschianas. Ora, a humanização está na participação a partir da palavra, do enfrentamento plural no cenário público. O indivíduo solitário que pensa mantém um diálogo interno, evitando a completa desolação. Entretanto, não é assim com o homem da massa, que busca a gratificação imediata.

Essa configuração da sociedade confere às ideologias totalitárias importância na condução de suas vidas. Como não "age", buscando exercer a cidadania, expressando-se junto ao outro, singularizando perante a pluralidade de opiniões, vivendo na incompletude de seus

desejos, dos quais não tem o mínimo controle, uma vez que cresceu alimentando o sonho da felicidade, o homem da massa é presa fácil das ideologias totalitárias. É aí que mora o perigo. Sem ação e sem reflexão, o homem vive na banalidade do mal, ou seja, é incapaz de pensar e agir segundo os critérios do bom senso. Vive, pois, maquinalmente, na espera da realização de seus desejos. Esse tipo de vida torna o indivíduo cada vez mais fragilizado, entregue ao domínio de grupos que prometem um novo mundo, seja aqui, na Terra, seja lá, no céu. Para Arendt (2012a), foi essa fragilidade, possibilitada pelo rompimento com a tradição, que culminou na crise do século XX, e no advento de políticas destrutivas, como a do Nazismo.

Nesse contexto, perguntamos sobre o papel da religião. Teria certa importância política? Com fundamentos no dogma, estaria apta a aceitar o pluralismo da esfera pública? A bondade seria uma atitude política, além de promover o religioso? E, atualmente, o que poderíamos falar acerca da teologia da prosperidade, que promete aos fiéis qualidade de vida: emprego, dinheiro e participação na sociedade de consumo?

As repostas a estas questões não são simples, pois houve um tempo em que a religião agiu de modo a unir os indivíduos, como na Aliança de Abraão e no Êxodo. Malgrado a questão da transcendência para o divino, também temos a transcendência na imanência, como foi o caso da união dos hebreus na Aliança e na fuga do Egito. Entretanto, a Aliança de Deus com os israelitas não foi, obviamente, política. Por outro lado, embora vários termos utilizados por Arendt sejam também mantidos pela religião, o espaço de uso é o político, é a cena da esfera pública. Tais são os termos "promessa", "perdão" e "milagre".

Por fim, propomo-nos seguir os passos de Arendt, conforme alguns comentadores, tendo noção da complexidade do tema, o qual exigiria ampla exploração das obras da autora, ambígua em várias situações, sendo assim também quanto à religião. Malgrado isso, há alguns pontos que não são passíveis de dúvidas: a religião com a promessa de transcendência distancia-se da política; as noções ditas acima, ao se referirem a outro mundo, fogem da cena política; e, por fim, a bondade, uma vez expressa publicamente deixa de ser uma ação religiosa, e acaba por receber um contorno político, porém, utilizada politicamente por grupos ávidos por poder.

Para levar adiante essa discussão, escolhemos o seguinte percurso: o primeiro tópico abarcará as faculdades do espírito e sua relação com a liberdade. Não adentraremos em todos os contornos da obra A *vida do espírito* (ARENDT, 1992), mas apenas nos pontos essenciais para mostrar a importância do pensamento, especificamente da faculdade de julgar e da denominada "mente alargada". No segundo tópico, "Espaço público e pluralidade", as três categorias da atividade humana – trabalho, obra e ação – serão discutidas. A ação, como atividade essencialmente política, engendra o espaço público diante da pluralidade de opiniões. É nesse espaço que aludimos à política autêntica e à separação das esferas pública e privada. É também nesse divisor de águas que deparamos com a esfera social, a sobreposição de ambas as esferas, pública e privada. Considerados esses aspectos, adentramos no terceiro tópico, "A religião e a experiência de transcendência", no qual abordamos a religião e o seu papel na esfera social. E, por fim, no quarto, procuramos expor o uso das expressões de cunho religioso, como "perdão", "promessa" e "milagre", no contexto político.

As faculdades do espírito, a liberdade e a política

Afinal, qual a razão de iniciarmos a discussão da religião e política a partir das faculdades do espírito? Não há confusão, uma vez que a falta da atividade pensante e da reflexão conduz o indivíduo a um comportamento maquinal, facilitando a sua sujeição a ideologias totalitárias. O pensamento, embora se situe fora do mundo político, tem sua importância determinada pelo diálogo interno – o *dois em um* socrático –, e pode, juntamente com o juízo reflexivo e com o auxílio da imaginação, representar as condições da ação, supervisionando o acontecimento. Consiste em atividade solitária, mas não se trata – embora o risco exista – de deixar-se levar pelos altos cumes do pensamento, abstraindo-se das condições da realidade, conforme o filósofo platônico e a sua busca da essência.

Além do perigo da contemplação destituída da busca pelo sentido, há também o risco da *desolação*, ou seja, quando nos tornamos meras máquinas repetidoras, sem qualquer ação que privilegie nossa singularidade. *Neste caso, já não pensamos, mas somos pensados por alguém.* A falta da atividade pensante torna-nos desumanizados, próximos de um ser inanimado, já que não reagimos à nossa vontade, e nem conseguimos romper a couraça formada frente às condições externas. Eichmann, exemplo emblemático do indivíduo que não pensava e que, por isso, deixou-se levar como uma máquina programada foi a figura que inspirou a autora a cunhar o termo "banalidade do mal", distinto do "mal radical", de origem kantiana, e que alude à superfluidade do ser humano (ARENDT, 2011)[1].

O fim do pensar é a busca de significação (NIHAN, 2011, p. 115). O principal critério do pensamento é que ele esteja em conformidade consigo mesmo (NIHAN, 2011, p. 117), ou seja, ele deve operar sem contradições. Por isso, o pensamento pode entrar em conflito com o senso comum (ARENDT, 1992 apud NIHAN, 2011, p. 117), que se aproxima dos fenômenos (NIHAN, 2011, p. 118), possibilitando a reflexão frente aos acontecimentos abstraídos pela imaginação. Nesse caso, o julgamento se dá através da mente alargada, colocando-se no lugar do outro. Pensar é estar de acordo consigo mesmo, porém a pluralidade do mundo da ação envolve conflito, posições contrárias e, consequentemente, um sentido comum e deliberação. O sujeito que julga está ligado a uma comunidade fictícia de deliberação, a do senso comum (NIHAN, 2011, p. 155).

Mas foi a superficialidade apresentada por Eichmann que levou Arendt a refletir sobre a contemplação e o juízo político, cujos resultados se concretizaram na obra A *vida do espírito* (ARENDT, 1992), elaborada no final de sua vida. Nela, Arendt (1992) expõe as três faculdades, mostrando o desenvolvimento de cada uma no decorrer da história. Não adentraremos nos pormenores dessa discussão, pois nos interessa o papel de cada uma frente à atividade política. Assim sendo, o pensamento, como já dissemos, é uma atividade dialógica e contemplativa, mas que pode conduzir o indivíduo aos altos cumes da abstração. Nesse caso, estaríamos mais próximos de Platão do que de Sócrates, cujos diálogos eram abertos, ou seja, estimulavam a discussão. Platão, por seu turno, buscava o universal, a Ideia que conduziria o sábio a governar a cidade[2]. Nesse caso, aproximamo-nos do totalitarismo, o qual tece normas para nosso comportamento.

A vontade, por outro lado, segundo Nihan (2011), não tem o poder de agir, uma vez que estaria em constante conflito consigo mesma; ao mesmo tempo *que quer* (*velle*), *não quer* (*nolle*). No entanto, Arendt (1992) atribui, em A *vida do espírito*, certa importância à vontade, especialmente nas mãos de Duns Scotus, pensador voluntarista. A vontade projeta-se para o futuro, mas sua liberdade é interna.

Por fim, embora essas duas faculdades sejam de suma importância, o juízo é, por excelência, uma atividade política, já que extrai dos acontecimentos a reflexão, da qual subtrai o sentido. A pluralidade de opiniões é o tecido da cena política, caracterizando-se pelos diálogos constantes. O juízo possibilita a discriminação do sentido, sem, no entanto, partir de concepções ou categorias universais. Em outros termos, com a ajuda da imaginação, produzimos os diálogos e refletimos sobre eles. Esse processo de pensamento é realizado pelo expectador, por aquele que assiste ao desenrolar dos acontecimentos. Entretanto, ao se posicionar, enunciando sua opinião, participa da cena política, criando novos espaços de ação. O espaço, assim construído, não ultrapassa o senso comum, ou seja, a ação desenvolvida não soa absurda aos membros da comunidade, mas é reflexo dela. A questão é que, ao refletirmos, integramo-nos na cena a partir da mente alargada, e, quando agimos, apresentamo-nos com um ato singular. Assim, *o juízo possibilita a singularidade na pluralidade, tal como sua recíproca, a pluralidade na singularidade*.

A sociedade de consumo, bem como o totalitarismo, impede a manifestação livre de nossas opiniões, impossibilita a pluralidade em prol da universalidade de uma única opinião. Com isso, a política autêntica deixa de existir, predominando a violência. Com efeito, num mundo assim criado, os desejos e vontades individuais, próprios da esfera privada, dominam o drama da esfera pública, a qual já não possui mais fronteira, estando sobreposta à esfera social com seus critérios de homogeneização dos indivíduos (ARENDT, 2012a). A liberdade deixa de dominar o espaço da pluralidade, enredando-se para o interior do pensamento. Separada assim do mundo concreto, ela participa dos ideais longínquos, almejados pelos indivíduos como promessa de sentido para a insatisfação perene, alimentada constantemente pelo sonho de uma vida de abastança e de prazer.

O palco político cede espaço para os desejos privados e reivindicados pela massa. Vive-se perdido na salvação de sua própria pele em detrimento da comunidade. Não se trata mais de acolher as opiniões em prol dos destinos da comunidade, mas de calcular qual a melhor estratégia para aumentar o lucro ou permanecer mais tempo no poder. O brilho do ateniense na praça pública é substituído pelo espetáculo anunciado pelas propagandas e dramas pessoais vividos *ad nauseam* nas telinhas esparramadas pelo mundo. Comportamento, moda, expectativas de vida, influência política, crenças religiosas etc. são ideais de vida lançados no ar e recebidos pela massa esperançosa.

Essa sobreposição das esferas, com a perda do espaço público para o *animal laborans*, fragiliza o homem e o coloca à mercê das políticas totalitárias, as quais agem pela força. No mundo atual, a manipulação do desejo, a criação de expectativas e a promessa de um mundo repleto de prosperidade alimentam constantemente a conduta do indivíduo ávido pelo prazer fácil. Como chegamos a isso? A seguir, adentraremos nas condições existenciais que, supostamente, propiciaram o cenário político atual.

Espaço público e pluralidade

Em A *condição humana* (ARENDT, 2012a), a autora discute as condições que geraram a sociedade moderna, focalizando a atenção nas atividades humanas e suas modificações. Na verdade, Arendt (2012a) procura mostrar como a *vita activa* sofreu transformações ao longo do tempo, privilegiando o trabalho (*labor*). As atividades da vida ativa são três: trabalho (*labor*), obra e ação. O trabalho é a atividade que garante a sobrevivência, pois consiste em processo biológico. A obra, por sua vez, refere-se à fabricação, cujo resultado pode ser verificado no mundo a nossa volta, na edificação dos objetos úteis para uma cultura. A ação, por seu turno, é a atividade política por excelência, e envolve nossa atividade comunicativa. É através dela que emitimos opiniões e participamos da ordem plural que perfaz a vida dos homens.

A autora toma a *polis* grega como exemplo de democracia e da divisão dos espaços público e privado. O primeiro é o local da atividade política, das várias opiniões entrelaçadas; o espaço privado, por outro lado, é o local no qual o cidadão é o patrão, onde exerce a tirania e faz valer seus desejos individuais. Com efeito, o espaço público, mundo da atividade política, somente é possível a partir da ação da obra, que constrói um mundo mais permanente, livre da destruição imediata da atividade biológica, própria do labor.

O espaço público é o lugar da pluralidade humana e, portanto, o local da ação livre, cujas consequências não são controláveis. A manifestação humana evidencia-se nesse espaço, e essa aparição apresenta o singular, uma vez que parte de um indivíduo e de sua posição, que não se distancia do senso comum. Difere, pois, da ação controlada por concepções universais e transcendentais, que negariam a pluralidade e a espontaneidade da aparição do indivíduo. Com efeito, a ação livre, como dissemos, não possui finalidade estipulada em categorias *a priori* e, por isso, não pode ser controlada, sendo, uma vez manifestada, irreversível. Ora, se o espaço público é tecido pela pluralidade de opiniões, como fica uma enunciação que se contrapõe e que reverbera ao longo do tempo? Arendt (2012a) propõe, na atividade política, a promessa e o perdão, sem os quais o mundo público cederia. Tanto a promessa quanto o perdão têm o poder de gerar algo novo, um novo início[3].

A política autêntica expressa a liberdade diante da pluralidade. O espaço apropriado, no entanto, foi modificado com o advento da modernidade, com a ciência e a Revolução Industrial. Platão, com sua teoria, já preconizava a fabricação a partir das ideias, isto é, o governo do sábio seria um demiurgo (VAN CAMP, 2011, p. 30) e os cidadãos deveriam seguir as leis expressas por ele (VAN CAMP, 2011, p. 27). Com Hegel, a história continha a lei que determinava os acontecimentos e as mudanças. E com Marx, e a inversão da dialética hegeliana, observamos o trabalho como a principal categoria da ação. Também, nesse caso, temos a fabricação e o caráter processual da história conduzidos pelos processos econômicos. A ciência, por sua vez, criou um véu entre nosso contato com o mundo, pois despertou a suspeita e a certeza do cálculo e da linguagem formalizada. De certa forma, também deu ao homem o poder de transformar a natureza para o seu próprio bem-estar. Com as transformações operadas pela modernidade, o avanço do capitalismo trouxe o consumo como meio de vida[4]. E, com ele, a desfiguração do espaço público.

Entretanto, esses acontecimentos não foram suficientes, embora sejam necessários para a mudança e o avanço da esfera social e do consumo. A Revolução Francesa, que preconizava uma nova fundação, resvalou para a transcendência, na proposta de Robespierre, de um Ser Supremo e na vontade geral de Rousseau[5]. A religião, por seu turno, após Roma, com o advento do Cristianismo, dominou o espaço público, justapondo o espaço privado da Igreja, pelas mãos de Agostinho. Com ele, a liberdade passou a ser um estado interno[6]. A separação da política, após a Idade Média, veio com a Era Moderna, com Maquiavel. Perderam-se, pois, aspectos importantes, segundo Arendt, da Fundação romana, que tinha na autoridade, tradição e religião (ARENDT, 2009), um modo de reverenciar Roma. A modernidade trouxe certa fragilidade no encarar a realidade: de um lado, um mundo fabricado pela ciência e o controle da política econômica; de outro, a busca pela salvação, no mundo interno. As ciências e seus modelos, por um lado, de outro, a religião com a promessa de vida plena fora desse mundo.

Notamos que o fio da meada se perdeu lá atrás, com Platão, no sentido de descaracterização da liberdade enquanto ação política. E, com o avanço do capitalismo, estabeleceu-se um tipo de vida baseado no consumo. Abriu-se a brecha necessária para a crise que norteou o século XX: o totalitarismo. O fio da história e da tradição não consegue explicar esse acontecimento.

O problema a enfrentar na sociedade de consumo é que nada permanece, estando tudo pronto para a destruição. Todos os aspectos culturais transformam-se em mercadorias, prontas para serem trocadas, vendidas e consumidas (ARENDT, 2009, p. 257). Os valores são os do próprio mercado, da utilidade para o *animal laborans*: seu prazer imediato[7]. Destrói-se a cultura, pois ela se refere à permanência dos objetos, indiferente à sua utilidade para a vida (ARENDT, 2009, p. 263). Na verdade, essa resistência ao consumo imediato é que dá sustentação ao mundo, ao espaço que possibilita a atividade política. Com a fúria do *animal laborans* ocorre a desumanização do homem, que já não investe na integridade de seu ser, na capacidade de interagir e buscar a satisfação de ser *um* na multiplicidade de indivíduos. É o homem vazio, incapaz de criar expectativas.

Estamos, pois, em pleno século XXI, após um século de grandes catástrofes, e em plena sociedade de massas. Como caracterizar o papel da religião – especificamente do Cristianismo – diante da sociedade? Contribuiria de alguma forma com a liberdade? Qual seria o seu papel político? Na sociedade atual, as bancadas religiosas estariam efetivamente assumindo a política autêntica, uma prática plural? Tais questões, instigantes sob o ponto de vista da conduta do indivíduo nos dias atuais, exigem a exploração de aspectos do pensamento arendtiano que passaremos a expor.

A religião e a experiência de transcendência

Segundo Arendt, a razão da política é a liberdade, porém, "vivida basicamente na ação" (ARENDT, 2009, p. 197). Assim sendo, a liberdade não pode se reduzir meramente a um fenômeno da vontade, pois a atividade política depende de fatores externos (ARENDT, 2009, p. 197). Isso porque a ação em meio à pluralidade envolve-se com as variáveis que determinam o

mundo. Arendt fala em "princípio inspirador", o qual surge após a realização da ação e é geral (não universal) (ARENDT, 2009, p. 199).

Os "princípios" são determinados pelo transcurso da ação, no qual a vontade e o juízo perdem sua validade. O que acaba valendo são as virtudes, conforme Montesquieu, honra ou glória e o amor à igualdade (apud ARENDT, 2009, p. 199). Na verdade, o dom da liberdade não está envolvido na questão da liberdade do homem, pois a liberdade é vivida "enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa."(2009, p. 199). E acrescentamos:

> Se entendermos então o político no sentido da *polis*, sua finalidade ou *raison d'être* seria estabelecer e manter em existência um espaço em que a liberdade, enquanto virtuosismo, pudesse aparecer. É este o âmbito em que a liberdade constitui uma realidade concreta, tangível em palavras que podemos escutar, em feitos que podem ser vistos e em eventos que são comentados, relembrados e transformados em estórias antes de se incorporarem por fim ao grande livro da história humana. (ARENDT, 2009, p. 201).

O que é evidente nessa passagem é que a liberdade é vivida pela ação, pelo diálogo junto aos membros da comunidade. A rejeição da palavra no espaço plural, no enfrentamento da pluralidade de opiniões, está fora da sua consideração política, como os impérios bárbaros, as políticas totalitárias etc. A fundamentação do poder em ideologias baseadas na universalidade impede a ação plural e, com ela, a liberdade.

Mas qual a razão específica de falarmos na vontade e na liberdade? Porque a religião e a moral estão ligadas à faculdade da vontade (NIHAN, 2011), estando a política comprometida com a ação na cidade, e não com a vida ou com a salvação[8]. Mesmo em relação à filosofia, enquanto contemplação, a liberdade é vista como o relacionamento com o eu, experimentado na atividade do pensamento. Da mesma forma, a vontade, conforme os primeiros nomes de sua história, como Paulo e Agostinho, está "no antagonismo interior entre o que quereria fazer e o que faço, cuja cruel dialética desvelou, primeiro a Paulo e depois a Agostinho, os equívocos e a impotência do coração humano." (ARENDT, 2009, p. 204). A liberdade era, pois, vivenciada no interior da alma e na "câmara do coração" (AGOSTINHO, livro VIII, cap. 8 apud ARENDT, 2009, p. 205, n. 13). *Com efeito, a verdadeira liberdade somente é experimentada quando o quero e o posso coincidem* (ARENDT, 2009, p. 208).

Interessante notar que com o Cristianismo a vontade transformou-se em opressão, como bem afirma Arendt (ARENDT, 2009, p. 210):

> Descobriu-se a vontade de poder cristã como um órgão de autodeliberação e, imediatamente, sua precariedade. É como se o eu-quero imediatamente paralisasse o eu-posso; como se, no momento em que os homens *quisessem* a liberdade, eles perdessem a liberdade de *ser* livres. No acirrado conflito com os desejos e intenções mundanos dos quais o poder da vontade deveria liberar o eu, o mais provável ganhador era a opressão.

Sob o prisma da vontade e da liberdade, observamos que a religião impulsiona o indivíduo para o seu próprio eu, permanecendo incapaz da experiência autenticamente política. Por outro lado, também podemos falar de *transcendência* em ambos os casos, da política e da religião. Qual a diferença? Segundo Poizat (2004, p. 94), a transcendência da

religião aponta para além do social, projetando seus ideais num mundo sobrenatural. A política, por sua vez, também transcende o social, escapando "de sua lógica estritamente utilitarista e instrumental". A transcendência do político se dá, então, na imanência. É, pois, o "agir coletivo" que transcende os interesses privados, plano da imanência, possibilitando, com isso, o aparecimento de "um interesse coletivo ou um bem comum." (POIZAT, 2004, p. 94).

Ora, a ação coletiva no espaço público confere aos homens certa *imortalidade*, diferindo da transcendência religiosa, que tem por desafio a *eternidade*, concernindo à esfera da consciência e da alma (POIZAT, 2004, p. 94). Assim, o Cristianismo introduz um estado de liberdade em relação à política, liberdade essa externa à sociedade secular; uma situação bem diferente, por exemplo, da vivenciada no mundo antigo (POIZAT, 2004, p. 94).

Mas, ainda sobre transcendência, podemos associar a tradição às noções de poder e de autoridade. Como já dissemos, a fundação de Roma apresenta a transcendência baseada na tradição do ato fundador: os cidadãos tinham nas leis a autoridade e o poder que uniam a comunidade. Sobre isso, atentemos às palavras de Nihan (2011, p. 56):

> Pois o gesto fundador dos antigos é em si mesmo um ato político, um exercício de poder que se inscreve no mundo. O que marca a divergência da ação plural, efetiva, dos vivos, é o fato de que se inscreve essencialmente no passado, mesmo que seus efeitos continuem a ser sentidos no presente.

Esse mesmo gesto fundador é proposto pelas Revoluções modernas, que buscam na autoridade revolucionária sua legitimidade, mas, segundo Arendt (2001), as Revoluções resvalaram para aspectos diversos do político, buscando no absoluto um meio para garantir a união da comunidade. A autora ameniza sua crítica em relação à Revolução Americana (ARENDT, 2001, p. 66, 82, 83). Da mesma forma, na religião propriamente dita, a Aliança de Abraão com seu povo também pode ser compreendida como um ato fundador de união, pois, segundo a autora, o amor promoveria o fim das diferenças (NIHAN, 2011, p. 173).

O problema da transcendência no domínio cristão afeta, sobremaneira, a *conduta do fiel* no espaço público, uma vez que as noções de bondade e de milagre não correspondem à atividade política. Em relação à bondade, a autora afirma:

> A hostilidade cristã em relação ao domínio público, a tendência pelo menos dos primeiros cristãos de levar uma vida o mais possível afastada do domínio público, pode também ser entendida como uma consequência evidente da devoção às boas obras, independentemente de qualquer crença ou expectativa. Pois é claro que, no instante que uma boa obra se torna pública e conhecida, perde o seu caráter específico de bondade, de não ter sido feito por outro motivo além do amor à bondade. Quando a bondade aparece abertamente já não é bondade, embora possa ainda ser útil como caridade organizada ou como um ato de solidariedade. (ARENDT, 2012a, p. 91).

Ora, o Cristianismo se apoia na ideia de bondade, mas ela deve ser praticada pelo crente independente da repercussão pública, apenas como *inclinação natural* para o bem. A partir do momento em que o ato bondoso ou caridoso torna-se público, transforma-se num ato com finalidade, com o intuito de ganho político. Com efeito, a condição do cristão, que tem na salvação da alma a meta suprema de sua vida, com a participação pública de suas ações,

desvia-se de sua devoção para o cenário das ideologias e da busca do poder. Assim, no âmbito da política autêntica, conforme os moldes da polis grega, diríamos que há um desvio da esfera privada para a pública.

Se tomarmos o Cristianismo em sua essência, qual seria o seu papel? Seu papel seria o de conduzir o crente a buscar a salvação, com a consequente desvalorização das relações mundanas (NIHAN, 2011, p. 170). Nas palavras de Arendt (2012a, p. 94-95):

> A além-mundanidade da experiência religiosa, na medida em que é realmente experiência do amor no sentido de uma atividade [...] manifesta-se dentro do próprio mundo; como todas as outras atividades, permanece neste mundo e tem de ser realizada dentro dele. Mas essa manifestação, embora apareça no espaço no qual outras atividades são realizadas, e dependa dele, é de uma natureza ativamente negativa; por fugir do mundo e esconder-se de seus habitantes, nega o espaço que o mundo oferece aos homens e, principalmente, aquela região pública desse espaço onde tudo e todos são vistos e ouvidos por outros.

Em vista disso, o cristão não deseja abandonar a interioridade de seu coração, incapacitando-se, desse modo, de voltar-se para o mundo, para o qual teria que sacrificar sua identidade em prol da comunidade. A solidão de seu interior[9] corre o risco de resvalar para a desolação, embora esteja em diálogo com Deus (NIHAN, 2011, p. 171-72). Nisto consiste sua liberdade: o retiro do mundo. É uma liberdade espiritual.

Mas, e se focalizássemos os crentes atuais, num mundo em que observamos um mercado de bens de salvação? Em primeiro lugar, na sociedade atual não existe mais a divisão nítida de espaço público e privado, mas predomina o social com o consumo desenfreado. A rejeição do plano mundano é clara, quando notamos o preconceito e a discriminação do diferente. Ao proporem condições de vida aos fiéis, como a rejeição de reivindicações de grupos: gênero, aborto, inclusão de mulheres no mercado de trabalho, exclusão de outras religiões etc., retiram-se, ao menos, da política autêntica, cuja *raison d'être* está no pluralismo de opiniões, o qual define a liberdade. A participação no contexto social mostra que tais reivindicações, privadas, como bem notamos, alimentam a essência da sociedade de massas, objetivando, na verdade, o interesse de grupos de poder, com o intuito de realimentar a máquina capitalista. O fiel não passa de mais um elemento da massa, que não difere do mesmo fim destrutivo de si, cedendo, como qualquer outro indivíduo, à banalidade do mal. *O crente pode cair na mais completa desolação, pois ele não pensa mais*, passando a ser controlado pelos manipuladores de opiniões, cujas promessas atingem as carências mais imediatas dos fiéis, facilitando a subjugação à vontade de alguns.

No fim do Império Romano, Agostinho busca assegurar a autoridade da Igreja, fundando todas as relações humanas centradas na caridade (ARENDT, 2012a, p. 65-66). Além disso, sob o comando da Igreja, a pluralidade é negada, contando, sobretudo, com um elemento coercitivo: o *inferno* (NIHAN, 2011, p. 175).

Considerar os crentes como uma comunidade de iguais, rejeitando a singularidade de cada indivíduo, seria a condição adequada para a atividade política autêntica? Ora, quando falamos em política, referimo-nos à igualdade e à diferença, ou seja, ao nascimento do indivíduo frente à pluralidade de opiniões. Isso corresponde à liberdade.

O sentimento religioso impede o fiel de agir no espaço político por conta da força que o impele para o seu interior. É o caso de O *grande inquisidor*, de Dostoievsky, e de *Billy Budd*, de Melville. Em ambos os casos, a pluralidade é rejeitada em nome do sofrimento, ou do sentimento (NIHAN, 2011, p. 179).

Para finalizar esta parte deste tópico, podemos dizer que o Cristianismo, enquanto religião, impede a ação política, por, ao menos, três motivos: 1) por partir de princípios determinados e universais, que possuem o poder de direcionar o fiel no espaço público. Tais princípios igualam a todos, rejeitando a diversidade de opiniões. 2) O sentimento religioso está voltado para a sua alma e para a sua própria salvação, distinguindo-se da sua manifestação no espaço público, que o transformaria em publicidade. 3) Numa sociedade de massas, o fiel não passa de mais um *animal laborans*, que tem, na sua religião, a autoridade soberana sobre si.

Resta-nos expor alguns aspectos sobre a relação "religião" e "política" em Arendt, ou seja, a questão da promessa, do perdão e do milagre. Elementos que comungam em ambos os lados, tanto da religião quanto da política. Passaremos a essa discussão, a seguir.

Promessa, perdão e milagre: do céu à terra

A ação no espaço político não tem volta. Não é *reversível*. Um indivíduo, ao participar, lança sua opinião, independentemente de categorias universais e, *a priori*, de modo espontâneo. Assim sendo, o discurso gera discurso, e traça, nesse cenário, o seu próprio caminho. A grande virtude é a coragem, o arremessar-se sem apoio. Com efeito, tendo em vista essa *irreversibilidade*, Arendt (2012a) utiliza uma conceituação de origem religiosa: *promessa, perdão e milagre*[10]. Como seria esse uso fora do âmbito religioso, ou seja, no registro do político?

Em dois tópicos de A *condição humana* (ARENDT, 2012a), "A irreversibilidade e o poder de perdoar" e "A imprevisibilidade e o poder de prometer", a autora aborda as noções em questão. Como já aludimos, o espaço público é estabelecido a partir da pluralidade, do jogo cego entre os homens. Diante de um mundo visto do prisma da fabricação ou da ciência, poderíamos contar com o controle, pois o processo seria o resultado de um plano e de um método. Entretanto, a ação e o discurso envolvem um novo começo, uma vez que se refere à aparição do indivíduo, que se expressa diante da pluralidade de opiniões. Não se trata do *homo faber*, cujas palavras visam à construção do objeto, mas do ator político, o qual se revela com a palavra. Com efeito, a ação *muda* nada revela, uma vez que "deixaria de ser ação, pois não haveria mais um ator; o ator, realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras." (ARENDT, 2012a, p. 223).

Ora, uma "mera conversa" não realiza nada (ARENDT, 2012a, p. 225). Realizar feitos a partir do discurso é jogar com a igualdade e a distinção. Iguais por fazerem-se compreender; distintos por questões da própria personalidade, do modo de apresentarem-se, de compreenderem e manifestarem a própria opinião. A autora diz que, se não fosse por essa pluralidade, "sons e sinais seriam suficientes para a comunicação imediata das necessidades

e carências imediatas." (ARENDT, 2012a, p. 220). A pluralidade não se distingue da liberdade, que é experimentada na ação entre os membros da comunidade. Por ser a ação dos homens livre, as consequências não são previsíveis, e tampouco reversíveis, como um maquinário que se monta e desmonta conforme um manual.

A irreversibilidade e a imprevisibilidade definem a ação dos atores no espaço público, porém, para que a liberdade e a pluralidade sejam as características da política autêntica, a ação deve provocar uma reação frente ao seu resultado. A modificação do espaço pela ação dos atores provoca mudança na configuração, pois, como dissemos, a pluralidade envolve identidade e diferença, o que gera uma aparência múltipla, e afeta a todos, produzindo conflitos, solucionados pela ação do discurso. Para que isso ocorra, deve-se se contar com a *capacidade de perdoar*, pela qual se reinicia o curso da ação, possibilitando a seus atores um novo começo (ARENDT, 2012a, p. 295). Sem essa faculdade, e com a possibilidade de vingança, o espaço público desapareceria frente à ação da força e da violência, impedido de recomeçar a partir da livre manifestação de seus membros, uma vez que os atos políticos são irreversíveis. (ARENDT, 2012a, p. 300).

Arendt apresenta-nos Jesus como o descobridor do papel do perdão, embora nos alerte que tal papel não se coaduna necessariamente com o âmbito da religião. Os romanos são testemunhas do uso mundano do perdão, quando perdoavam os vencidos:

> O único sinal rudimentar da percepção de que o perdão pode ser o corretivo necessário dos danos inevitáveis que resultam da ação pode ser visto no princípio romano de poupar os vencidos (*parcere subiectis*) – uma sabedoria que os gregos desconheciam totalmente – ou no direito de comutar a pena de morte, provavelmente também de origem romana, que é a prerrogativa de quase todos os chefes de Estado ocidentais. (ARENDT, 2012a, p. 298)

É interessante a discussão que a autora empreende a fim de mostrar que a capacidade de perdoar não é *somente* um atributo divino. Para isso, cita diversos livros da Bíblia, como Lucas 5, 21-42; Mateus 9, 4-6; Marcos 12, 7-10. Em Lucas 5, 21-42, segundo a leitura de Arendt, Jesus opera um milagre com o intuito de provar que "O Filho do homem tem sobre a Terra o poder de perdoar pecados" (ARENDT, 2012a , p. 298, nota 76).

> A formulação de Jesus ainda é mais radical. No Evangelho não se supõe que o homem perdoe porque Deus perdoa, e ele, portanto, tem de fazer 'o mesmo', e sim que, 'se cada homem, no íntimo de seu coração, perdoar', Deus fará 'o mesmo' (MATEUS, 18, 35 apud ARENDT, 2012a, p. 298-299).

Embora a expressão "no íntimo de seu coração" revele uma característica apolítica, Jesus, com o ato do perdão, tenta, assim, impedir o ato vingativo, "[...] que prende tanto o agente quanto o paciente no inexorável automatismo do processo da ação que, por si, jamais precisa chegar a um fim." (ARENDT, 2012a, p. 300). Em suma, o perdão é necessário para que a atividade no espaço público continue, mas com uma nova configuração, destravada das condições impostas pelo feito do perdoado.

Mas, se o perdão é uma atividade realizada no âmbito humano, entre homens, o perdão caracterizado por Jesus deve *tocar o coração*, uma vez que o amor é a sua mola propulsora:

> O perdão e a relação que ele estabelece constituem sempre um assunto eminentemente pessoal (embora não necessariamente individual ou privado), no qual o *que* foi feito é perdoado em consideração a *quem* o fez. Isso foi também claramente reconhecido por Jesus ('Perdoados lhe serão os seus muitos pecados, porque ela amou muito: mas a quem pouco se perdoa, pouco ama'), e é a razão da atual convicção de que só o amor tem o poder de perdoar. (ARENDT, 2012a, p. 301).

Ora, o amor é um sentimento que, devido à paixão despertada, destrói o espaço entre nós e os outros, criando um espaço no qual predomina o fascínio e a quase identidade com o outro. Não há, pois, lugar para o conflito, *já que não se evita o risco de perda. Enfim, anula-se um no outro*. Em termos psicanalíticos, impera certo masoquismo, no negar-se frente ao objeto amado. Em conclusão, Arendt afirma que "o amor não é mundano (*unworldly*)", por isso, "não é apenas apolítico, mas antipolítico, talvez a mais poderosa das forças humanas antipolíticas" (ARENDT, 2012a, p. 302).

Arendt substitui o amor pelo *respeito*, que é "uma espécie de 'amizade'", a qual mantém certa distância e é desprovida de intimidade (ARENDT, 2012a, p. 303). O respeito não evita as diferenças, pois não concerne apenas "ao que se admira ou preza", e sempre necessita do outro, uma vez que um indivíduo não pode perdoar a si mesmo (ARENDT, 2012a, p. 303).

Assim, para encerrar essa discussão acerca do perdão, podemos dizer que, sem ele, a liberdade não resistiria, e os atos transgressores seriam mantidos para toda a eternidade, ou, então, sob o jugo da vingança, haveria a destruição da vida em comum. Com a liberdade, o *milagre* é possível, pois se retoma a ação na cena política. Entretanto, apenas perdoar não garantiria a liberdade se não envolvesse a responsabilidade do outro, ou se não houvesse um voto de confiança na ação do perdoado. Para tal, a promessa é uma forma de garantir o futuro da ação livre.

Segundo Arendt (2012a, p. 303-304), a capacidade de perdoar ainda apresenta aproximações fortes com a religião. Mas não é assim com a faculdade de *prometer*. A autora afirma que essa "faculdade sempre foi conhecida em nossa tradição." (ARENDT, 2012a, p. 304). Abraão foi quem, com sua insistência nas alianças, acabou por estabelecer uma com Deus. Ora, para a autora, "a grande variedade de teorias do contrato confirma, desde os tempos de Roma, que o poder de fazer promessas ocupou, ao longo dos séculos, o centro do pensamento político." (ARENDT, 2012a, p. 304).

A promessa ameniza os efeitos da imprevisibilidade, proveniente da natureza desconfiada dos homens, uns em relação aos outros, já que todos pertencem ao mesmo barco. Ademais, a potencialidade para a ação é igual para todos, pois se nos colocarmos no lugar do outro, segundo nossos próprios desejos, notaremos, de imediato, que as sombras de nosso coração são também as de nossos pares. Entretanto, sem essa imprevisibilidade, já notamos, o que seria do homem? Imaginemos uma sociedade em que ela não exista: o controle deve ser absoluto. Z aciona T que efetua a operação W. O universo humano determinista e inteiramente planejado. Nesse caso, vivenciado por um dos períodos mais tristes do século XX, o totalitarismo procurou tratar os homens como simples objetos manipuláveis e mutáveis em sua natureza. O poder exercido não era proveniente do acordo mútuo, baseado na confiança e no ato de prometer,

garantia da ação livre e, portanto, imprevisível (ARENDT, 2012a, p. 305). Com efeito, com o fim da imprevisibilidade, morre a liberdade, e com ela, a pluralidade; enfim, morre o humano.

A vontade, fonte da moral e da religião, ao posicionar-nos para o futuro, com a ação, deixa o indivíduo submetido ao poder do imprevisível, competindo a ele ser conforme o jogo da pluralidade, procurando confiar e perdoando, para, com isso, novos milagres acontecerem. O pensamento, a volição e o julgamento são atividades contemplativas, ou seja, estão condicionados à vida do espírito, porém, quando revelamos nossa opinião à comunidade, adentramos na vida ativa (ARENDT, 2012a, p. 25).

Conclusões

Procuramos esclarecer o papel da religião no cenário político, a partir do pensamento de Hannah Arendt, tendo em vista que a religião se apoia em dogmas e princípios, os quais, se dispensados, a descaracterizariam, já que o crente determina seu comportamento a partir deles. Assim sendo, exploramos elementos importantes do pensar, ou seja, das faculdades do espírito, para, sobretudo, deixar claro que a carência de reflexão origina homens mecanizados, cujo indivíduo emblemático observamos no nazista Eichmann.

Mas a evolução da sociedade, cuja esfera tornou-se possível a partir da sobreposição das esferas pública e privada, deu lugar ao homem de massa, privilégio do *animal laborans*, voltado para o consumo imediato. Com efeito, notamos que, com essa mudança, a política, razão da liberdade, também sofre transformações frente ao modelo predileto de Arendt, a *polis* grega. A atividade política passa da participação na ágora grega para, com o advento da modernidade e do modo de ver da tradição filosófica, a luta pelas condições de vida privada, ou seja, para garantir a qualidade de vida, o emprego, a conta bancária etc.

Diante desse cenário, o fiel, ao nascer para o mundo da política, o faz a partir de suas crenças, como todos os que se expõem no espaço da política. Entretanto, ao participar, procura obstruir a rede de opiniões, isto é, não aceita a liberdade vivida do diálogo plural. É, pois, mais um membro da massa, cujas ideias abstratas não sofrem a ação da reflexão. Arendt revela com maestria esse percurso, enfatizando o papel da religião no transcurso do tempo, além de esclarecer o uso das expressões de cunho religioso, como perdão, promessa e milagre, importantes para a continuidade do espaço público.

Por fim, esperávamos explorar essa relação "religião e política" como um caminho promissor para o debate e a pesquisa, os quais contribuem para o esclarecimento da política autêntica. Em outros termos, a opinião expressa é irreversível, originando embates e conflitos, explorados de modo plural. Cercear isso é pôr fim à razão de ser da ação política, ou seja, a própria liberdade.

Notas

Consulte também Young-Bruehl (1997), Jardim (2011) e Assy (2003).

[2] Platão utilizava as ideias com finalidade política, cujos parâmetros deveriam ser absolutos, e não relativos, em conformidade com a *doxa* (ARENDT, 2012b, p. 48-49).

3 Abordaremos essas noções do espaço político no último tópico.

4 Segundo Lafer (2003, p. 54), o homem consome cultura como diversão: "A diversão, que é o que consome nas horas livres entre o trabalho e o descanso, está ligada ao processo biológico, o seu metabolismo consiste na alimentação das coisas. O risco deste processo reside no fato de que a indústria de diversão está confrontada com apetites imensos e os processos vitais da sociedade de massas poderão vir a consumir todos os objetos culturais, deglutindo e destruindo-os.".

5 "Os revolucionários franceses, contudo, retomaram o vocabulário religioso, justamente no momento em que julgaram estar separando a religião da política. O culto de Ser Supremo de Robespierre, e a mais do que óbvia conexão entre as noções de Vontade Geral e a de Vontade Divina, são exemplos inequívocos do fato de que a questão do absoluto divino não é tão facilmente descartada." (VAN CAMP, 2011, p. 24).

6 Sobre essa característica da liberdade, Arendt (2009, p. 193) afirma: "É interessante notar que, historicamente, o aparecimento do problema da liberdade na filosofia de Agostinho foi, assim, precedido da tentativa consciente de divorciar da política a noção de liberdade, de chegar a uma formulação através da qual fosse possível ser escravo no mercado e ainda a assim ser livre."

7 "A cultura é ameaçada quando todos os objetos e coisas seculares, produzidas pelo presente ou pelo passado, são tratados como meras funções para o processo vital da sociedade, como se aí estivessem somente para satisfazer a alguma necessidade – e nessa funcionalização é praticamente indiferente saber se as necessidades são de ordem superior ou inferior." (ARENDT, 2009, p. 261).

8 Arendt distingue a ação moral da política, uma vez que, a primeira diz respeito basicamente ao indivíduo e não ao mundo. A relação está em que nossas decisões internas limitam a possibilidade da ação individual (FRY, 2010, p. 125-26).

9 Essa bondade "[...] primeiro é exercida na solidão do coração" (NIHAN, 2011, p. 172).

10 "[...] tanto os executados por homens como os efetuados por agentes divinos, devem ser sempre: interrupções de uma série qualquer de acontecimentos, de algum processo automático, em cujo contexto constituam o absolutamente inesperado." (ARENDT, 2009, p. 216-217).

Referências

ARENDT, H. **A vida do espírito**: O pensar, o querer, o julgar. Tradução de A. Abranches, C.A. R. de Almeida, H. Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Editora da UFRJ, 1992.

_____. **Sobre a revolução**. Tradução de I. Morais. Lisboa: Relógio d'Água, 2001.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Eichmann em Jereusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José. R. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

_____. **A promessa da política**. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012b.

ASSY, B. Banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt. In: MORAES, E. J. e BIGNOTTO, N. (Org.). **Hannah Arendt**: diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p.136-165.

CANOVAN, M. **Hannah Arendt**: a reinterpretation of her political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FRY, Karyn A. **Compreender Hannah Arendt**. Tradução de Paulo F. Valério. Petrópolis: Vozes, 2010.

JARDIM, E. **Hannah Arendt**: pensadora da crise e de um novo início. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LAFER, C**. Hannah Arendt**: pensamento, persuasão e poder. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

NIHAN, Céline E. **Hannah Arendt**: une pensée de la crise; la politique aux prises avec la morale et la religion. Paris: Editions Labor et Fides, 2011.

POIZAT, Jean-Claude. Religion, politiqueetsécularisationdans la pensée de Hannah Arendt: le Totalitarismeest-ilune 'Religion séculière'? **Revue-le-philosophoire**, Paris, v. 1, n. 22, p. 83-96, 2004. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-le-philosophoire-2004-1-page-83.htm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

VAN CAMP, N. Hannah Arendt and Political Theology: A Displaced Encounter. **Revista Pléyade**, Santiago, n. 8, p. 19-35, jul./dez. 2011.

YOUNG-BRUEHL, E. **Hannah Arendt**: por amor ao mundo. Tradução de A. Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

Recebido em 22 de janeiro de 2018
Aceito em 18 de março de 2018

DOI 10. 5216/ o.v18i2.50924

HISTÓRIA DA MAÇONARIA: MEMÓRIA COLETIVA, ESCRITA HISTÓRICA E LEGITIMAÇÃO DE UMA POTÊNCIA NO CEARÁ

*Marcos José Diniz Silva**

Resumo: O presente trabalho versa sobre a história da Maçonaria no Ceará, a partir das publicações da Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará sobre sua história como história da Maçonaria. A análise centrou-se nas cinco narrativas de autores vinculados à Maçonaria local publicadas nos anos de 1973, 1977, 1987, 1998 e 2008. Discutiu-se, numa perspectiva historiográfica, o fato de que tais narrativas se inseriam naquilo que Maurice Halbwachs chama de memória coletiva, ou memória de grupo, na medida em que os trabalhos denotam um esvaziamento da reprodução da memória coletiva entre seus membros e sua transplantação para narrativas históricas, ou memória histórica da instituição, na qual dominam interpretações que produzem e reforçam a hegemonia dessa corrente maçônica em detrimento da outra vinculava ao Grande Oriente do Brasil.

Palavras-chave: Maçonaria; Memória coletiva; Escrita histórica.

* Professor do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC/ UECE. Graduado e Especialista em História. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Autor do livro: *No Compasso do Progresso: a Maçonaria e os trabalhadores cearenses.* Fortaleza: Expressão Gráfica/NUDOC-UFC, 2007 (Coleção Mundos do Trabalho). Trabalha com história das ideias, movimentos sociais, maçonaria e religião. E-mail: marcos.diniz@uece.br

HISTORY OF FREEMASONRY: COLLECTIVE MEMORY, HISTORICAL WRITING AND LEGITIMATION OF A POWER IN CEARÁ

Abstract: The present work deals with the history of Freemasonry in Ceará, from the publications of the Great Masonic Lodge of the State of Ceará on its history as a history of Freemasonry. The analysis focused on the five narratives by authors linked to local Freemasonry published in the years 1973, 1977, 1987, 1998 and 2008. It was discussed, in a historiographical perspective, the fact that such narratives were inserted in what Maurice Halbwachs calls collective memory, or group memory, as the works denote an emptying of the reproduction of the collective memory between its members and its transplantation for historical narratives, or historical memory of the institution, in which interpretations that produce and reinforce the hegemony of this Masonic chain dominate in detriment of the other bound to the Great East of Brazil.

Keywords: Freemasonry; Collective memory; Historical writing.

HISTORIA DE LA MASONERÍA: MEMORIA COLECTIVA, ESCRITA HISTÓRICA Y LEGITIMACIÓN DE UNA POTENCIA EN EL CEARÁ

Resumen: El presente trabajo discurre sobre la historia de la Masonería en Ceará, a partir de las publicaciones de la Gran Logia Masónica del Estado de Ceará sobre su historia como historia de la Masonería. El análisis se centró en las cinco narrativas de autores vinculados a la Masonería local, publicadas en los años 1973, 1977, 1987, 1998 y 2008. A partir de una perspectiva historiográfica se discutió el hecho de que tales narrativas se insertan en aquello que Maurice Halbwachs llama de memoria colectiva, o memoria de grupo, a medida que los trabajos revelan un vaciamiento de la reproducción de la memoria colectiva entre sus miembros y su trasplante a narraciones históricas, o memoria histórica de la institución, en la que dominan interpretaciones que producen y refuerzan la hegemonía de esa corriente masónica en detrimento de la otra vinculaba al Gran Oriente de Brasil.

Palabras clave: Masonería; Memoria colectiva; Escritura histórica.

Panorama da Maçonaria

A Maçonaria continua a ser um tema instigante. Assunto de *best sellers* editoriais, filmes com bilheteria milionária, matérias de capa em revistas de notícias, de cultura geral, de cultura histórica. Mas, apesar disso e da persistente literatura maçônica, a maioria dos brasileiros ainda desconhece o que seja a secular Maçonaria, assim como os meios acadêmicos.

Nesse sentido, convém iniciar com algumas definições, inclusive como forma de explicitar os elementos complexos que se apresentam a qualquer pesquisador desse tema. Segundo o historiador maçônico José Castellani, a definição mais aceita e mais divulgada da Maçonaria é: "Instituição educativa, filantrópica e filosófica que tem por objetivos os aperfeiçoamentos morais, sociais e intelectuais do Homem por meio do culto inflexível do Dever, da prática desinteressada da Beneficência e da investigação constante da verdade" (CASTELLANI, 2007, p. 11). Numa perspectiva acadêmica, pode-se acrescentar também:

> [...] associação fraternal, possuidora de uma organização em ritual e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros. (COLUSSI, 2003, p. 35).

O tema é farto em bibliografia contra e a favor e, nos últimos tempos, em referências na rede mundial de computadores (internet), que vão da excessiva admiração, apologia e hagiografia dos feitos da Ordem ao longo dos séculos, até às acusações, das mais racionais às mais grotescas, relacionando os maçons com os mais variados e criativos movimentos conspiratórios. Nesse embate sobressai o elemento religioso. A ideia de que a Maçonaria é uma religião tem despertado polêmicas desde o início do século XVIII, quando do surgimento da chamada Maçonaria moderna, dita especulativa. Coube à Igreja Católica desenvolver o principal papel condenatório à maçonaria mundial, a partir da bula *In Eminenti*, do Papa Clemente XII (1738).

Pode-se, sucintamente, afirmar que a Maçonaria moderna surgiu na Inglaterra, com a formação da Grande Loja de Londres (1717), primeira potência maçônica[1], reunindo membros de diversas lojas (ou corporações), dando daí em diante sua organização administrativa e formulação de ritos e normas, com a Constituição de Anderson (1723). Guardando muita similitude com as corporações de pedreiros medievais (praticantes da chamada Maçonaria operativa), daí a palavra maçom significar *pedreiro-livre*, a Maçonaria moderna se desenvolveu como uma fraternidade masculina fechada a iniciados, assegurando aos seus membros sociabilidade, proteção, segurança e espaço de livre-pensamento no contexto da era monárquica do Antigo Regime.

Em pouco tempo, as lojas se tornaram lugar de difusão do pensamento liberal, que forjavam em sintonia com o avanço da nova classe burguesa europeia, mas também cultivando uma perspectiva espiritualista de caráter esotérico, herdada das tradições herméticas da Antiguidade, de tal modo que, embora adotando elementos da cultura judaico-cristã, os

maçons não abriram mão do simbolismo esotérico na configuração de seus elementos morais e nas suas práticas ritualísticas. (NAUDON, 2000).

Assim, apesar de serem obrigatoriamente teístas, os maçons desenvolveram uma perspectiva racionalista da divindade que os aproximava também do deísmo ou religião natural. Isso é especialmente forte desde o século XVII e no século XVIII, quando dela participaram diversos nobres, sábios e filósofos. Essa configuração do elemento moral-religioso da Ordem, aliada ao seu caráter secreto, em virtude da proibição de reunião naqueles regimes, contribuiu para as perseguições e a elaboração dos mitos conspiratórios variados.

Entre o início do século XVIII e início do XIX, os maçons lideraram movimentos liberais, constitucionais, independentistas e republicanos (KOSELLECK, 1999; BARATA, 2006; AZEVEDO, 2010). Porém, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a Maçonaria viveu seu contexto mais negativo, pelas perseguições e preconceitos movidos pela Igreja Católica, por tradicionalistas, regimes autoritários e totalitários, todos contrários à liberdade de pensamento, ao pluralismo religioso e à democracia. Identificavam a Maçonaria como patrocinadora direta dos "males modernos", do socialismo, do materialismo, do comunismo e do anticlericalismo; muito embora os comunistas acusassem os maçons de conservadorismo, tradicionalismo etc. O maçom era estigmatizado como conspirador, anticristão e inimigo da pátria no Brasil, como em outros países de maioria católica, a exemplo de Portugal, Espanha e França.

A Maçonaria no Brasil atual não se constitui numa instituição de explícita atuação política e protagonista de intensos debates ideológicos e religiosos, como nos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Está mais assentada no desenvolvimento interno de seus interesses iniciáticos e no desenvolvimento de ações cidadãs, muito embora seus membros estejam nos parlamentos e poderes Executivos e Judiciários, com presença nada desprezível. No plano externo, os maçons têm presença forte em clubes de serviço, como Rotary e Lions, dentre outras organizações.

De sua importância histórica na sociedade brasileira, afirmam Morel e Souza (2008, p. 247):

> Como pioneira forma de associação política moderna na história do Brasil, pode-se afirmar que a maçonaria chega ao século XXI sendo, com a Igreja católica, a única instituição civil não estatal, ainda existente nos dias de hoje, que acompanhou todo o processo de formação e consolidação da nação brasileira.

A historiografia maçônica é fértil em documentar sua presença nos grandes acontecimentos políticos da nossa história-pátria, dos primórdios da Independência à implantação da República (COLUSSI, 2003, p. 70). Já a fase seguinte, da consolidação do regime republicano aos nossos dias, não foi contemplada de modo considerável, carecendo da mesma atenção político-historiográfica, ou da continuação da batalha da memória[2]. Nesse aspecto, a maçonaria do Ceará teve uma produção histórica exclusivamente na segunda metade do século XX e reportando-se, quase exclusivamente, aos feitos da Grande Loja do Ceará, fundada em 1928. (MELLO FILHO, 1973; CÉSAR, 1977; ARAGÃO, 1987; VASCONCELOS FILHO, 1998; MAGALHÃES, 2008).

A renovação historiográfica nos estudos maçônicos acadêmicos teve início nas décadas finais do século XX, desenvolvida por autores como Vieira (1980), Azevedo (1996-1997, 2010), Barata (1992, 1994, 1995, 1999, 2006), Colussi (2003), Morel (2001, 2005, 2008), Véscio (2001). No caso especifico do Ceará, autores como Neves (1998, 2002), Abreu (2009), Silva (2000, 2007, 2009a, 2009b) e Lima (2003) abriram possibilidades para se pensar a instituição maçônica em sua trajetória histórica, assim como em sua ação mais contemporânea sob abordagens sócio-antropológicas.

Maçonaria no Brasil

A Maçonaria chega ao Brasil nos finais do século XVIII, difundindo seu pensamento liberal e racionalista entre as elites coloniais, e firma-se nas primeiras décadas do século XIX, impulsionando os debates e movimentos pela independência do Brasil, em 1822. Após o surgimento da Loja Reunião (1801), vinculada à potência Grande Oriente da França, fundam-se diversas outras, até a fundação de nossa primeira potência, o Grande Oriente do Brasil (GOB), em 24 de junho de 1822, no Rio de Janeiro (MOREL; SOUZA, 2008). Ressalve-se que o mesmo acontece na chamada América espanhola, onde praticamente todos os líderes libertadores eram maçons. Todavia, convém reconhecer que a maçonaria era múltipla e encampava outras ordens de objetivos que não apenas os políticos. Para Morel (2001, p. 3) "as maçonarias" devem ser entendidas como "uma das formas de sociabilidade do período de independência e construção do Estado nacional."

Por todo o século XIX, os maçons tornaram-se sujeitos dos mais influentes na vida política e institucional do Império, congregando majoritariamente a elite política e assegurando o modelo liberal-conservador à ordem política do país. Mas também as divergências e cisões políticas entre os maçons eram muito frequentes. Já na Independência, divergiram as correntes comandadas por José Bonifácio e por Gonçalves Ledo. D. Pedro I, após divergência política com José Bonifácio, extingue o Grande Oriente, vindo este a ser refundado em 1831, após a abdicação do imperador.

O próprio GOB passa por diversas cisões em função das orientações políticas de seus membros na dinâmica partidária imperial, com o primeiro grande cisma em 1863 (o GOB dividiu-se em Grande Oriente do Lavradio – GOL e Grande Oriente dos Beneditinos – GOBen), seguindo-se um intervalo de unificação em 1872, com indisposições e hostilidades em função dos debates sobre o abolicionismo e o republicanismo, até a reunificação do GOB em 1883. Os maçons, então, atravessam os grandes acontecimentos da crise do Império, com as novas divergências organizativas em 1889. Influenciados pelas ideias federalistas, grupos criticam a centralização do GOB e fazem surgir alguns grandes orientes estaduais (COLUSSI, 2002).

Observe-se que nesse contexto não havia uma imagem negativa da Ordem, ou de seus membros, de tal modo que até os padres, estando a Igreja católica sob o jugo da instituição do padroado, participavam ativamente da maçonaria, inclusive fundando lojas, como se verá adiante no Ceará. A mudança ocorreria após o incremento da política de romanização do

Vaticano, com a intervenção dos Papas Pio IX e Leão XIII, configurando-se como a maior perseguição católica à maçonaria entre os anos de 1846 e 1903. Nesse período ocorreu, no Brasil, a chamada Questão Religiosa (1872-1873), em que se opuseram a maçonaria e o Império, de um lado, e os bispos leais ao Vaticano do outro (VIEIRA, 1980). A Igreja condenava a maçonaria por ser parte dos ditos modernismos, com seu liberalismo e pensamento laico, juntamente com o protestantismo, o socialismo, o positivismo, o espiritismo, o evolucionismo, correntes de pensamento com as quais os maçons se afinavam (SILVA, 2016).

As primeiras décadas do século XX trariam um substancial incremento dos ataques da hierarquia católica à maçonaria, ao mesmo tempo que declinava a presença maçônica na vida política nacional. A separação entre Igreja/Estado, implantada pela República – proclamada por maioria esmagadora de maçons, mas impulsionada pelo positivismo –, acabou obrigando a Igreja a se reorganizar e fortalecer-se institucionalmente, através da política de romanização, com o aperfeiçoamento da formação e disciplina clericais, aproximação tática à política oligárquica republicana e na formação educacional – educação secundária – dos filhos das novas elites (MICELI, 1988). Já os maçons, apesar de alguns esforços de atuação mais contundente na vida social do país, como por exemplo junto ao operariado, com associações beneficentes, fundando escolas primárias e instituições filantrópicas (SILVA, 2007, 2014, 2016), foram perdendo espaço social e político para uma atuação mais orgânica da Igreja Católica, e para os movimentos sociais e políticos de ideologias diversas que aparecem nas primeiras décadas do século XX.

O final dos anos 1920 trouxera a segunda maior cisão do mundo maçônico brasileiro. As origens político-administrativas mais imediatas da grande cisão, conforme Silva (2016, p. 113):

> remontavam ao Congresso Maçônico de 1922, em Lausane, Suíça, onde se considerou as irregularidades administrativas do Grande Oriente do Brasil (G.O.B.). O ponto central da divergência era o centralismo vigente, onde o Grão-Mestre do G.O.B. acumulava o título de soberano comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito. Os partidários da ideia de Reforma no Brasil, liderados por Mário Behring, exigiram mudanças que não foram admitidas pelo G.O.B.

Assim, após anos de acirrados embates, que extrapolavam para a imprensa de todo o País, a partir de 1927 os dissidentes do GOB fundariam as chamadas Grandes Lojas nos estados. Com isso, os maçons cearenses e suas lojas passariam a ser congregados em duas potências, a Grande Loja do Ceará e o GOB, mantendo o modelo centralizado até 1937, quando se funda o Grande Oriente Estadual do Ceará, vinculado ao GOB.

Nesse quadro sintético não se deve esquecer que as produções da memória oficial da Maçonaria brasileira, que se cristaliza em publicações intituladas de história, são também versões em disputa dos grupos, lojas e potências entre si pelo capital político advindo das ditas glórias da maçonaria na história do Brasil. Até o momento da grande cisão, tudo que se escrevia sobre a história da Maçonaria no Brasil estava oficialmente relacionado à história do Grande Oriente do Brasil. Após 1927, desencadeia-se um processo de autonomização e reconstrução das identidades maçônicas, em que as grandes lojas passarão a produzir narrativas da Maçonaria brasileira tomando sua trajetória como legítimo renascimento

maçônico no Brasil, ignorando, a partir de então, a existência da outra potência. Para o caso do Ceará, como se verá, as narrativas históricas serão dominantemente da Grande Loja.

Maçonaria no Ceará

A Capitania do Ceará esteve subordinada à Capitania de Pernambuco até 1799. Essa ligação não representava apenas a dependência administrativa e econômica, mas também uma forte influência no campo político e das ideias. Assim, no terreno das influências maçônicas relatam-se diversos casos, para a primeira metade do século XIX, em que as ideias e práticas maçônicas foram vistas no Ceará até a criação das suas primeiras lojas.

Segundo Aragão (1987), o primeiro a difundir ideias maçônicas no Ceará teria sido o ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, de ideias republicanas, a partir de 1815, já tendo estado em terras cearenses desde 1812, em caráter intermitente. Reunia-se com diversos, sendo os mais proeminentes Manuel Caetano de Gouveia, João da Silva Feijó (o "Naturalista Feijó"), padre Antônio Moreira e Luiz Inácio de Azevedo (Azevedo Bolão). Os contatos no interior, facilitados por suas viagens de trabalho, ficavam com o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo Mororó (Quixeramobim), Francisco Miguel Ibiapina (Crato), padre Manoel Pacheco Pimentel (Ipu), e nomes da família Alencar no Cariri.

Ainda Aragão (1987) refere o caso relatado por João Brígido dos Santos[3], sobre uma possível loja maçônica no Ceará entre os anos de 1830/40. Não se tendo registros outros sobre data e localização, resta a informação sobre seus membros: venerável (equivalente a presidente da Lojas simbólicas), o padre Antônio de Castro e Silva; e vigilantes (dois primeiros oficiais da Loja), os padres Carlos Augusto Peixoto de Alencar e Manuel Severino Duarte. Ainda sobre o período, diz Paulino Nogueira que o presidente da província, padre José Martiniano de Alencar (1834-1837), "chegando ao Ceará, tratou de criar uma Loja – União e Beneficência, filial do *Grande Oriente*, à qual associou todos os padres e o pessoal mais seleto da capital, e funcionava sem mistérios e sem reservas" (NOGUEIRA, 1899, p. 201, grifo do autor).

Após essa primeira fundação de uma loja, os maçons iriam se reorganizar, de fato, na província, somente na segunda metade do século XIX e com duas iniciativas. O destaque inicial é para a Loja Fraternidade Cearense (1859), com matrícula inicial de mais de trezentos nomes. Sintomático é que esse também é o ano de criação da Diocese do Ceará, estabelecendo-se o primeiro bispo, D. Luiz Antônio dos Santos, em 1860. Essa loja maçônica terá vida longa sendo, na década de 1870, um dos principais centros de mobilização da Maçonaria local nos embates com a Igreja Católica, em processo de romanização, e no episódio da Questão Religiosa. A outra loja daquele período, a Igualdade, seria fundada apenas em 1882, no contexto favorecido pelos acontecimentos relativos à campanha republicana e abolicionista da qual os maçons foram grandes entusiastas.

Ainda sob a jurisdição do Grande Oriente do Brasil, já no século XX, seriam fundadas as lojas Liberdade IV (1901), Porangaba (1905), Amor e Caridade III (com registro de atividade no ano de 1905) e Deus e Camocim (1920). No interior do estado registra-se, também, a fundação

das lojas Deus e Baturité (1905), na referida cidade, a Deus, Pátria e Liberdade (1905), em Senador Pompeu e a Ordem e Justiça (1918), em Quixadá.

O final da década de 1920 traria a citada grande cisão da Maçonaria brasileira, que levaria à formação das grandes lojas estaduais. No Ceará, as disputas foram acirradas e tornadas públicas:

> Na imprensa cearense, nos anos de 1927 e 1928, a controvérsia tornou-se frequente, com muitos ataques, apelos e debates em torno de questões maçônicas que não eram do entendimento público. As colunas dos jornais, com posições opostas, nessa polêmica, denunciavam um diálogo maçom-maçom, desde que a população não era esclarecida sobre o fato. De um lado, jornais como O *Ceará* e O *Povo*, defendiam o G.O.B. e seu representante máximo, Octavio Kelly, acusando os oposicionistas de aventureiros, maus maçons e desinformados. Do outro lado, os adeptos da reforma, autodenominados progressistas, apoiados pelo jornal *Gazeta de Notícias*, acusavam o G.O.B. de incompetência administrativa, centralismo, mau uso dos recursos e contribuições, corrupção e conservadorismo. (SILVA, 2016, p. 114-115).

Como resultado do enfrentamento, uniram-se os dissidentes das lojas Porangaba e Deus e Camocim, acrescentado uma nova, a Loja Fortaleza, fundada para esse mister, em fevereiro de 1928, com elementos de diversas outras lojas e outros orientes, consolidando-se a criação da Grande Loja do Estado do Ceará, um mês depois.

No aspecto político-ideológico, pode-se afirmar que a orientação das grandes lojas se afinaria mais com o modelo liberal-democrático norte-americano e com um pretenso apoliticismo e valorização do viés filantrópico-religioso da maçonaria anglo-saxônica, em oposição a uma tendência histórica vigente no GOB, desde suas origens, de uma influência maior da maçonaria francesa de politização explícita, laicismo e anticlericalismo.

Pode-se afirmar que a história da maçonaria no Ceará, após a cisão de 1928, ingressa num período de expansão quantitativa nunca visto antes, mesmo quando se instala no Brasil a ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que determina a proibição do funcionamento das associações. É um período de extraordinária expansão da maçonaria em Fortaleza e no interior do estado, vinculada à Grande Loja, e maior inserção dos seus membros nas lides políticas e na imprensa.

Compreende, também, uma fase de grandes embates da Maçonaria brasileira em duas frentes, com suas repercussões no Ceará. De um lado, o crescimento da influência ideológica e programática católica nos meios políticos oligárquicos junto às diversas classes organizadas (trabalhadores, militares, profissionais liberais, intelectuais) e, especialmente, junto ao governo Vargas, a partir de 1930. De outro lado, deparavam os maçons, adeptos da liberal-democracia, com o avanço do fascismo e do nazismo na Europa, com o movimento integralista no Brasil – AIB (1932) e, mais adiante, com o avanço do comunismo, com a presença da Aliança Nacional Libertadora (1935). No primeiro flanco, destacava-se a defesa do Estado laico, no segundo, procuravam firmar sua defesa do Estado liberal-democrático, contra os chamados extremismos (integralismo e comunismo) (SILVA, 2015).

Durante o Estado Novo (1937-1945), caracteriza-se o descenso na visibilidade pública da Maçonaria, sua estabilização, negociação e acomodação ao modelo político vigente e

valorização das atividades ritualísticas e filantrópicas. Essa fase começa com a proibição de funcionamento da Maçonaria brasileira, pelo ditador Getúlio Vargas, com base no artigo 168 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937), que atingiria também os centros espíritas e outras entidades.

Essas considerações históricas serão de grande relevância para o entendimento das análises da produção memorialística maçônica desenvolvida a partir da segunda metade século XX, em sua quase totalidade capitaneada por maçons da Grande Loja do Ceará.

As narrativas dos maçons: de memória de grupo a uma (à) história da Ordem

A produção de obras sobre a história da maçonaria no Ceará remonta ao final da década de 1970 e tem como característica a publicação de documentos oficiais da Ordem e da Grande Loja, sua fundação, membros de lojas e trajetória dos gestores (MELLO FILHO, 1973; CÉSAR, 1977), memórias e crônicas organizadas com a denominação de história (MAGALHÃES, 2008), e apenas um trabalho com estrutura narrativa, pesquisa e análise do desenvolvimento da Maçonaria no mundo, no Brasil e no Ceará (ARAGÃO, 1987).

Importa destacar que quatro dos cinco trabalhos aqui referidos estão circunscritos à trajetória da Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará, fundada em 1928. Exceção é o trabalho de Aragão (1987), de caráter mais crítico e que valoriza também a história dos maçons do Grande Oriente Estadual do Ceará, fundado em 1937, embora a apresentação de sua obra seja feita pelo do grão-mestre da Grande Loja.

Essas observações já denotam que houve, ao longo das últimas quatro décadas, a consolidação de uma memória da Maçonaria no Ceará a partir da narrativa oficial dos membros da Grande Loja do Ceará, inclusive com publicações com o selo da instituição, de modo a omitir o passado de outros *pedreiros-livres* e seus agrupamentos em terras cearenses.

As precursoras incursões dos maçons ainda no Ceará no final do período colonial, as primeiras lojas e a atuação pública destacada dos maçons cearenses no Império e nas primeiras décadas da República não constam nos relatos produzidos pelos maçons da Grande Loja, com alguma exceção no caso de Aragão (1987). Mas é patente o cuidado dos autores em não mencionarem a existência e o papel do Grande Oriente do Brasil como potência original e legitimadora da Maçonaria no Brasil e, menos ainda, sua rememoração ou glorificação nos grandes eventos da História do país, como acontece nas principais publicações da história maçônica de abrangência nacional (CASSTELLANI, 2007). Nas referidas exceções, o GOB é citado apenas quando dos embates internos que resultaram na grande cisão de 1927, e como o responsável pela referida crise.

Assim, o conjunto de produções narrativas maçônicas aqui apresentadas constituem o que Halbwachs (1990) denomina "memória coletiva", sempre grupal, espacial e socialmente referenciada que, ao esgotarem-se os membros referenciais fundadores, encaminha-se para a formulação de uma "memória-histórica", ou seja, uma reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetados no passado reinventado. Neste caso em análise,

considerando-se que as obras existentes se vinculam diretamente à Maçonaria agremiada à Grande Loja do Ceará, e que as publicações se iniciam quando a entidade completava quarenta e cinco anos de existência, nota-se uma preocupação em recuperar os feitos do grupo ao longo tempo, pois

> Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990, p. 80-81).

Embora a "memória histórica" de Halbwachs (1990) represente uma produção histórica (a história ensinada) restrita à memória da nação, Ricoeur (2014), tratando da referida obra, salienta que Halbwachs não pretendia com a memória histórica chegar à denegação da memória coletiva, mas à integração mútua. Assim, haveria uma complementaridade entre memória coletiva e memória histórica nos seguintes termos:

> De um lado, a história escolar, feita de datas e de fatos pormenorizados, anima-se com correntes de pensamento e com a experiência, e torna-se aquilo que o próprio sociólogo tinha considerado anteriormente como 'os quadros sociais da memória'. De outro, a memória, tanto pessoal como coletiva, enriquece-se como passado histórico, que se torna progressivamente o nosso (RICOEUR, 2014, p. 406).

Uma caraterização das citadas obras maçônicas pode ser esclarecedora sobre essas construções memorialísticas, permitindo perceberem-se esses empreendimentos narrativos, que vão da memória da entidade a partir de um dos grupos locais – leia-se Grande Loja do Ceará – à memória da maçonaria no Brasil, como parte da memória histórica da nação.

Observa-se no inaugural trabalho de Mello Filho, *Maçonaria no Ceará: lojas e obreiros* (1973), o compromisso claro com a trajetória da Grande Loja. Na apresentação, o autor já inicia reportando-se ao nascimento da potência local, cuja história filia-se

> ao movimento que, sob o comando de MARIO BEHRING, em 1927, no Rio de Janeiro, culminou por desvincular do GRANDE ORIENTE o SUPREMO CONSELHO DO GRAU 33 DO RIT:. ESCOS:. ANT:. E AC:. para os ESTADOS UNIDOS DO BRASIL e levar ao nascimento das GRANDES LOJAS nacionais, como corpos soberanos *simbolicamente* puros. (MELLO FILHO, 1973, p. 5, grifo do autor).

E prossegue com a reprodução da íntegra da ata de fundação da entidade. Nas páginas seguintes, acrescenta dois pequenos textos de congratulações dos "irmãos" Edgar Antunes de Alencar e Moysés Santiago Pimentel, que reportam às leituras dos originais dessa obra, ainda em 1971. Diz Edgar Antunes de Alencar: "Devolvo-lhe o original do trabalho que está executando para o *registro histórico* da Seren:. Gr:. Loj:. do Ceará, a fim de que ela não se torne no futuro, uma nuvem que passou" (apud MELLO FILHO, 1973, p. 11, grifo nosso). Já Moysés

Pimentel, além de ressaltar que a obra "preenche uma lacuna sentida de há muito...", ressalta que se trata de uma "*História da maçonaria em si* e não sobre a atuação da maçonaria em acontecimentos profanos" (apud MELLO FILHO, 1973, p. 12, grifo do autor).

Vê-se nas palavras de Mello Filho (1973) a preocupação em exaltar o caráter purificador que a cisão provocou, originando um "simbolismo puro", que pode ser visto como sinal de autonomia das lojas simbólicas (três primeiros graus), mas também como um julgamento moral das práticas do GOB. Já seus pares citados realçam, respectivamente, o caráter de salvação da memória da Ordem e o valor da obra que trata da "maçonaria em si", uma memória interna e não externa-profana, haja vista que o restante do livro será uma coletânea de atas, documentos da participação da Grande Loja nos encontros nacionais da Ordem e relação de obreiros. O reforço de autoridade na fala de dois baluartes da instituição também já apresenta o tom inaugural da narrativa histórica.

Sugestiva para o entendimento dos mecanismos de recomposição social da memória é a expressão de Pimentel (apud MELLO FILHO, 1973, p. 12) de que a obra "preenche uma lacuna sentida de há muito", denotando o processo estudado por Halbwachs (1990), de arrefecimento da memória de grupo, quando passados quase cinquenta anos da fundação da Grande Loja, e a necessidade da história, do registro escrito, cronológico, documentado para que, como disse Edgar de Alencar (apud MELLO FILHO, 1973, p. 11), "ela não se torne no futuro, uma nuvem que passou". Acrescente-se que além dos argumentos expostos, nota-se a total omissão do agrupamento maçônico adversário, mesmo que o livro estampe o título *Maçonaria no Ceará: lojas e obreiros* (MELLO FILHO, 1973).

Quatro anos depois, a Grande Loja patrocinaria a publicação de uma obra de caráter comemorativo dos cinquenta anos de fundação das grandes lojas no Brasil. Esta decisão do seu grão-mestre, conforme Ato Nº02/77, de 19 de março de 1977, é resultado de uma decisão da Assembleia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (entidade máxima que rege as grandes lojas estaduais), em Mato Grosso, 1975. No ato citado, designa-se o "Ilustre Ir:. João Ramos de Vasconcelos César, GM para escrever a história da *Mui Respeitável Grande Loja do Ceará...*" (CÉSAR, 1977, p. 2, grifo do autor). Para isso, fixa-se um prazo de sessenta dias para a entrega dos originais ao grão-mestrado. E assim se fez.

O livro *Grande Loja do Ceará. De Mário Behring a* 1977, de João César (1977) foi publicado em 1977. Consta de um relato detalhado de todos os corpos dirigentes da Grande Loja do Ceará, de 1928 a 1977. O texto é composto de estrutura cronológica e burocrática, mesclando documentos oficiais – atos dos dirigentes –, e relatos de memória sobre acontecimentos marcantes para a Ordem e considerados dignos de publicação para uma memória literalmente oficial da entidade.

Merece menção a demonstração dos maçons agremiados nas grandes lojas de cultuarem a memória de suas origens, demarcando sua liberdade e autonomia advindas da grande cisão de 1928. Ao contrário dos outros maçons locais ligados ao GOB, eles têm sido ostensivos no trabalho de transformação da memória do grupo em memória da Ordem.

No histórico do processo de cisão em que se funda a Grande Loja do Ceará, César (1977) lembra que, ao contrário das coirmãs do Amazonas, Pará, Paraíba e Bahia, que herdaram todo o patrimônio do GOB local e os seus membros,

> a nossa GRANDE LOJA erguia-se apenas do idealismo de seus fundadores, alguns vultos destacados no meio sócio-político cearense, é certo, que *tinham a enfrentar, porém, figuras não menos distinguidas, do outro lado*. O trabalho de construção de uma sede partiu, assim, do nada... (CÉSAR, 1977, p. 14, grifo nosso).

Embora sempre mantendo o tom fraterno no trato dos irmãos "do outro lado", e o aspecto destacado na citação o revela, o autor refere-se genericamente aos distintos adversários daquela época, mas também revela a radicalidade do processo de cisão no Ceará. Registre-se também que, contrariamente, Aragão (1987, p. 164) afirma que, na cisão, a Grande Loja esvaziara o Grande Oriente local, "despovoara as suas fileiras". A forma retórica do reconhecimento das "figuras não menos distinguidas" também serve para valorizar a luta empreendida, tonificando mais as memórias já empalidecidas do seu grupo, como ensina Maurice Halbwachs (1990).

Ainda nas páginas introdutórias, o autor destaca a atuação dos primeiros maçons no Ceará, retomando as anotações de João Brígido e os precursores do espírito da maçonaria que "bruxuleou em 1816" no Ceará, com elementos vindos de Recife; uma Loja fundada pelo Padre Antônio da Silva Castro e outros clérigos, nos idos de 1830 e 1840; a atuação das lojas Fraternidade Cearense e Igualdade, entre as décadas de 1850 e 1880 nas campanhas, rememoradas por J. Brígido, pela emancipação de escravas e por donativos na seca de 1878, com ajuda dos maçons de diversas províncias do Sul. Mas, em tudo isso, afirma Cesar (1977, p. 18-20, grifo nosso):

> os artigos de João Brígido sobre maçons e Lojas, *nenhuma referência fazem a poder central ou a qualquer órgão nacional da Maçonaria*. Os registros mencionam nomes de maçons, lojas do Ceará, da Bahia e de Pernambuco e a ligação destas com a Maçonaria Inglesa, ou melhor com a Loja de Londres. O mesmo não ocorre com as crônicas sobre a Maçonaria no Rio de Janeiro e no Estado do Rio, durante o século passado, onde as referências aos diversos Grandes Orientes são constantes. Ao Ceará, portanto, muitos anos depois da Abolição e da Proclamação da República, não havia chegado o Poder Central. Só depois de 1920 foi instalada uma Delegacia do GOB.

Vê-se o uso do argumento histórico a fortalecer e legitimar ainda mais o processo de cisão com o GOB – quarenta e nove anos depois –, por sua omissão ou indiferença com os pedreiros-livres do "Norte", muito embora aqui houvesse, naquele contexto, adeptos daquele "Poder Central", os do "outro lado", "figuras não menos distinguidas". Nesse caso, a especificidade cearense serve de indicativo das disputas, exclusões, omissões envolvendo grupos regionais e a potência nacional (GOB), e elemento de questionamento à história oficial da instituição, muito centrada nos acontecimentos da corte e grande temas do debate nacional (CASTELLANI, CARVALHO, 2009).

Outra obra maçônica de caráter histórico, desta feita da autoria de Raimundo Batista Aragão, *Maçonaria no Ceará. Raízes e Evolução* (1987), é publicada pela Imprensa Oficial do Ceará, IOCE. Ela tem prefácio do grão-mestre da Grande Loja do Ceará, José Linhares de Vasconcelos Filho, o que não parece ser mera cortesia, demonstração de amizade, mas indicativo do poder estabelecido e da pretensão de manutenção da linha hegemônica de construção de uma memória histórica da Maçonaria cearense a partir dos membros daquela

entidade. E argumenta o prefaciador: "A memória é que nos faz transcender ao nosso tempo. Somos um ponto entre duas retas; uma o passado, outra o futuro. É a memória que nos dá a verdadeira dimensão do todo" (apud ARAGÃO, 1987, p. 5).

Contudo, o trabalho de Aragão (1987) não se ajusta plenamente ao jogo memorialístico até o momento considerado nas obras patrocinadas diretamente pela Grande Loja. O objetivo é um relato da Maçonaria histórica em sua amplitude máxima, até o detalhamento dela no Ceará. O livro trata de apresentar um amplo histórico da Maçonaria desde suas origens na Europa, depois nos Estados Unidos, América Latina, Brasil e Ceará, quando trata da fase preliminar, depois da Grande Loja e, finalmente, do Grande Oriente do Ceará. Embora reconheça a "cizânia" entre os dois lados após a cisão e trate da fundação do Grande Oriente Estadual do Ceará (1937), das tentativas frustradas de reunificação e da criação do Grande Oriente Independente do Ceará (1973) – outra cisão no GOB –, nota-se a preocupação do autor em colocar-se numa postura crítica e mais equidistante em relação aos embates dos dois segmentos oponentes da Maçonaria cearense, admitindo os cismas como fenômenos que expressam a "volúpia da ambição" e "individualidade do poder" (ARAGÃO, 1987, p. 179).

Sobre a cisão do GOB que originou as grande lojas, consolidada como evento fundador por todos os maçons integrantes dessas novas potências, numa recorrência quase mítica, Aragão (1987) apresenta uma avaliação bastante equilibrada da atuação dos dois grupos em disputa, como se pode ver, conclusivamente, abaixo:

> A cizânia não teria produzido efeitos tão desagradáveis e de modo particular no seio da Maçonaria cearense, se não houvesse por parte dos que ainda militavam no Grande Oriente pesados ressentimentos. A fundação da Grande Loja despovoara as suas fileiras. Além do desligamento das Lojas Porangaba e Deus e Camocim, tomara o mesmo caminho a Nova Cruzada do Norte (1933), causando prejuízos ainda maiores. Outro fator que não deve ser esquecido reside no processo de aquisição segundo o qual a Grande Loja preenchera os seus quadros, formando um contingente dificilmente capaz de homogeneizar-se e sempre predisposto ao desagregamento. (...) *Disso resultariam as insatisfações, as hostilidades pessoais, os desagravos formando-se um clima nada condizente com os gerais princípios de fraternidade maçônica.* Se falamos do Grande Oriente, extraindo de suas veias o plasma da desunião, pecado maior não cometeríamos se enfiássemos a seringa nos músculos da Grande Loja. Os preceitos do cisma eram manifestos. Numa de suas cláusulas proibitivas, ou condição 'Sine Qua Non' para o ingresso em suas fileiras, constava o não relacionamento com a outra Potência. (ARAGÃO,1987, p. 164-165, grifo nosso).

Ao se completarem setenta anos de fundação da Grande Loja do Ceará, José Linhares de Vasconcelos Filho publica *Grande Loja do Ceará: Vinte Anos de História* (1998). A título de apresentação, o autor explica "Por que deste livro?":

> Quando assisti ao lançamento do livro de autoria do Past Grão Mestre João ramos de Vasconcelos César, intitulado "Grande Loja do Ceará. De Mário Behring a 1977", onde relata a vida de nossa Jurisdição nos seus primeiros cinquenta anos, senti a grande importância de um trabalho quando registra para os pósteros nossas raízes históricas. A vontade dos irmãos da Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará e a graça do G. A. D. U. quiseram me colocar como testemunha viva da história dessa Jurisdição nos 20 anos subsequentes, possibilitando-me continuar com o registro dessas duas últimas décadas, no ano em que se

> completa o seu septuagésimo aniversário de fundação. Movido ainda pela responsabilidade da ensinança às gerações futuras e o compromisso com a maior busca do Iniciado – a verdade – ficou solidificado meu desejo de escrever este livro. (VASCONCELOS FILHO, 1998, p. 9).

Nessas palavras que encerram o compromisso com a sua "jurisdição", o autor demonstra que já estava num estágio mais avançado no trabalho de recomposição da memória grupal na medida em que, diferentemente dos primeiros autores que ansiavam por cobrir as lacunas da memória ou não deixarem se perder na poeira do tempo os dados das suas origens, Vasconcelos Filho (1998) já demonstra a necessidade de relatar como "testemunha viva da história". Ou seja, embora imerso no jogo seletivo da memória mesclando reminiscências e documentos institucionais, o autor trabalha num território que já qualifica de história, com a "responsabilidade da ensinança às gerações futuras" (VASCONCELOS FILHO, 1998, p. 9).

Outro aspecto relevante da obra é que ela tem como prefaciador – e criador da capa – o grão-mestre José Augusto Bezerra, que foi liderança destacada no processo que conduziu à "união fraterna", por um curto período, entre o Grande Oriente Confederado do Ceará e a grande Loja do Ceará. Em sua opinião "O Irm:. Linhares com paciência, inteligência, credibilidade e brilho (...) conseguiu registrar todo o esplendor e toda policromia desses anos dourados da Grande Loja", acrescendo como "É curioso olharmos ao longe fatos dos quais tomamos parte, como 'unificação'" (apud VASCONCELOS FILHO, 1998, p. 5).

Do exposto fica a percepção da continuação do trabalho de hegemonia institucional da Grande Loja. Sua competência escriturística no embate com o grupo concorrente de "irmãos" é inegável. Os maçons do GOB local, em suas várias denominações e fracionamentos ao longo dos anos, não conseguiram esboçar reação nesse terreno da escrita da memória, ainda sendo vítimas de adesistas ao domínio da Grande Loja, que assim justificavam com o intuito de irmanamento fraterno. Mas o exemplo do curto período da citada "unificação" entre as potências serve para dar o tom das acirradas disputas ao longo "desses anos dourados da Grande Loja".

Ao longo da obra, Vasconcelos Filho (1998) apresenta, em seus oito capítulos, a cronologia das gestões de todos os grão-mestres da Grande Loja, lista de obreiros e lojas, eventos maçônicos, repercussões da cena pública na instituição e relatos circunstanciados de muitos acontecimentos internos, inclusive dos processos eleitorais pelo comando da instituição com suas disputas e desavenças.

A última obra maçônica sobre a história da Ordem no Ceará também terá o viés comemorativo, desta feita sobre os oitenta anos da Grande Loja, completados em 2008. Trata-se do livro *História da Maçonaria no Ceará*, de Zelito Magalhães (2008). A publicação é da Grande Loja do Ceará e é construída a partir de um conjunto de vinte três capítulos em que o autor lista acontecimentos que envolvem a Maçonaria das primeiras décadas do século XIX até o final do século XX, além de uma coleção de efemérides, imagens, nomes de maçons em ruas de Fortaleza, documentos, crônicas, curiosidades, informes da imprensa maçônica, *facsímiles* de jornais, atuação maçônica na educação, fundações beneficentes, academia de letras maçônicas, anedotário maçônico, poesia maçônica. Por tudo isso, a obra se caracteriza por

ser um útil almanaque dos feitos maçônicos na vida pública do Ceará e de seletos registros bibliográficos de fatos marcantes da política maçônica interna.

Diferentemente dos trabalhos anteriores de Mello Filho (1973) e César (1977), e mais próximo de Aragão (1987), o livro de Magalhães (2008) não se esforça na recomposição da memória exclusiva da Grande Loja – embora citada ostensivamente – e da grande cisão de 1928, pois empreende trabalho de reafirmação da identidade maçônica vinculada a uma cronologia dos grandes acontecimentos públicos em que se dá a presença maçônica, como nos primórdios da Maçonaria no Ceará, com a família Alencar e a Revolução de 1817, na grande seca de 1877 a 1880, no movimento abolicionista, na criação da entidade beneficente Asilo de Mendicidade em 1905, na "histórica" fundação da Grande Loja, e no fechamento das lojas maçônicas na ditadura do Estado Novo.

Contudo, no que tange às relações entre Grande Loja e Grande Oriente Estadual, e às tentativas frustradas de reunificação da Maçonaria local, o autor realça a intransigência do Grande Oriente Estadual que fizera a "levar tudo por terra" (MAGALHAES, 2008, p. 90), para isso citando Aragão (1987), mas não ressaltando o ponto de vista crítico deste sobre as "hostilidades" dos dois grupos nesses acontecimentos, como demonstrado acima. Noutro momento, o autor dedica capítulo a exaltar o processo de cisão no Grande Oriente do Ceará em 1973, sob a liderança do grão-mestre Osmar Maia Diógenes, favorável à unificação com a Grande Loja, e adiante trata da citada breve unificação do Grande Oriente Confederado com a Grande Loja, sob a liderança de grão-mestre José Augusto Bezerra. (MAGALHÃES, 2008, p. 119-124).

Desse modo, o livro de Magalhães (2008), fruto das comemorações dos oitenta anos da Grande Loja, presta-se, agora, como repositório da memória histórica maçônica, alinhando acontecimentos numa perspectiva cronológica, embora com suas variadas rupturas temporais, no ensejo de alimentar a tradição e incorporá-la à história da nação. Por fim, sua capa, tendo um fundo azul em que aparece, em suave marca d'água, o mapa do Ceará com os símbolos maçônicos do esquadro, compasso e do Grande Arquiteto do Universo ao centro, traz três imagens sugestivas do lugar da obra na transposição dessa memória à história: a ampulheta, escravos rompendo correntes e o emblema dos oitenta anos da Grande Loja.

Considerações finais

O exercício analítico aqui empreendido sobre os escritos maçônicos cearenses voltados à sua história, enfocou o aspecto da memória de grupo, na perspectiva de Maurice Halbwachs (1990), presente nessas publicações na medida em que representam um esforço explícito de recomposição do passado do grupo a partir do momento em que a geração mais antiga não mais conseguia fazê-lo pelas vias da pura recordação, cabendo o exercício da escrita histórica, a narrativa cronológica, como forma de preservação dos feitos passados. Para isso recorreram a nomes de prestígio da Ordem, filiados à potência Grande Loja do Ceará, para desenvolverem trabalhos de cunho histórico, assentados em sua documentação própria

escrita e dados de memória, e afirmando-se como comprometidos com a verdade histórica na tarefa de historiadores da Ordem.

É patente a preocupação com a memória do grupo-instituição como elemento fundante da história que pretendem eternizar, quando se nota em quatro das cinco obras analisadas o tom comemorativo, iniciando-se quando já passavam dos quarenta anos de fundação da Grande Loja, com o livro de Mello Filho (1973). Na obra oficial, de César (1977), nos cinquenta anos da entidade. No outro livro oficial, de Vasconcelos Filho (1998), aos setenta anos da entidade. Ou no livro de Magalhães (2008), nos oitenta anos daquela potência maçônica.

Assim, o trabalho de memória da Maçonaria local para a preservação de sua história parte de uma configuração específica de grupo, os filiados à potência Grande Loja Estadual do Ceará, tendente a representar hegemonicamente a história da Ordem no Ceará, em detrimento do grupo oposto, agremiado na potência Grande Oriente Estadual do Ceará e demais dissidências, de tal modo legitimando-se como a história da Maçonaria na história do Ceará.

Notas

1 "POTÊNCIA. Maçonicamente, é todo Grande Oriente, Capítulo independente ou Grande Conselho reconhecido como autoridade. No Brasil as potências regulares são as grandes lojas estaduais para os graus simbólicos, e o Soberano Supremo Conselho para os Altos Graus." (FIGUEIREDO, 1998, p. 357).

2 Uma das exceções é o trabalho de Castellani (2007) que, embora realizando um apanhado da presença maçônica na política mundial, remontando ao século XVII, passando pela independência dos Estados Unidos e dos países latino-americanos, dedica a maior parte da obra à atuação maçônica na história política brasileira tratando do século XIX, e trazendo algumas informações e considerações sobre a atuação política da Maçonaria no século XX – exclusivamente da perspectiva do Grande Oriente do Brasil –, até a década de 1990.

3 João Brígido dos Santos (São João da Barra-ES, 3 de dezembro de 1829 – Fortaleza-CE, 14 de outubro de 1921). Político, cronista, jornalista e historiador brasileiro. Radicado no Ceará desde a infância, atuou também no magistério e foi maçom dos mais ativos.

Referências

NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Intrépidos romeiros do progresso:** maçons cearenses no Império. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

_____. "Intrépidos romeiros do progresso": maçons cearenses no Império. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro. **Intelectuais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 97-126. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano).

_____. **Intrépidos romeiros do progresso**: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **Maçonaria no Ceará**: raízes e revolução. Fortaleza: IOCE, 1987.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: História e historiografia. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 32, p. 178-189, 1996-97.

_____. **Maçonaria, antirracismo e cidadania.** Uma história de lutas e debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.

BARATA, Alexandre M. **Luzes e sombras:** a ação dos pedreiros-livres brasileiros 1870-1910. 1992. 220 p. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992, (mimeo).

_____. A Maçonaria e a Ilustração brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 78-99, jul./out. 1994.

_____. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). **LOCUS: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 125-141, 1995.

_____. **Luzes e Sombras:** a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória da Unicamp, 1999.

_____. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

CASTELLANI, José. **A ação secreta da Maçonaria na política mundial**. 2. ed. São Paulo: Editora Landmark, 2007.

CÉSAR, João Ramos de Vasconcelos. **Grande Loja do Ceará:** de Mário Behring a 1977. Fortaleza: Grande Loja do Ceará, 1977.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **A Maçonaria brasileira no século XIX**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2003.

FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. **Dicionário de Maçonaria** (seus mistérios, seus ritos, sua filosofia, sua história). São Paulo: Editora Pensamento, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Tradução Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LIMA, José B. de. **Maçonaria e política**: o caso do Grande Oriente do Brasil no Cariri. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MAGALHÃES, Zelito Nunes. **História da Maçonaria no Ceará**. Fortaleza: Grande Loja do Ceará, 2008.

MELLO FILHO, Luiz de. **Maçonaria no Ceará**. Lojas e Obreiros. Fortaleza: Gráfica Sérgio, 1973.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1988.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o Estudo Histórico das Maçonarias da Primeira Metade do Século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-22, 2001.

_____. **As transformações dos espaços públicos –** Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da Maçonaria.** A história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

NAUDON, Paul. **A franco-maçonaria**. 2. ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 2000.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará (Período regencial – Parte II) – Senador José Martiniano de Alencar. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, n. 13, p. 47-106, 1899.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SILVA, Marcos J. D. **Lapidando a Pedra Bruta:** a Maçonaria na Organização de Artistas e Proletários Cearenses. 2000. 220 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

_____. **No compasso do progresso:** A Maçonaria e os trabalhadores cearenses. Fortaleza: Expressão Gráfica/Edições NUDOC, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).

_____. **Moderno-espiritualismo e espaço público republicano:** maçons, espíritas e teosofistas no Ceará. 2009. 334 p. Tese (Doutorado em Sociologia)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009a.

_____. A maçonaria e os trabalhadores do Sertão: rituais e representações no Centenário da Independência. **historia-*e*-historia**, Campinas, 18 ago. 2009b. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=51**>.**

_____. "Sob os auspícios da maçonaria": o asilo de mendicidade do Ceará entre 1904 e 1937. In: SILVA, Francisco Carlos Carvalho da; SILVA, Isaíde Bandeira da; TAHIM, Makarius Oliveira. **Sociedade, ciência, sertão:** reflexões sobre educação, história, cultura e tecnologias. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 85-104.

_____. A democracia liberal em face das ideologias dissolventes: a Maçonaria cearense frente à Aliança Nacional Libertadora e ao Integralismo em 1935. In: SILVA, Michel (Org.). **Maçonaria no Brasil:** história, política e sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 189-209.

_____. **Maçons, espíritas e teosofistas:** afinidades eletivas e espiritualismo no Ceará do século XX. Fortaleza: EdUECE, 2016.

VASCONCELOS FILHO, José Linhares de. **Grande Loja do Ceará**: vinte anos de história. Fortaleza: Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará, 1998.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório.** Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928). Santa Maria (RS): EditoraUFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

VIEIRA, Davi G. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1980.

Recebido em 29 de dezembro de 2017
Aceito em 18 de março de 2018